

As mulheres no movimento estudantil da década de 70

Joana Cardoso da Costa Ralão

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Maio de 2023

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo.

Para a minha mãe e para a minha irmã.

AGRADECIMENTOS

A dissertação de mestrado que aqui apresento foi apenas possível pelo apoio, acompanhamento e contributo de um conjunto de pessoas, sem as quais este longo percurso de investigação histórica ter-se-ia revelado muito mais solitário e difícil.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, minha orientadora, que abraçou comigo este projeto desde o primeiro dia, pelo contínuo apoio, interesse e disponibilidade.

A todos os arquivos e arquivistas com os quais, de forma mais ou menos direta, me cruzei, em particular ao Arquivo da Secretaria Geral da Educação e da Ciência e à Dra. Paula Pimentel, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, especialmente ao Dr. Filipe Guimarães da Silva, à Dra. Zélia Pereira e à Dra. Catarina Santos.

Gostaria também de agradecer publicamente a todas as mulheres que colaboraram nesta investigação, disponibilizando-se a partilhar comigo as suas memórias e histórias de vida. À Ana Simões, Aurora Rodrigues, Fernanda Domingues, Glória Ramalho, Graça Pestana, Jorgete Teixeira, Julieta Lencart, Margarida Graça, Maria João Lobo, Maria José Morgado, Olga Moura e Violante Saramago Matos. Esta investigação não seria possível sem a sua inestimável colaboração, disponibilidade e auxílio.

A todos os investigadores do HTC-CFE que me acompanharam e auxiliaram sempre que necessitei. Um agradecimento especial à Luísa Seixas, à Inês Castaño, ao Pedro Lucas, à Inês José, à Catarina Santos, ao Pedro Marques Gomes e, sobretudo, à Dra. Adelaide Andrade Silva que durante seis meses atendeu pacientemente a todos os meus pedidos e solicitações de equipamento de gravação ou de um espaço para as entrevistas.

À Teresa Sales que, há quase quatro anos, despertou em mim uma enorme curiosidade pelo tema que aqui apresento.

À Andreia, por todas as conversas partilhadas.

À minha família e amigos que acompanharam as várias fases desta investigação e que, sempre preocupados, me encorajaram a continuar este percurso. Em particular, à minha avó.

À minha mãe e à minha irmã, a quem eu dedico esta dissertação de mestrado. À minha mãe, de quem herdo esta paixão pela História. Por me ter dado a liberdade e privilégio de seguir o caminho que eu desejava e por acreditar em mim em todos os momentos, mesmo quando, por vezes, eu deixei de acreditar. À minha irmã, por todos os momentos de felicidade. Sem eles e sem estas duas pessoas em particular, este projeto não seria possível.

A todos o meu genuíno agradecimento.

As mulheres no movimento estudantil da década de 70

Joana Cardoso da Costa Ralão

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Resistência, movimento estudantil, mulheres, participação política e social.

O movimento estudantil de inícios da década de 70 contou com a participação de várias mulheres que se empenharam ativamente na alteração da situação política, económica e social do país, numa altura em que a adoção de atitudes, comportamentos e práticas de contestação ao regime acarretavam consequências graves e implicavam grandes sacrifícios dos seus participantes. Partindo da recolha e análise de doze testemunhos inéditos, a presente dissertação de mestrado procura estudar a presença e participação das mulheres no movimento estudantil lisboeta de inícios da década de 70 em duas Faculdades da Universidade de Lisboa: a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências.

Particular atenção será dada às trajetórias de vida destas mulheres e aos processos de consciencialização política e social, politização, envolvimento político e, num último momento, de desmobilização. Veremos como foi no terreno estudantil ou a partir deste que estas mulheres desenvolveram a sua atividade política e social, mobilizando-se para as mais diversas causas e lutas: pela democratização do ensino, pelo fim de um regime autoritário, pela liberdade, e pelo fim da guerra colonial. As estudantes intervinham de diferentes formas no movimento estudantil e o seu percurso no ativismo era feito de forma gradual e cumulativa. Estas podiam integrar órgãos legais (como as delegações de curso e as Associações de Estudantes), estruturas semiclandestinas (cooperativas e comissões) e organizações clandestinas, de cariz político. Estas mulheres não escaparam à atitude repressiva que o regime lançava a todos aqueles que o ameaçavam e, por isso, o seu

envolvimento na mobilização estudantil teve consequências graves nas suas trajetórias e percursos de vida (tanto a nível pessoal, académico e profissional).

Resgatando as suas memórias e dando visibilidade à sua participação na vida social e política do país, este estudo procura, acima de tudo, integrar estas mulheres no espaço público e na memória coletiva do movimento estudantil.

Women in the student movement of the 70s

Joana Cardoso da Costa Ralão

ABSTRACT

KEYWORDS: Resistance, student movement, women, political and social participation.

The student movement of the early 1970s counted with the participation of several women who were actively committed to changing the political, economic, and social situation of the country, at a time when the adoption of attitudes, behaviours, and practices of opposition to the regime had serious consequences and implied great sacrifices on the part of its participants. Based on the collection and analysis of twelve unpublished testimonies, this master's thesis seeks to study the presence and participation of women in the Lisbon student movement in the early 1970s in two Faculties of the University of Lisbon: the Faculty of Law and the Faculty of Sciences.

Particular attention will be given to the life trajectories of these women and to the processes of political and social awareness, politicization, political involvement and, ultimately, demobilization. We will see how these women developed their political and social activity in or from the student field, mobilizing themselves for the most diverse causes and struggles: for the democratization of education, for the end of an authoritarian regime, for freedom, and for the end of the colonial war. They intervened in different ways in the student movement and their path in activism was gradual and cumulative. They could take part in legal bodies (such as course delegations and Student Associations), semi-clandestine structures (cooperatives and commissions) and clandestine organizations of a political nature. These women did not escape the repressive attitude that the regime launched towards all those who threatened it and, therefore, their involvement in the student mobilization had serious consequences on their trajectories and life paths (both on a personal, academic, and professional level).

Rescuing their memories and giving visibility to their participation in the social and political life of the country, this study seeks, above all, to integrate these women in the public space and in the collective memory of the student movement.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	xii
Introdução	1
Capítulo I: O movimento estudantil português nos últimos anos do regime	12
1.1. A reforma de Veiga Simão.....	12
1.2. A radicalização das lutas estudantis.....	13
1.3. A guerra colonial.....	15
1.4. A repressão do regime e a generalização das lutas estudantis.....	17
Capítulo II: Socialização política e os primeiros passos na consciencialização	22
Capítulo III: A Universidade e o envolvimento no movimento estudantil	33
Capítulo IV: O movimento estudantil na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências	47
4.1. O movimento estudantil na Faculdade de Direito.....	47
4.2. O movimento estudantil na Faculdade de Ciências.....	66
Capítulo V: As estudantes e a atividade política clandestina/ilegal	80
5.1. As estudantes no Partido Comunista Português (PCP) e na União de Estudantes Comunistas (UEC).....	83
5.2. As estudantes no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) e na Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML).....	87
5.3. As estudantes no Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) e na União dos Estudantes Comunistas (marxista-leninista).....	92
Capítulo VI: As estudantes nas prisões do regime	96

Capítulo VII: Revolução, desmobilização e a dimensão transformadora da participação no movimento estudantil.....	112
Conclusão.....	118
Fontes e Bibliografia.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS

- AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- AE – Associação de Estudantes
- AEFCL – Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- AHS – Arquivo de História Social
- ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo
- ARA – Ação Revolucionária Armada
- BN – Biblioteca Nacional
- CCR – Comissão Contra a Repressão
- CDE – Comissão Democrática Eleitoral
- CDI – Centro de Documentação Internacional
- CE – Conselho Escolar
- CLAC – Comités de Luta Anti-Colonial
- CMLP – Comité Marxista-Leninista Português
- CNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos
- COPCON – Comando Operacional do Continente
- CPA – Comissão Pró-Associação
- DG – Diário do Governo
- DGS – Direção-Geral de Segurança
- DR – Diário da República
- EDE – Esquerda Democrática Estudantil
- FAP – Frente de Ação Popular
- FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FEML – Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas

FMSMB – Fundação Mário Soares e Maria Barroso

FREP – Federação Revolucionária de Estudantes Portugueses

GNR – Guarda Nacional Republicana

ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

IST – Instituto Superior Técnico

JEC – Juventude Escolar Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MA – Movimento Associativo

MAEESL – Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa

MEN – Ministério da Educação Nacional

MDM – Movimento Democrático de Mulheres

MPAC – Movimento Popular Anti-Colonial

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

PCP – Partido Comunista Português

PCP (m-l) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PJ – Polícia Judiciária

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PSP – Polícia de Segurança Pública

RGA – Reunião Geral de Alunos

RIA – Reunião Inter Associação

SBI – Serviço de Bibliotecas Itinerantes

SGEC – Secretaria-Geral da Educação e Ciência

UDP – União Democrática Popular

UEC – União de Estudantes Comunistas

UEC (m-l) – União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas)

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization /
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

A contestação estudantil de inícios da década de 70, um dos mais expressivos movimentos de oposição, luta e resistência à ditadura em Portugal, contou com a presença e participação de várias jovens estudantes que se empenharam ativamente na alteração da situação política, económica e social do país, numa altura em que a adoção de atitudes, comportamentos e práticas de contestação ao regime acarretavam consequências graves e implicavam grandes sacrifícios dos seus participantes.

A presente dissertação de mestrado procura estudar, através de um vasto leque de fontes orais e documentais, a presença e participação das mulheres no movimento estudantil¹ lisboeta da década de 70. As balizas cronológicas deste estudo – compreendido entre outubro de 1969 (marcando o início do ano letivo de 1969/1970) e abril de 1974 (mês e ano da Revolução) – abarcam um período histórico de grande mobilização estudantil, com o surgimento de novos paradigmas de contestação, a intensificação generalizada da agitação política e social e a acentuação da máquina repressiva do regime. No que respeita às estudantes universitárias, quer por influência dos movimentos de emancipação feminina que floresciam no ocidente e um pouco por toda a Europa, pela mobilização de milhares de jovens para as guerras em África ou ainda pelo acesso de estratos sociais mais modestos à Universidade – que até então se viam excluídos deste espaço –, neste período assistimos à entrada em força das mulheres nas Universidades de todo o país, reforçando uma tendência que se vinha a observar desde o final dos anos 50².

O conhecimento que atualmente possuímos acerca da participação das jovens estudantes no movimento estudantil é ainda insuficiente e os poucos estudos que existem tendem a enfatizar as temáticas em torno da questão da mulher e da condição feminina. Apesar de constituírem contributos importantes para a compreensão mais ampla do papel socialmente atribuído à mulher durante o Estado Novo, estes não deixam de desconsiderar

¹ Usamos aqui o conceito de “movimento estudantil” invés de “movimento associativo”, dado que o primeiro é mais apropriado para “designar o conjunto e a complexidade de movimentações levadas a cabo por estudantes ao longo dos tempos: é mais fiel à pluralidade de situações e não incorre no erro de reduzir à organicidade o ativismo estudantil”. Cf. Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990, p. 20.

² No ano letivo de 1970/1971, estas representavam já quase 45% do total de estudantes matriculados em todas as instituições do ensino do país, significando um aumento de 16% do número de estudantes universitárias relativamente ao ano letivo de 1960/1961. Na Universidade de Lisboa, as mulheres representavam já mais de 58% do corpo discente. Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da Educação, 1960-1961*, Lisboa, [s.n.], 1962. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/259241749>, consultado em 13.06.2021; Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da Educação, 1971*, Lisboa, [s.n.], 1972. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/259243050>, consultado em 13.06.2021.

as dinâmicas de ativismo e envolvimento político destas mulheres. Em eventos científicos (colóquios, conferências, etc.), os painéis de “memórias” – que procuram ouvir, na primeira pessoa, as histórias dos ativistas estudantis – apresentam uma composição maioritariamente masculina, contabilizando-se a presença de uma ou, no máximo, duas mulheres. Alguns documentários e outro tipo de produções sobre o movimento estudantil contribuem para esta cristalização de narrativas únicas sobre as trajetórias de participação e envolvimento político e social de um grupo – os estudantes universitários –, da qual se destaca uma só voz, a masculina³. A propósito, reparemos como os padrões sintáticos – nomeadamente a utilização do plural masculino para nos referirmos ao masculino e ao feminino – silenciam agentes e participantes. Quando pensamos em “estudantes”, pensamos forçosamente no masculino. A língua portuguesa assim o obriga. Posto isto, num contexto onde as narrativas do movimento estudantil são, ao que tudo indica, relatadas no masculino, a voz destas mulheres parece-nos secundarizada e, em alguns casos, omissa. Mas esta “realidade feminina”, ainda que muitas vezes não verbalizada, ouvida ou conhecida, existiu (e existe).

Ainda que o aumento do número de mulheres no ensino superior, bem como do número de estudantes presas por razões políticas neste período, sejam dois fortes indicadores de uma participação mais ativa das estudantes no movimento estudantil, o seu envolvimento nestas lutas é poucas vezes reconhecido pela historiografia. Como tal, este estudo pretende conhecer melhor a realidade de ativismo e envolvimento político e social das mulheres no movimento estudantil de oposição e resistência ao Estado Novo, resgatando as suas memórias e dando visibilidade à sua participação na vida social e política do país, de forma a integrá-las no espaço público e na memória coletiva.

Esta investigação parte da recolha e análise dos testemunhos de doze mulheres que participaram ativamente, de diferentes formas e em diferentes graus, neste movimento de contestação ao regime. As mulheres mencionadas ao longo desta investigação são, entre outras: Ana Simões, Aurora Rodrigues, Fernanda Domingues, Glória Ramalho, Graça Pestana, Jorgete Teixeira, Julieta Lencart, Margarida Graça, Maria João Lobo, Maria José Morgado, Olga Moura e Violante Saramago Matos. Consideramos que através da recolha e apresentação destes doze testemunhos – que, não sendo representativos de todas as realidades de ativismo e envolvimento político e social

³ Veja-se, a título de exemplo, Fernanda Pedro, *Movimento Estudantil 1914-2014*, 2016, consultado a 23 de janeiro de 2022, disponível em RTP Play, <https://www.rtp.pt/programa/tv/p32884>.

que as estudantes, enquanto um todo, protagonizaram⁴, constituem uma amostra significativa – poderemos compreender, com relativa complexidade e precisão, as dinâmicas e os processos de mobilização e envolvimento político das mulheres no movimento estudantil deste período.

A seleção destes doze testemunhos prendeu-se com vários fatores. Primeiro, e de imediato, preocupava-nos reunir um conjunto testemunhal relativamente heterogéneo no que respeita ao seu perfil familiar e socioeconómico, dado que tal nos permitiria avaliar as mudanças sociais observadas no corpo discente universitário neste período⁵. Segundo, este conjunto deveria ainda dar conta dos diferentes níveis e formas de envolvimento e participação protagonizados por estas mulheres. A escolha destes testemunhos em detrimento de outros esteve ainda dependente de aspetos mais práticos, relacionados, por exemplo, com as redes de contactos estabelecidas ou com o interesse e disponibilidade das mulheres contactadas para partilharem o seu testemunho.

Em qualquer dos casos, enquanto estudantes universitárias, as doze mulheres entrevistadas manifestaram um elevado grau de consciencialização e envolvimento político e social e todas sofreram as consequências da sua participação no movimento estudantil, sendo perseguidas politicamente, suspensas das Faculdades ou alvo de prisões políticas. Assim, será através da voz destas doze mulheres que procuraremos dar visibilidade ao conjunto de mulheres que este movimento estudantil incluiu e mobilizou, clarificando as suas formas de atuação, participação e envolvimento.

Partimos de quatro pontos ou questões que conduziram e deram corpo à nossa investigação e às quais fomos obtendo resposta à medida que a investigação prosseguia. Primeiro, procurámos definir e caracterizar o nosso objeto (ou em verdadeiro rigor, sujeito) de estudo – as doze mulheres entrevistadas – identificando as suas proveniências familiares, sociais e económicas. Segundo, atentámos à natureza da sua consciencialização política, colocando em consideração a possibilidade de esta ter sido desencadeada num momento anterior ao ingresso no ensino superior. Aqui considerámos

⁴ De acordo com Alessandro Portelli, todas as investigações que usam fontes orais encontrar-se-ão sempre “inacabadas”, sendo impossível alguma vez “esgotar” todas as fontes orais. Cf. Alessandro Portelli, «What makes oral history different», in Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The Oral History Reader*, London, Routledge, 1998, p. 71.

⁵ A expansão do ensino superior trouxe consigo mudanças na composição social do corpo discente, dando-se a entrada de estratos sociais mais modestos na Universidade, até então excluídos deste espaço, para os quais “a exploração, a miséria e a repressão não eram expressões de retórica, mas que correspondiam a experiências vistas e vividas”. Cf. António Monteiro Cardoso, «Um tempo, um contexto», in Aurora Rodrigues, *Gente Comum: uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011, p. 48.

particularmente relevante atendermos às dinâmicas familiares, ao contexto escolar e, ainda, ao quadro social e comunitário em que estas mulheres se encontravam integradas durante a infância e adolescência. Terceiro, averiguámos os impactos da chegada destas mulheres ao ensino superior, as motivações subjacentes ao seu envolvimento no movimento estudantil e as atividades/tarefas/funções desempenhadas por estas jovens estudantes. Considerámos de igual interesse compreender que posturas políticas vieram a assumir, isto é, se tinham militado ou se aproximado de alguma organização política (ilegal, claro) ou se, não militando ativamente, se identificavam, política e ideologicamente, com alguma destas organizações. Quarto, e último, tentámos perceber os efeitos da participação e do envolvimento político destas mulheres nos seus percursos de vida (pessoais, académicos e profissionais).

Importa ressaltar que, para esta investigação, cingimo-nos à recolha de testemunhos de estudantes de duas Faculdades da Universidade de Lisboa: a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências. Cinco dos testemunhos recolhidos são relativos à Faculdade de Direito e sete relativos à Faculdade de Ciências. Fora as inevitáveis limitações que nos são impostas por uma investigação desta natureza e cariz, dois outros fatores contribuíram para esta equação. O primeiro fator prende-se com a maior ou menor atenção historiográfica e mediática conferida aos ativistas de cada uma destas escolas. A Faculdade de Direito, por ter constituído (e ainda constituir) um espaço de formação de várias figuras públicas – vejam-se, a título de exemplo, alguns deputados/as, candidatos/as à Presidência da República, magistrados/as, etc. –, é motivo de interesse e curiosidade historiográfica e mediática. Em contrapartida, o movimento estudantil na Faculdade de Ciências, dado o “anonimato” de muitos dos seus principais ativistas (mulheres e homens) – já que a maioria enveredou por carreiras com menor visibilidade pública – tem sido muitas vezes esquecido e secundarizado. Assim, em ambos os casos – no primeiro, onde parece existir a tentativa de cristalização de uma narrativa unilateral e no segundo, que carece ainda de estudos mais aprofundados – considerámos determinante assegurar a diversificação da tipologia de entrevistas, procurando evitar um certo monoteísmo narrativo.

O segundo fator prende-se com a composição do corpo discente das duas faculdades em causa. Na Faculdade de Direito, o corpo discente era predominantemente masculino. No ano letivo de 1970/1971, os homens representavam 77,6% de todos os estudantes matriculados nesta escola, sendo que as mulheres apenas representavam

22,4%. Não esqueçamos que a oferta de emprego na área era dirigida para o sexo masculino, já que o quadro legal em que foi instituído o Estado Novo impedia o acesso das mulheres a determinadas profissões jurídicas, como a carreira diplomática ou a magistratura. Na Faculdade de Ciências, as diferenças no corpo docente encontravam-se mais esbatidas, dado que o número de mulheres era superior, representando cerca de 46,4% do corpo docente. Assim, ao optarmos pela recolha de testemunhos de mulheres destas duas faculdades procurávamos identificar, aplicando o método comparativo, eventuais discrepâncias no que respeita aos graus de intervenção destas mulheres no movimento estudantil, ao tipo de relacionamentos estabelecidos com os seus colegas e à forma como a sua participação era entendida pelas mesmas.

Definidos os limites espaço-temporais e identificado o nosso objeto (e sujeito) de estudo, importa agora traçar um balanço historiográfico que dividiremos em dois eixos temáticos: (1) o movimento estudantil da década de 70; (2) a participação das mulheres neste movimento.

No que respeita ao primeiro eixo, em Portugal, os primeiros estudos sobre o movimento estudantil datam de início da década de 90. Referimo-nos, nomeadamente, ao amplo estudo de Nuno Caiado sobre o percurso histórico do movimento estudantil entre 1945 e 1980 que, de forma precoce, quando em comparação com outros estudos que lhe seguiram, reconhece a relevância dos acontecimentos estudantis de início da década de 70⁶. Outras investigações lhe seguiram (sobretudo dissertações de mestrado e teses de doutoramento), que conferiram uma certa primazia aos acontecimentos em torno das crises académicas de 1962 e 1969, frequentemente tidos como os primeiros e últimos momentos de contestação estudantil ao regime⁷. Seria apenas na transição para o novo milénio que surgiriam com maior frequência artigos, capítulos e obras que se debruçavam sobre o movimento estudantil da década de 70. Foi o caso da dissertação de mestrado de Miguel Cardina⁸, focada no contexto de Coimbra durante o período de 1968 a 1974, ou da tese de doutoramento de Guya Accornero que procurou estudar a emergência,

⁶ Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal...*

⁷ Sobre a crise de 62, veja-se Álvaro Garrido, *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo*, Coimbra, Minerva Histórica, 1996. Sobre a crise de 69, veja-se Marta Benamor Duarte, *Foi Apenas Um Começo: A Crise Académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos Sessenta e da luta contra o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea (Século XX) NOVA FCSH, 1997; e Rui Namorado, *Abril antes de Abril: A crise universitária de Coimbra de 1969*, S.l., Lápis de Memória, 2016.

⁸ Miguel Cardina, *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus, 2008.

desenvolvimento e trajetória de contestação estudantil no período compreendido entre 1956 e 1974, lançando um olhar mais aprofundado sobre o papel dos estudantes e do movimento estudantil na “abertura de espaços de democracia” durante a ditadura⁹. Entretanto, salientaram-se os contributos de Jorge Costa¹⁰, Ivo Pêgo¹¹ e José Manuel Lopes Cordeiro¹² oferecendo uma espécie de levantamento histórico dos movimentos estudantis desta cronologia.

Relativamente ao segundo eixo temático, muito pouco se tem escrito acerca da participação das mulheres no movimento estudantil o que, desde logo, se prende com o facto de, durante muito tempo, “as mulheres, as suas experiências, as actividades e os seus espaços de acção não [serem] considerados como objecto da análise histórica tradicional”¹³. Os poucos estudos que nos chegam tendem a sublinhar as temáticas em torno da questão da mulher, da sua posição na sociedade ou do denominado “problema feminino”¹⁴ e raros são aqueles que procuram explorar as trajetórias de ativismo e envolvimento político e social das estudantes. Excetua-se um capítulo na obra de Manuela Tavares sobre os feminismos em Portugal, onde a autora, através de documentação variada e da recolha de três testemunhos de mulheres (Maria Antónia Fiadeiro, Sara Amâncio e Manuela Góis), lança algumas pistas sobre a participação das estudantes nas crises académicas da década de 60 (de 1962, 1965 e 1969)¹⁵. Dispomos ainda de algumas

⁹ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade Sociologia Histórica, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009. Nos anos que se seguiram, Accornero publicaria outros artigos de interesse para a temática. Veja-se Guya Accornero, «A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo», in *Análise Social*, 208, XLVII (3º), 2013, pp. 572-591 e Guya Accornero, «Contentious politics and student dissent in the twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle», in *Democratization*, 20, 6, 2013, pp. 1036-1055.

¹⁰ Jorge Costa, «O ano da morte de Ribeiro Santos», in *História*, Ano XXIV, III Série, 2002, pp. 24-31.

¹¹ Ivo Pêgo (org.), *Ribeiro Santos: Homenagem da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998.

¹² José Manuel Lopes Cordeiro, «“Ao Serviço do Povo Venceremos” a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», in *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão*, 5, III Série, 2009, pp. 119-158.

¹³ C. Rosa Costa, *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, Tinta da China, 2021, p. 20.

¹⁴ Vejam-se, a propósito, Miguel Cardina, «Olhares sobre uma Ausência: O movimento estudantil no Estado Novo e o feminismo», in AAVV (coord.), *Quem Tem Medo dos Feminismos? Vol. I.*, Funchal, Nova Delphi, 2010, pp. 175-184; Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003; e Rui Bebiano e Alexandra Silva, «A Reidentificação do feminino e a polémica sobre a “Carta a Uma Jovem Portuguesa”», in *Revista da História das Ideias*, 25, 2004, pp. 423-454. Maria Manuela Cruzeiro terá ainda apresentado uma comunicação intitulada «Movimento Estudantil no Feminino: de 62 a 69» citada em Miguel Cardina, *A Tradição da Contestação...* Em contacto com os dois autores foi-nos impossível aceder a esta comunicação.

¹⁵ Manuela Tavares, *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*, Alfragide, Leya, 2011, pp. 94-113.

memórias e biografias de antigas estudantes e ativistas, das quais fizemos uso de forma a recolher o máximo de informação possível¹⁶.

A investigação histórica que aqui apresentamos encontra-se fundamentada em dois tipos de fontes. Em primeiro lugar, a documentação escrita, maioritariamente proveniente do Arquivo da PIDE/DGS, disponível no ANTT, que inclui imprensa, comunicados e panfletos estudantis apreendidos, relatórios e correspondência policial, circulares e informações sobre as mais diversas atividades estudantis. Dispomos ainda de documentação proveniente da Fundação Mário Soares e Maria Barroso (FMSMB) e da plataforma Casa Comum – alguns comunicados e imprensa estudantil – e do arquivo da Secretaria-Geral da Educação e da Ciência – sobretudo documentação produzida pelas autoridades académicas. Em segundo lugar, os testemunhos das doze estudantes universitárias que participaram ativamente no movimento estudantil deste período.

No ANTT foram consultadas diversas pastas relativas ao movimento estudantil na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências. Dada a forte vigilância de que os estudantes eram alvo, as informações compiladas por agentes da polícia, informadores e outras autoridades que circulavam neste meio, permitiram-nos criar uma listagem das estudantes mais recorrentemente identificadas pela polícia enquanto as principais “agitadoras”. Posteriormente, cruzámos esta informação com a lista de todos os estudantes presos entre 1956 e 1974, compilada por Guya Accornero na sua tese de doutoramento¹⁷. Interessaram-nos as estudantes presas entre meados do ano de 1969, marcando o início do ano letivo de 1969/1970, e abril de 1974, data em que é extinta da PIDE/DGS. Mediante o cruzamento destas duas listas foi-nos possível apurar o nome de 24 estudantes (11 em Direito e 13 em Ciências) envolvidas no movimento estudantil destas duas Faculdades. Ainda que partíssemos do princípio de que esta lista encontrar-se-ia em contínua revisão e atualização e de que este número não seria representativo de todas as mulheres que participaram neste movimento, considerámos que seria um bom ponto de partida para a presente investigação. Referira-se, desde já, que estes nomes eram até então totalmente desconhecidos, com a exceção de três mulheres que, em ocasiões

¹⁶ Aurora Rodrigues, *Gente Comum: Uma História da PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011; Zita Seabra, *Foi Assim*, Lisboa, Alêtheia, 2007; Violante Saramago Matos, *De memórias nos fazemos*, Lisboa, Edições Esgotadas, 2022.

¹⁷ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, pp. 309-323. Informação recolhida pela autora consultando o Registo Geral de Presos disponível no ANTT. Nestes valores incluem-se todos os estudantes presos pela PIDE/DGS ou aqueles que presos por outras autoridades (PSP, PJ ou GNR), foram posteriormente entregues à PIDE/DGS.

anteriores tinham sido entrevistadas por jornalistas ou outros académicos. Como tal, a investigação histórica que aqui apresentamos reúne testemunhos inéditos que nos permitem conhecer trajetórias de vida e luta nunca antes partilhadas.

Dos 24 nomes apurados, foram recolhidos os testemunhos de doze mulheres, cinco da Faculdade de Direito e sete da Faculdade de Ciências, todos sob a forma de entrevista. Na tentativa de procurar e analisar tudo quanto tivesse a ver com estas estudantes, a recolha dos testemunhos foi precedida da consulta, sempre que possível, dos seus processos-crime disponíveis no ANTT¹⁸. Dez entrevistas foram antecedidas de conversas informais e exploratórias que decorreram em cafés, espaços culturais e de convívio. Com as testemunhas foi partilhada, via email, toda a documentação reunida a seu respeito. Ainda que algumas delas suspeitassem que “algo” existisse a seu respeito nos arquivos da polícia política, a maioria delas nunca tinha consultado esta documentação. As entrevistas foram gravadas via vídeo (em 9 dos casos) ou apenas som (em 3 dos casos), de acordo com a preferência de cada entrevistada. Estas tiveram lugar entre junho e novembro de 2022 e foram maioritariamente realizadas no Centro República da NOVA FCSH ou na residência das entrevistadas. Os guiões, corrigidos e aperfeiçoados após as conversas exploratórias, foram pensados de acordo com uma lógica cronológica (traçando uma trajetória de vida desde a infância/adolescência até aos meses que se seguiram ao 25 de Abril), procurando dar resposta às questões de partida desta investigação. O objetivo não foi o de escrever as biografias destas mulheres, mas antes o de elaborar histórias de vida onde se deram pertinência aos processos de consciencialização política, politização, envolvimento político e social e, num último momento, de desmobilização.

Desde o início que o recurso à história oral foi determinante. Para aqueles que procuram estudar a história das mulheres, o recurso à história oral – quando possível – assume uma dupla importância, dado que a possibilidade de falar com os agentes concede

¹⁸ Num artigo publicado em 1997, a historiadora Maria de Fátima Patriarca apontou alguns dos dilemas com os quais um investigador se depara aquando da análise de fontes policiais. A autora refere que, no que respeita aos autos de declarações, para além da linguagem estereotipada e burocrática, estes “estão longe de nos fornecerem uma transcrição literal do que se passa nos interrogatórios”, desde logo, por nestes não constar a hora de início e fim do interrogatório e, depois, por serem omitidas entoações, hesitações, silêncios e gestos, e o próprio ato da tortura. Cf. Maria de Fátima Patriarca, «Sobre a leitura das fontes policiais», in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997 (4º-5º), p. 927. A antropóloga Paula Godinho chamou também já à atenção para o carácter desumanizador do material dos arquivos das polícias políticas, referindo que os autos “obnubilam a tortura a que estavam sujeitos e ocultam a fragilidade das pessoas, à mercê de condições incontrolladas e cruéis”. Cf. Paula Godinho, «O lacre da memória: o arquivo sensível de Aurora Rodrigues e a resistência à ditadura portuguesa», in *Revista Memória em Rede*, 13, 24, Jan/Jul. 2021, p. 44

à narrativa história uma riqueza de pormenores e viabiliza a abordagem de temáticas que, de outra forma, seria impossível. Os estudos sobre as mulheres, nascidos sob o signo da interdisciplinaridade, reconheceram desde o início a enorme importância da valorização das fontes orais para a construção da memória individual e coletiva¹⁹. Também neste estudo foi possível cruzar estes dois eixos, dado que as histórias e trajetórias de vida de cada uma destas mulheres confluíram num momento coletivo, aquando da sua chegada ao ensino superior.

Ao recolhermos estes testemunhos, reconhecemos os mesmos como importantes e pertinentes, na medida em que não só nos permitiram compreender, de forma mais detalhada e na primeira pessoa, a participação destas doze mulheres no movimento estudantil, como também propiciaram uma visão mais abrangente, aglomeradora de outras perspetivas e problemáticas, do movimento estudantil deste período. Não poderemos deixar de mencionar um certo e inicial “desconforto feminino” – como definido por Vanda Gorjão²⁰ – evidente em algumas das mulheres entrevistadas. Revisitar um passado com mais de cinquenta anos foi, de facto, um desafio para estas mulheres. Um desafio ainda maior, já que as próprias mostravam dificuldades em se reconhecerem enquanto agentes históricos ativos e em considerarem o seu testemunho como relevante ou meritório o suficiente. Olhando em perspetiva, concluímos que as conversas iniciais e exploratórias, de conhecimento mútuo (entre entrevistado e entrevistador), desempenharam um papel fundamental na superação deste desconforto inicial.

Todas as entrevistas foram devidamente editadas, efetuando-se os cortes necessários, nomeadamente a referências ou momentos que as testemunhas solicitaram que fossem excluídos das versões finais. O processo de edição das entrevistas incluiu ainda a sua respetiva minutagem, facilitando a localização posterior de determinada temática ou assunto.

Ainda no que respeita às fontes orais, desde o início que foi fundamental assegurar a sua patrimonialização e disponibilização em acesso aberto para qualquer investigador ou interessado. Por esta razão, todas as entrevistas aqui citadas encontrar-se-ão

¹⁹ Isabel Ventura, *As Primeiras Mulheres Repórteres – Portugal nos anos 60 e 70*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 49.

²⁰ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempo Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 23.

disponíveis, na íntegra, na plataforma digital Memória Para Todos²¹, devidamente indexadas. Consideramos que este é mais um passo no sentido da valorização destes testemunhos, na integração das memórias destas mulheres no espaço público e na memória coletiva, e ainda na democratização do acesso ao conhecimento e a ferramentas indispensáveis para futuras investigações históricas.

Importa acautelar que, não obstante as fontes orais serem amplamente citadas ao longo desta investigação, não significa que sobre elas não exercemos as mesmas cautelas hermenêuticas ou que as consideremos de maior confiabilidade. Na verdade, metodologias semelhantes aquelas utilizadas para testar a autenticidade de outras fontes – a leitura crítica, o cruzamento de factos e detalhes com outras fontes, e uma análise atenta do seu contexto de produção e do perfil e percurso do entrevistado – são também aplicáveis à história oral²². Ademais, vários dos limites apontados aos testemunhos orais são partilhados por outro tipo de documentação de uso defendido e unânime nas ciências sociais, como as memórias e autobiografias²³.

A investigação que aqui apresentamos organiza-se de acordo com uma estrutura que entrelaça aspetos cronológicos com aspetos temáticos. Começamos a nossa exposição com uma breve contextualização histórica da situação universitária, do movimento estudantil e das suas principais dinâmicas em inícios da década de 70, procurando situar a participação destas mulheres no quadro mais amplo deste movimento de oposição, resistência e luta à ditadura. Há que atender ao pano de fundo de repressão, vigilância e controlo que marcava o quotidiano do movimento estudantil lisboeta e do qual estas estudantes universitárias foram também alvo. Esclarecidas algumas das temáticas que nos acompanharão ao longo deste trabalho, detemo-nos depois, num segundo capítulo, sobre os percursos de vida das mulheres entrevistadas num momento anterior ao seu ingresso no ensino superior, averiguando a importância das dinâmicas familiares, do contexto escolar e do quadro social em que se inseriam para a sua consciencialização política e

²¹ Todas as entrevistas recolhidas no âmbito deste trabalho estarão disponíveis em: <https://memoriaparatodos.pt/>. Nas notas de rodapé de cada uma das entrevistas citadas ou utilizadas ao longo desta investigação deixaremos a referência ao link do Youtube do Memória para Todos. Na descrição do vídeo disponibilizámos ainda a sinopse e a minutagem da respetiva entrevista.

²² Paul Thompson, *The Voice of the Past*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 153.

²³ A recolha testemunhal apresenta vantagens relativamente a este tipo de documentos, nomeadamente pelo facto de, sendo a fonte oral uma fonte coproduzida, o entrevistador pode dialogar com o entrevistado, solicitando que se esclareçam determinados tópicos ou que se expandam pontos de particular interesse. Já as memórias e biografias são uma fonte de sentido único, seguindo um género específico, o literário, Cf. *Idem*, p. 121.

social. Interessam-nos episódios específicos, identificados pelas entrevistadas enquanto momentos de consciencialização política e/ou social, ainda que, na altura, de forma inconsciente. Os impactos sentidos por estas mulheres aquando da entrada na Universidade darão corpo a um terceiro capítulo, onde serão discutidos os diferentes níveis e formas de envolvimento no movimento estudantil. Veremos como a sua participação poderia oscilar entre três níveis distintos (mas coexistentes) de envolvimento: um legal, um semilegal e outro ilegal. No que respeita ao movimento estudantil, as doze mulheres entrevistadas identificam ainda vários momentos e acontecimentos estruturantes e alguns traços que nos permitem caracterizar as lutas estudantis desenvolvidas nas duas Faculdades em estudo. Estes eventos serão descritos com algum grau de pormenor num quarto capítulo, que apresenta uma organização eminentemente cronológica e que procura destacar algumas das dinâmicas de ação, politização e radicalização estudantil. Para além da atividade que desenvolveram em estruturas legais (Associações de Estudantes) e semilegais (comissões e cooperativas), muitas estudantes aproximaram-se também de organizações políticas clandestinas e ilegais com influência no meio estudantil, assunto que exploraremos no quinto capítulo. As atividades estudantis e políticas a que se dedicaram tiveram fortes repercussões nas suas vidas pessoais, académicas e profissionais. As memórias complicadas e difíceis das experiências prisionais serão o mote de um sexto capítulo, onde se dará preferência aos relatos na primeira pessoa. Já a terminar, num sétimo capítulo, deixaremos alguns apontamentos sobre os processos de desmobilização observáveis no pós 25 de Abril, evidentes através da análise das trajetórias de vida destas mulheres. Incluiremos ainda breves reflexões acerca do impacto e importância, a longo termo, da sua participação no movimento estudantil.

Capítulo I

O movimento estudantil português nos últimos anos do regime

1.1. A reforma de Veiga Simão

A forte agitação que marcou os centros universitários de Lisboa, Coimbra e Porto esteve no cerne da remodelação política que ditou o afastamento de José Hermano Saraiva da pasta da Educação Nacional²⁴ e no subsequente convite de José Veiga Simão para o mesmo cargo. Ex-Reitor da Universidade de Lourenço Marques, doutorado em Física pela Universidade de Cambridge, Veiga Simão reconhece, de imediato, o ensino superior como uma das suas prioridades de atuação, já que era aqui que se “jogava o seu próprio futuro político”²⁵. A este nível, – e contrastando com a posição de José Hermano Saraiva, que secundarizava a questão da universidade – as preocupações de Veiga Simão alinhavam-se integralmente com as sensibilidades de Marcelo Caetano no que respeita à importância da Universidade enquanto instrumento de modernização do país²⁶.

A política educativa de Veiga Simão assentava na “democratização do ensino” que, tal como refere no seu discurso de tomada de posse, traduzia-se em “educar todos os portugueses, onde quer que se encontrem, na aldeia escondida ou na cidade industrializada, na savana seca ou ignota ou na lezíria verdejante”²⁷. No que concerne à situação universitária, a atuação ministerial de Veiga Simão poder-se-á dividir em dois eixos. Um primeiro, de “normalização do ensino”, procurando-se o apaziguamento da agitação estudantil, nomeadamente em Coimbra, foco da crise de 69, com a nomeação de um novo reitor, a amnistia dos processos criminais e disciplinares instaurados e a desmobilização dos estudantes punitivamente incorporados nas forças militares. Conseguida a “pacificação” das universidades, importava depois, e em segundo lugar, colocar em curso

²⁴ Em agosto de 1969, o então Ministro da Educação Nacional, José Hermano Saraiva, havia ordenado o encerramento da Associação Académica de Coimbra e a instauração de mais de duzentos processos disciplinares aos estudantes envolvidos no protesto. Com o convite de Veiga Simão para este cargo procurava-se, portanto, afastar uma das figuras mais destacadas da repressão do protesto coimbrão e, por consequência, apaziguar os ânimos. Cf. Irene Pimentel, *Informadores da PIDE – Uma Tragédia Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2022, p. 389.

²⁵ António Teodoro, *A construção política da educação: estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 264-265.

²⁶ No seu discurso de tomada de posse, Veiga Simão afirmaria “A reforma da Universidade constituiu por isso a preocupação primeira deste Ministério e, ouvidos todos os seus elementos representativos, serão ensaiadas soluções que lhe assegurem a posição de vanguarda nos domínios do pensamento e lhe confirmem uma eminente dignidade”. Cf. Veiga Simão, *Educação... Caminhos da Liberdade*, Lisboa, CIREP/MEN, 1973, p. 16.

²⁷ *Idem*, p. 12.

um vasto projeto de modernização do sistema educativo que, no que respeita ao ensino superior, procurava a sua expansão, diversificação e regionalização²⁸.

As principais linhas deste projeto reformador que se procura implementar são apresentadas em 1971, colocadas a debate público durante cerca de três meses numa ação de legitimação da sua ação governativa, e apenas ratificadas legalmente em abril de 1973. Será precisamente em 1973 que, de forma a responder à crescente procura, se fará aprovar o Decreto-Lei 402/73, consagrando o projeto de expansão e diversificação do ensino superior através da criação de três novas Universidades (a Universidade Nova de Lisboa, de Aveiro e do Minho) e de um instituto universitário (em Évora)²⁹.

Porém, uma contradição basilar, notada inclusivamente pelos setores mais moderados da oposição, impedia o sucesso deste projeto: como democratizar o ensino num contexto político e social antidemocrático? Uma contradição tanto mais relevante se atendermos ao facto de as organizações estudantis (como as Associações de Estudantes) se pautarem pela representatividade dos seus dirigentes através do sufrágio livre. Nuno Caiado salienta o facto da reforma de Veiga Simão, pelo seu significado e modo como foi aplicada, ter contribuído para a aceleração do processo de radicalização do movimento estudantil, uma vez que “a introdução das reformas foi feita tardiamente, num momento em que a politização do meio universitário estava já muito adiantada”³⁰. Guya Accornero acrescenta que, ao satisfazer algumas das reivindicações base do protesto estudantil, a reforma acelerou “a emergência de temáticas mais radicais, que iam na direção de uma reestruturação geral da sociedade e do sistema político”³¹. Assim, a política educativa que se pretendia implementar tornava-se impossível sem uma mudança do regime vigente e não só levaria tempo a produzir resultados, como exigia elevados recursos financeiros, nesta altura canalizados para o esforço de guerra.

1.2. A radicalização das lutas estudantis

Em Lisboa, onde o movimento estudantil atingia elevados níveis de radicalização e politização, assiste-se a uma pulverização da esquerda estudantil, multiplicando-se as correntes marxistas-leninistas, maoistas e trotskistas que disputavam, nas universidades

²⁸ Rui Grácio, «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1996 p. 257.

²⁹ António Teodoro, *A construção política da educação...*, pp. 270-273.

³⁰ Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal...*, p. 209.

³¹ Guya Accornero, «A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo»..., p. 583.

e nos liceus, a hegemonia entre si e com o PCP. A entrada em cena destes grupos nos meios estudantis é, em parte, produto da ressaca eleitoral de outubro de 1969 e do desapontamento com a “Primavera Marcelista”, mas também da crescente influência que a Revolução Cultural Chinesa assume nestes meios, especialmente por intermédio da entrada dos acontecimentos do Maio de 68 em Portugal.

Esta “constelação de grupos e grupúsculos” alteraria, por completo, o *modus operandi* do oposicionismo que emergia dos meios estudantis. Dá-se uma renovação na linguagem e nas práticas contestatárias e introduzem-se novos conceitos de clandestinidade, padrões de comportamento e normas de atuação que, em parte por “voluntarismo” e “audácia”, em parte por “corte mais ou menos pronunciado com a tradição da cultura de clandestinidade do PCP”, deram azo à construção de uma cultura própria de ilegalidade³². A capacidade de influência que estas organizações granjeiam entre os estudantes universitários justifica-se, em parte, pela emergência de uma nova geração que entra em divergência com o regime vigente. Nas Universidades, poucos eram aqueles que acreditavam na viabilidade do regime e vários eram os que, quer por influência da abertura à Europa, quer pela continuação da guerra em África, se distanciavam dos modelos políticos e ideológicos instituídos³³. Novos modelos, cativantes e mobilizadores para a juventude, indicavam em todos os sentidos para a possibilidade de uma transformação revolucionária da sociedade, desde “as lutas dos movimentos independentistas africanos e asiáticos, [à] imagem informal da revolução cubana e a leitura empolgada e, na maioria das vezes, truncada e deficiente, do fenómeno chinês”³⁴. As leituras de textos de várias correntes do marxismo e dos escritos de Ho Chi Minh, Che Guevara e Mao Tsé Tung, – os novos “ícones políticos” –, dão corpo a uma geração universitária marcada pela ousadia e pelo radicalismo.

A energia reivindicativa destes grupos da extrema-esquerda era orientada para ações de contestação que extrapolavam o âmbito estudantil e os limites da Universidade, numa “intensificação de práticas mais alargadas de participação e a afirmação explícita

³² Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, 2004, p. 129.

³³ António José Telo, «Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança», in Hipólito de la Torre, *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*, Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1989, p. 86.

³⁴ Miguel Cardina, «Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 2010, p. 211.

de posturas políticas mais radicais”³⁵. São frequentes as “manifestações relâmpago” anticapitalistas, anticolonialistas e de aberta contestação ao regime e as “distribuições relâmpago” de comunicados à população que contavam com a presença maioritária, se não por vezes exclusiva, de estudantes universitários e liceais.

De resto, o PCP encontrava-se numa encruzilhada de difícil resolução entre a preservação do aparelho clandestino e a tentativa de uma intervenção política mais alargada, julgando “muito mal as ações de rua abertamente conflituais e violentas realizadas por jovens e estudantes extremistas, acusando-as de provocarem a repressão policial e fazerem assim o jogo do regime”³⁶. Procurando combater esta perda de hegemonia nas universidades, o PCP criaria, em janeiro de 1972, a UEC (União de Estudantes Comunistas). É também no ano de 1972 que o movimento estudantil lisboeta atravessa um momento de radicalização acentuada, sobretudo na sequência dos acontecimentos de 12 de outubro, durante os quais foi assassinado o estudante Ribeiro Santos e baleado José Lamego, ambos da Faculdade de Direito, durante um *meeting* contra a repressão no ISCEF³⁷.

1.3. A guerra colonial

As movimentações estudantis das décadas de 60 e 70 tinham como pano de fundo a manutenção indefinida de uma guerra que, desde 1970, absorvia cerca de 45% do orçamento do Estado e que contava com uma força militar de 140 000 efetivos, valor apenas superado, em termos de percentagem perante o total de população, pelo Israel e pelos dois Vietnams³⁸. A guerra tornara-se financeiramente insustentável – agravada pelo contexto de crise internacional, com a crise petrolífera de 1973 –, desviando verbas necessárias do campo social e educacional, fundamentais para a sobrevivência do regime³⁹. Esta guerra com três frentes de combate – iniciada em Angola em fevereiro de 1961, e ampliada à Guiné em janeiro de 1963 e a Moçambique em agosto de 1964 –, afetou de forma direta a juventude, nomeadamente os jovens universitários, traduzindo-se na incorporação das forças mais jovens e dinâmicas no exército colonial, com um claro

³⁵ Miguel Cardina, *A Tradição da Contestação...*, p. 125.

³⁶ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 233

³⁷ Regressaremos a estes temas nos capítulos IV e V.

³⁸ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 30

³⁹ Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 12-13.

impacto a nível social, político, demográfico⁴⁰, e no desenvolvimento e progresso do país. Ademais, a guerra significava a obrigatoriedade da incorporação militar, o afastamento inevitável das famílias, colocando sérios entraves na concretização de quaisquer perspectivas de vida e de autorrealização na generalidade dos jovens, acarretando ainda elevados riscos físicos e psicológicos.

Todavia, a contestação direta à guerra colonial surgiu tardiamente no rol reivindicativo dos estudantes portugueses. Tal como Marta Benamor Duarte refere, “se é verdade que havia em Portugal uma condição parecida com a que existia nos Estados Unidos e a guerra no Vietname, é preciso lembrar que raramente, nos textos e discussões dos estudantes de 1968 e 1969, o problema da guerra foi abordado”⁴¹. A presença tardia da contestação direta à guerra colonial entre os estudantes pode ser explicada por vários fatores. Accornero refere que a secundarização desta questão poder-se-á relacionar com a hegemonia do PCP no movimento estudantil durante a década de 60, que priorizava o derrube do regime e só depois, e conseqüentemente, a independência das colónias. Ainda assim, não deixa de ser plausível a hipótese da guerra, apesar de ausente no discurso e nas manifestações, poder ter significado, informalmente, “um dos principais fatores de mobilização estudantil”⁴². Tal é tanto mais crível se tomarmos em consideração o enorme impacto que a continuação do conflito armado tinha para os jovens portugueses. Por outro lado, segundo Miguel Cardina, a crítica tardia à guerra poder-se-ia ainda prender com razões culturais, “de honra, de orgulho, de masculinidade”⁴³. Fernando Dacosta corrobora a ideia, afirmando “Não ir à tropa, ser dispensado, fizera-se uma inferioridade, um labéu. Ficar-se livre chegava a ser vergonhoso – jovens havia que perdiam namorada e reputação por isso”⁴⁴.

Assim, será apenas na transição para a década de 70, – tardiamente quando em comparação com outros contextos em que a guerra era também um sorvedor de forças jovens (veja-se, os EUA), – que esta passa a constar nas reivindicações dos estudantes universitários portugueses, “depois de anos de abordagens ambíguas e hesitantes”⁴⁵. A

⁴⁰ Portugal mobilizou para a guerra, percentualmente, 1% da sua população, o que “seria equivalente aos norte-americanos recrutarem 2 milhões e meios para o Vietname, em vez dos 500 000 que para aí foram mobilizados”. Cf. António Costa Pinto, *O Fim do Império Português...*, p. 48.

⁴¹ Marta Benamor Duarte, *Foi Apenas Um Começo...*, p. 298

⁴² Guya Accornero, «A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo»..., p. 576.

⁴³ Miguel Cardina, *A Tradição da Contestação...*, p. 220.

⁴⁴ Fernando DaCosta, *Nascido no Estado Novo: Narrativa*, Lisboa, Notícias Editorial, 2001, p. 265

⁴⁵ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 197.

contestação à guerra não era, contudo, exclusiva dos estudantes portugueses, integrando-se num movimento mais lato de contestação aos imperialismos que contagiou os estudantes de várias universidades europeias e americanas. O contacto desta geração de jovens portugueses com redes transnacionais marxistas, que assumiam posições radicalmente anticoloniais, contribuiu para a crescente mobilização e politização do movimento estudantil em matérias de imperialismo e colonialismo⁴⁶. Esta influência encontrava-se já evidente na primeira manifestação contra a guerra do Vietname, a 21 de fevereiro de 1968, em frente da Embaixada dos Estados Unidos da América⁴⁷.

A onda de contestação à guerra entre os estudantes intensificar-se-ia em julho de 1969, na sequência do lançamento do Decreto-Lei n.º 49 099, que revia a lei sobre o serviço militar. Segundo este decreto, “Os estudantes matriculados nos estabelecimentos de ensino nacional ou estrangeiros podem ser anualmente anulados das provas de classificação quando demonstrem: a) Ter bom comportamento escolar (...).”⁴⁸. A justificação do “bom comportamento” será frequentemente utilizada pelas autoridades académicas, na tentativa de manter fora dos estabelecimentos de ensino todos aqueles que comprometessem a “paz” nas universidades. Importa ainda salientar que, entre os estudantes universitários, a oposição à guerra estava intrinsecamente ligada à luta contra a reforma do ensino de Veiga Simão que estabelecia o prazo limite de três anos de frequência da mesma disciplina que, ao não ser cumprido, impossibilitava o aluno de se voltar a matricular na mesma.

1.4. A repressão do regime e a generalização das lutas estudantis

Concomitantemente ao processo de radicalização e politização generalizada do movimento estudantil, dá-se ainda uma intensificação da resposta repressiva do regime, face à constante crítica de que era alvo pelas futuras elites do país. O crescendo de ação-repressão não é exclusivo do movimento estudantil, tratando-se de uma característica transversal a vários polos de contestação e agitação política, que cerram fileiras neste período. Porém, “se é difícil demonstrar que o movimento estudantil fosse

⁴⁶ Bruno Cardoso Reis, «Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização (1974-1975)», in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira (org.), *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Nova Veja, 2017, pp. 81-82.

⁴⁷ Manifestação convocada pelos Comités Vietname, formados por um grupo de estudantes da EDE e vários estudantes que se tinham solidarizado com as vítimas das cheias de 67. Cf. João Isidro, «Uma manifestação contra a guerra do Vietname em Lisboa», in António Simões do Paço (ed. & coord.), *Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Os Anos de Salazar, vol. 24, 2008, pp. 124-127.

⁴⁸ Decreto-Lei n.º 49 099, DR, I Série-A, n.º 143, de 4 de julho de 1969.

quantitativamente o mais extenso”, é exequível referir que este foi “no final do regime, o mais perigoso para a sua sobrevivência”⁴⁹.

Desde inícios da década de 60 que o regime tinha colocado em marcha várias medidas de controlo das atividades e lutas estudantis. Em maio de 1962, o Decreto-Lei nº 44 357 estabelecia as condições das suspensões e dos processos disciplinares a aplicar aos alunos, segundo o qual o aluno poderia ser imediatamente suspenso da frequência das aulas pelo período máximo de 90 dias, suspensão prorrogável por períodos de igual duração⁵⁰. Em outubro do mesmo ano, o Decreto-Lei nº 44 632 estabelecia ainda que “a criação e funcionamento das organizações circum-escolares do ensino superior”, nas quais se incluíam as Associações de Estudantes, “depende da aprovação dos respetivos estatutos”, sob a competência do Ministro da Educação Nacional⁵¹.

Estes dois diplomas legislativos permaneceriam vigentes nos anos que se seguiram, chegando até ao período em que aqui nos debruçamos. A sua importância na contenção da agitação estudantil na década de 70 não deve ser menorizada, uma vez que as suspensões e os processos disciplinares serão as formas mais comumente utilizadas pelas autoridades académicas para afastar os “principais agitadores” do recinto universitário. Ademais, a obrigatoriedade da homologação dos corpos dirigentes das AEs pelo MEN criará fortes choques entre os estudantes e as autoridades, tal como sucedeu em janeiro de 1971, na Faculdade de Direito, na sequência da não homologação de dois elementos da Direção eleita.

A década de 70 não ficaria atrás em matéria legislativa repressiva. Em janeiro de 1973 é criada a “lei dos vigilantes”, institucionalizando a presença dos conhecidos “gorilas” nas faculdades⁵². O recrutamento e a preparação do primeiro grupo de vigilantes, cerca de vinte homens ex-militares com “mais de um metro e oitenta de altura” que tinham “prestado serviço, de preferência, nas forças especiais”, ficou a cargo do Centro de Documentação Internacional (CDI), uma associação patrocinada pelo MEN. Em 1972, este corpo seria transferido para a Faculdade de Direito de Lisboa a pedido do

⁴⁹ Guya Accornero, «A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo»..., p. 576.

⁵⁰ Decreto-Lei nº 44 357, *DG*, I Série, nº 115, de 21 de maio de 1962.

⁵¹ Decreto-Lei nº 44 632, *DG*, I Série, nº 237, de 15 de outubro de 1962.

⁵² Segundo o diploma legislativo, ao se verificar “que nem sempre a disciplina nos estabelecimentos de ensino superior é mantida em condições de assegurar o regular funcionamento dos trabalhos escolares e a proteção devida a pessoas e bens”, foi solicitada a criação de “pessoal de vigilância”, com a tarefa de “coadjuvar na manutenção da disciplina académica nos estabelecimentos sob a sua direcção”. Cf. Decreto-Lei nº 18/73, *DG*, Série I, nº 14, de 17 de janeiro de 1973.

Diretor Soares Martinez, antes mesmo de se encontrarem estabelecidas juridicamente as funções deste corpo de segurança interna nas Faculdades⁵³.

Entretanto, nas universidades, proliferam outras formas de vigilância e repressão que eram ativadas ao menor sinal de suspeita. Na realidade, as formas de vigilância poderiam ser anteriores a qualquer demonstração de uma atitude “subversiva”, dado que no ato da matrícula no ensino superior era exigida uma ficha de inscrição e uma fotografia do estudante com o objetivo de constituir um ficheiro centralizado referente a todos os estudantes que frequentassem uma das três Universidades do país, tarefa a cargo do CDI⁵⁴. A este ficheiro centralizado acrescentava-se um segundo, de natureza policial, que recolhia informações de cariz político sobre os estudantes com atividade associativa. Este segundo ficheiro possuía uma dupla funcionalidade: por um lado, de apoio ao MEN, dispondo “de informações sobre a composição política das direcções eleitas, não apenas para as associações de estudantes como para outros organismos estudantis autónomos, na base das quais os membros do Governo com competência neste domínio procediam à homologação ou não dos corpos gerentes eleitos” e, por outro, de auxílio à PIDE/DGS “que tinha à sua disposição um ficheiro de retaguarda com muita informação sobre o movimento estudantil e os seus principais activistas, a que recorria com regularidade”⁵⁵.

De uma consulta aprofundada da documentação que chega à PIDE/DGS nestes anos ressalta o enorme esforço de vigilância de todas as atividades protagonizadas por estudantes, dentro e fora do meio universitário. Em Lisboa, a polícia política era coadjuvada nas suas atividades de investigação pela PSP que, diariamente, produzia uma diversidade de informações em que se relatavam e escrutinavam todas as atividades protagonizadas por estudantes. Para além da atividade de vigilância, a PSP – enquanto força responsável pela gestão da ordem pública e tendo como zona de atuação típica o espaço urbano público – distinguiu-se pelo papel fundamental que desempenhou no controlo da ação estudantil, sendo convocada para atuar em várias ocasiões: efetuar o controlo das entradas e saídas dentro do recinto da Faculdade, vigiar ou intervir nos locais de encontro e reunião dos estudantes, e proceder a detenções de estudantes. Importa

⁵³ António Teodoro, *A construção política da educação...*, p. 292.

⁵⁴ *Idem*, p. 286.

⁵⁵ *Idem*, p. 287.

esclarecer que a polícia apenas poderia atuar dentro do recinto das faculdades após ser solicitada e permitida a sua presença pelo Diretor ou Reitor Universitário⁵⁶.

Por seu turno, a atitude repressiva do regime pautou-se ainda pelo aumento do número de estudantes presos nos anos finais do regime. Segundo os dados apresentados por Accornero, entre 1956 e 1974, os estudantes constituíram quase 13% do total de cidadãos presos por motivos políticos (de 7 357 cidadãos presos, 936 eram estudantes), sendo que o número de estudantes presos atinge o seu auge no ano de 1973, “quando estes, contando quase metade de todas as prisões, representam a categoria social mais atingida pela repressão policial”⁵⁷. Já no período de quatro meses, que vão desde o início do ano de 1974 até ao 25 de Abril, tinham sido já presos 43 estudantes, representando 37% de todos os cidadãos presos neste período⁵⁸. Importa mencionar que a maioria destas detenções era efetuada tanto dentro do recinto universitário, durante ocupações universitárias, boicotes e interrupções de aulas, como fora deste, durante manifestações e distribuições relâmpago que frequentemente se saldavam pelo ataque direto à propriedade, com a destruição de montras de delegações bancárias ou carros. Assim, Accornero conclui que “o aumento das prisões estudantis foi em parte determinado pela mudança e radicalização do repertório de contestação, que levou à adoção de formas de protesto mais duras”⁵⁹.

No meio estudantil, a PIDE/DGS contou ainda com a colaboração voluntária de contínuos, professores e até mesmo estudantes que circulavam nos corredores, ouviam todas as conversas e transmitiam as informações mais relevantes à polícia política. Referimo-nos aos informadores da PIDE que contribuía, juntamente com a PSP e os vigilantes, para um clima de constante controlo e vigilância. Os primeiros informadores no meio estudantil terão surgido na sequência da crise académica de 62⁶⁰ e, ao longo das

⁵⁶ A Companhia Móvel da PSP, mais conhecida por “polícia de choque”, seria o rosto mais visível desta investida repressiva direcionada para os estudantes, dentro e fora do recinto universitário. A formação da primeira Companhia Móvel em Portugal foi concomitante da formulação de um novo método de atuação e manutenção da ordem pública, que atentava às repercussões que a repressão desregrada e agressiva poderia ter a nível da opinião pública. Procurava-se então moderar o uso da força para evitar o desprestígio da autoridade policial, optando-se pela utilização de gases lacrimogénios, carros de água ou cassetetes enquanto métodos de dissuasão por excelência, deixando para último recurso a utilização de armas de fogo. Cf. Diego Palácios Cerezales, *Estado, Régimen y Orden Público en el Portugal Contemporáneo*, Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid, 2008, pp. 454-460.

⁵⁷ Guya Accornero, «A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo»..., p. 577.

⁵⁸ *Idem*, pp. 576-577.

⁵⁹ *Idem*, p. 578.

⁶⁰ Irene Pimentel, *Informadores da PIDE*..., p. 380.

décadas de 60 e 70, desempenharam um papel fundamental na recolha e envio de todo o tipo de elementos à polícia política sobre atividades estudantis. Na Faculdade de Direito, os estudantes eram vigiados por vários contínuos, entre eles o conhecido Félix (com o pseudónimo de “Roma”) e a mulher, Maria (com o pseudónimo de “Direito”). Ambos residiam no edifício da Faculdade, tendo acesso, inclusivamente, às instalações da AAFDL. Já na Faculdade de Ciências, durante a década de 70, as principais informações chegam à PIDE/DGS pelas mãos de “Reis”. Este possuiria uma considerável capacidade de infiltração dentro da massa estudantil, conseguindo uma “aparência estudantil”, como refere num dos relatórios, colaborando, inclusivamente, na distribuição de panfletos e comunicados estudantis⁶¹.

Deveremos, no entanto, questionar se estas medidas de carácter repressivo produziram os efeitos desejados. Autores como Ronald A. Francisco chamaram já à atenção para os efeitos contraditórios que as políticas repressivas poderiam, por vezes, desencadear. Cunhando o conceito de “dictators’ dilemma” (“o dilema do ditador”), Francisco refere que, na presença de um contexto de protesto, os ditadores – de forma a assegurarem a estabilidade e durabilidade do regime –, recorrem frequentemente a medidas repressivas, sem que tal se materialize num abrandamento da contestação, podendo, inversamente, espoletar um processo de disseminação das forças de oposição e contestação⁶². No contexto do movimento estudantil português e nesta cronologia em específico, estas medidas repressivas, longe de refrearem os ímpetus da luta estudantil, originaram formas de atuação mais politizadas, mais diversificadas e mais dificilmente controladas. Os encerramentos compulsivos de que as Associações de Estudantes⁶³ foram alvo levaram a uma mudança na forma como os estudantes percecionavam e orientavam as suas lutas, deixando de se balançar na ténue linha entre a legalidade e a ilegalidade, e assumindo modalidades de organização mais informais e ligadas aos cursos. Estamos, enfim, perante medidas de força que, segundo Nuno Caiado, geraram um “ciclo vicioso de rejeição-aplicação-rejeição que, verdadeiramente, só se rompeu com o derrube da ditadura”⁶⁴.

⁶¹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 208, fl. 59.

⁶² Ronald A. Francisco, «The Dictator’s Dilemma», in Christian Davenport, Hank Johnston, Carol Mueller (ed.), *Repression and Mobilization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2005, p. 58.

⁶³ Em vésperas da Revolução, todas as Associações de Estudantes do país encontravam-se encerradas, com a exceção da Associação de Veterinária de Lisboa e a Associação de Farmácia do Porto.

⁶⁴ Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal...*, p. 189.

Capítulo II

Socialização política e os primeiros passos na consciencialização

O presente capítulo procura analisar, refletir e questionar a importância dos processos de socialização primária e secundária no comportamento político das doze mulheres entrevistadas para este estudo. Estas mulheres apresentam proveniências familiares e sociais bastante distintas: algumas são provenientes de meios citadinos (maioritariamente de Lisboa) e de famílias de classes privilegiadas, tanto em termos sociais como económicos; outras provêm de famílias mais modestas, de pequenas aldeias no norte e centro do país, para as quais a miséria, a fome e a repressão eram reais e, caso não as tivessem experienciado diretamente, tinham certamente testemunhado. No que respeita à atitude política dos familiares – sobretudo dos pais e avós – os depoimentos apontam para posições diversas: os que apoiavam o regime, os que eram contra o regime e os que não expressavam uma posição política específica. Mais difícil foi distinguir entre aqueles que eram ativamente contra o regime e aqueles que eram contra o regime, mas não ativamente. Entre as famílias explicitamente referidas como “contra o regime”, encontramos influências do republicanismo, comunismo e, até mesmo, do anarquismo.

O contexto familiar e, em alguns casos, o quadro social e comunitário em que se encontravam integradas durante a infância e a adolescência foram determinantes para o desenvolvimento de uma consciencialização política precoce, muitas vezes processada de forma inconsciente. Como refere Vanda Gorjão, “O processo através do qual as crianças vivem, desde a mais tenra infância, uma inicial socialização política abarca a interiorização quotidiana e não consciente de visões, princípios, normas, atitudes e comportamentos do grupo familiar face ao mundo, os quais, sendo a ordem social, cultural e moral, se revelaram quase sempre politicamente pertinentes”⁶⁵. Em vários dos depoimentos tornou-se claro que foi apenas através de um olhar distante, no espaço e no tempo, que muitas das mulheres reconheceram a importância que determinado acontecimento e/ou estímulo, durante a infância ou a adolescência, teve na sua consciencialização política e social. Assim, a relevância dos apontamentos biográficos que deixamos neste capítulo pode ser compreendida à luz da importância que determinados episódios políticos ou estímulos têm na consciencialização e formação política e social de determinado indivíduo.

⁶⁵ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempo Sombrios...*, p. 41.

Comecemos com a história de Maria José Morgado, nascida na cidade de Malanje, em Angola. O seu pai era funcionário administrativo em Angola e, desde cedo, que se apercebeu da existência de um quadro de opressão em relação ao povo angolano, explorado enquanto mão de obra escrava nas roças de café, levando uma vida de extrema pobreza. Segundo a mesma “Isso foi-me chamando sempre à atenção para as diferenças sociais, para pessoas que estavam bem e pessoas que não tinham nada e viviam no polo oposto da satisfação das suas necessidades e bem-estar”⁶⁶. De regresso a Portugal, e na escola em Trás-os-Montes, Maria José Morgado era a única que andava calçada e que tinha bonecas. Estes dois contextos, tanto Angola como Portugal, foram propícios à formação de um “sentimento de revolta” e de um “desejo de contestação”, surgindo interrogações às quais não tinha resposta no seio familiar⁶⁷.

Também Jorgete Teixeira nasce em Angola, mais especificamente na província do Cunene. O seu pai era militar e frequentemente partia em comissões para África. Em Angola, Jorgete Teixeira frequenta escolas em Luanda, Cabinda e Benguela. Com o rebrantar da guerra colonial no norte do país, Jorgete, a mãe e os irmãos vêm-se obrigados a abandonar Angola e a mudarem-se para Portugal. Com a chegada a Portugal, Jorgete Teixeira confronta-se com um ambiente extremamente repressivo e castrador:

“(…) a vida de Angola, a forma como as pessoas lá viviam era uma forma muito mais (...) livre, muito mais sociável, quer dizer, não tinha nada a ver com aquilo que nós viemos a encontrar aqui, em Portugal. Ainda por cima num Portugal que era sombrio, cheio de regras que eram castradoras em vários sentidos, não havia liberdade. As raparigas então eram muito mais penalizadas... Eu não podia sair, não tinha vida para além do liceu. (...) Foi um período bastante complicado.”⁶⁸.

Aurora Rodrigues nasce no Alentejo, perto das Minas de São Domingos, terra de latifúndios. Desde cedo que assiste a uma enorme clivagem social e a constantes lutas por melhores condições de vida e de trabalho, fortemente reprimidas pela ditadura. Por um conjunto de acasos, Aurora Rodrigues consegue prosseguir os seus estudos, recebendo

⁶⁶ Entrevista a Maria José Morgado, 21 de novembro de 2022. A partir deste momento assinalaremos todas as citações correspondentes a esta entrevista com a referência «Entrevista a Maria José Morgado». Adotaremos o mesmo procedimento para as restantes entrevistas. Entrevista disponível em: <https://youtu.be/GW3D4QQj9i4>.

⁶⁷ Entrevista a Maria José Morgado; *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – O despertar na infância*, S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-o-despertar-na-infancia/>.

⁶⁸ Entrevista a Jorgete Teixeira, 19 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/wGPJTwe6R8s>.

uma bolsa que assegurou a sua entrada no ensino superior⁶⁹. Esta, contudo, não era a realidade da maioria dos jovens no Alentejo, sobretudo as raparigas. Segundo as estatísticas publicadas pela UNESCO, em 1950, o analfabetismo rondava os 44%, colocando Portugal no último lugar à escala europeia⁷⁰. Em 1960, o distrito de Beja era o único no país que apresentava, em termos percentuais, uma taxa de alfabetização abaixo dos 60%⁷¹. Entre as mulheres a situação era mais preocupante. Em 1930, o analfabetismo masculino era de 52,8% e o feminino de 69,9%. O processo de alfabetização entre as mulheres dá-se a um ritmo mais acelerado, porém, as disparidades entre homens e mulheres permanecem até bastante tarde: em 1940, o analfabetismo masculino era de 41,2% e o feminino de 56,1%; e em 1950, era, respetivamente, de 24,9% e 36,7%⁷². Aurora Rodrigues revela que muitas das mulheres da sua aldeia que começaram por ir à escola consigo, ainda hoje não sabem ler ou escrever:

“(...) muitas começaram a ir à escola comigo, mas depois só foram nos primeiros dias. Porque não se podia ir à escola descalço. (...) Mas não tinham sapatos. A hipocrisia era mais ou menos assim no que respeita ao ensino. Os pais eram obrigados a matricular os filhos e as filhas na escola, caso contrário pagavam uma multa. E então apresentavam-se, arranjavam uns sapatos emprestados, aqueles e aquelas que não tinham sapatos, e apresentavam-se nos primeiros dias, porque assim os pais não pagavam a multa. Depois desistiam. Porque tinham de devolver os sapatos aos donos ou às irmãs (...).”⁷³

Num quadro social onde o analfabetismo era a realidade predominante, algumas mulheres referem a importância das famílias as encorajarem a prosseguir os seus estudos. É o caso de Julieta Lencart, nascida em Malhadas, Miranda do Douro, aldeia onde, segundo a própria, não havia água canalizada ou eletricidade. Ao contrário de muitas crianças da sua aldeia – que não tiveram possibilidade de estudar por participarem na lavoura com os pais –, a sua família valorizava a cultura e a educação. Tinha inclusivamente familiares, suas tias, que tinham frequentado o ensino superior. A preocupação da sua família com a formação levaria a que frequentasse um lar da Mocidade Portuguesa em Bragança, não por concordância com os valores do regime, mas pela perspectiva de um ensino de maior qualidade. Aqui, e apesar de “muito refilona” e do

⁶⁹ Entrevista a Aurora Rodrigues, 22 de junho de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/aD7OLRMnYaA>.

⁷⁰ António Nóvoa, «Ensino primário», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 304.

⁷¹ Maria Cândida Proença, «Analfabetismo», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 47.

⁷² Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempo Sombrios...*, p. 86.

⁷³ Entrevista a Aurora Rodrigues.

ambiente “extremamente controlado”, relembra a importância do contacto com estudantes de várias zonas do país⁷⁴.

Já Fernanda Domingues é proveniente de uma família de agricultores de uma pequena aldeia na Beira Interior. O pai foi a primeira pessoa da aldeia a concluir o exame da 4ª classe e a mãe, mais nova, tinha apenas o exame da 3ª classe. Juntos partiram para Lisboa, à procura de uma vida diferente daquela que teriam na aldeia. Fernanda nasce em Lisboa, numa casa que descreve como sendo “humilde” e onde não havia livros⁷⁵.

O ambiente familiar de muitas destas mulheres foi propício a uma primeira tomada de consciência. Ao abandonarmos a separação típica entre o domínio da família e o domínio da política – resultante da oposição entre a esfera privada e a esfera pública⁷⁶ –, descobrimos pistas que apontam para uma realidade familiar de discussão de ideias, inclusivamente de ideias políticas. Como já referimos, a aprendizagem de valores e posturas sociais e políticas ocorre, frequentemente, de forma espontânea e indireta, pautada por aprendizagens graduais e momentos chave que contribuíram para a consciencialização política e social. Sublinhe-se que muitos destes momentos acompanhavam episódios políticos específicos, visto que, num contexto de vigilância, repressão e perseguição política de todos aqueles que se mostravam contrários à ordem estabelecida, algumas mulheres testemunham situações em que familiares, amigos ou conhecidos foram alvo de perseguição política, sendo inclusivamente presos. Vanda Gorjão refere, parafraseando Malek Chebl, que “a configuração da identidade política pressupõe usualmente a confrontação com uma força adversa”⁷⁷, sendo neste caso a “força adversa” o regime autoritário.

As primeiras recordações políticas de algumas mulheres estão associadas às eleições de 1958. O impulso galvanizador da campanha eleitoral de Humberto Delgado, através de uma “campanha de ar livre, de rua, nada de salões à maneira tradicional”, “propondo-se linearmente demitir Salazar caso fosse eleito”, e “acusando de forma directa e sem subterfúgios o regime e o seu pessoal político”⁷⁸, teve um impacto tremendo

⁷⁴ Entrevista a Julieta Lencart, 14 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/hgu6g5b4Rdk>.

⁷⁵ Entrevista a Fernanda Domingues, 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/hsBXZfID734>.

⁷⁶ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempo Sombrios...*, p. 38.

⁷⁷ Idem, p. 49.

⁷⁸ Fernando Rosas (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 471.

na tão almejada estabilidade e ordem do regime, proliferando-se as ondas de choque e descontentamento popular até ao ano de 1962.

Julieta Lencart tinha 11 anos quando se deram as eleições presenciais de 1958. Refere que os pais eram contra o regime, “mas caladinhos”. Aquando da campanha eleitoral, soube que a mãe tomou uma posição a favor de Humberto Delgado, opinião partilhada pelo pai, ainda que o mesmo não a pudesse expressar publicamente, dadas as suas ligações à Junta de Freguesia. Recorda-se de ter assistido à contagem dos votos na sua aldeia que conferiram a vitória a Humberto Delgado, resultado que se propagou pelas aldeias em redor⁷⁹. Graça Pestana, nascida na Figueira da Foz, tinha nesta altura já 16 anos. Afirma que, apesar dos pais nunca terem manifestado qualquer opinião política na sua presença e de não serem muito politizados, acabou por descobrir, bisbilhotando no casaco do pai, que este tinha votado a favor de Humberto Delgado⁸⁰. No fim, foi a discrepância entre a realidade que observaram – que assegurava a vitória de Humberto Delgado – e os resultados oficiais divulgados (76% dos votos para Américo Tomás e apenas 24% para Humberto Delgado), que fez germinar nestas mulheres uma primeira semente de dúvida e questionamento.

Noutros casos, a atitude política dos familiares era explicitamente contra o regime. Estas famílias poderiam simpatizar ou identificar-se politicamente com as correntes republicanas, socialistas, comunistas ou anarcossindicalistas. Ainda que muitas destas mulheres não viessem, enquanto estudantes universitárias e durante a vida adulta, a partilhar das mesmas visões ideológicas e opiniões políticas que os familiares, é inequívoca a importância que esta socialização política teve para o desenvolvimento de um interesse político posterior e para a sua formação política e social.

Ana Simões encontrou no seio familiar um lugar propício a uma tomada de consciência precoce, confrontando-se com opiniões políticas e ideológicas distintas: a sua avó paterna – monárquica – e o seu avô paterno – republicano. Ainda na primária, soube, pela família, que o pai de uma colega fora preso pela PIDE. Mais tarde, no Liceu Filipa de Lencastre, recorda-se de os estudantes universitários tentarem refugiar-se no liceu, de forma a fugirem às cargas policiais. Segundo a mesma, “a ideia de que havia oposição,

⁷⁹ Entrevista a Julieta Lencart.

⁸⁰ Entrevista a Graça Pestana, 22 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ztQnQvkUnLk>.

de que havia um regime autoritário, de que havia falta de liberdade no país, não foi nada que descobrisse mais tarde”⁸¹.

Também originária de uma família com fortes ligações ao republicanismo e veemente anticlerical, Olga Moura refere que a obsessão do pai, oficial do exército, era a República. Recorda-se que em casa discutia-se política, todos os familiares tinham estudos e confessa que a influência familiar marcadamente republicana levou a que, durante muito tempo, tivesse “a ideia de que a República era uma coisa boa”. Quando descobriu que “em relação às colónias era tudo como antigamente, nem um «vislumbrezinho» de qualquer coisa diferente”, foi um choque para si, dado que “identificava muitas coisas progressistas com a República”⁸².

Proveniente de uma família com uma formação escolar e intelectual elevada (médicos, advogados e professores) e com alguma capacidade económica, Margarida Graça afirma que, se o pai lhe deu “liberdade” (muito criticada pelo avô, conservador e salazarista), os seus familiares mais próximos deram-lhe “contexto”. Entre eles, destaca a importância do tio que, pelas ligações que tinha com o PCP, se viu obrigado a abandonar Portugal e partir para Espanha, onde acolheu muitos emigrantes a salto:

“Ele também estava a estudar lá e vivia numa casa dividida com outros estudantes (...) Os portugueses, os jovens que iam a salto e muitas vezes tinham sido enganados (...) iam lá pedir apoio (...) para sobreviver, para se irem organizando. E eu, às vezes, ia com a minha avó (...) e tomava contacto com essa gente. Ninguém me dizia nada, não eram reuniões nem nada, mas tomava contacto... Depois quando ele foi para Paris, encontravam-se nos cafés (...) Eram os amigos dele, não faziam reuniões, mas [ele dizia] «Este é o não sei quantos, este é o não sei que mais, estiveram no Tarrafal não sei quantos anos». E depois tinham já uns Avantes pequeninos, mas que eu ia lendo aquilo, nunca ninguém me disse para ler... Sobretudo as torturas, as coisas que faziam, a PIDE, tomei consciência disso”⁸³.

Aurora Rodrigues refere que os pais eram pessoas com formação política de esquerda. As histórias que lhe contavam desde muito jovem foram fundamentais para a sua tomada de consciência, tendo-a despertado para uma realidade distinta. Recorda a mãe como uma “narradora nata”, contando-lhe histórias de quando, na escola, ouvia os

⁸¹ Entrevista a Ana Simões, 14 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/0n1q9xcRbQk>.

⁸² Entrevista a Olga Moura, 4 de maio de 2022. Disponível em: https://youtu.be/YEmoDTHh_fc.

⁸³ Entrevista a Margarida Graça, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/QLYsmKsjoEw>.

fuzilamentos na fronteira durante a guerra civil espanhola. O pai, mais velho, transmitia-lhe algumas informações sobre a guerra e o contrabando, onde tinha estado envolvido, relatando-lhe a vez em que esteve preso em Espanha. Segundo Aurora Rodrigues, o pai teria sofrido influências dispersas do movimento anarcossindicalista. Recorda-se vivamente de um livro de Esperanto que o pai guardara toda a vida, juntamente com uma fotografia sua na prisão em Espanha⁸⁴. As histórias e relatos de prisões de familiares e conhecidos têm grande eco nestas mulheres que despertam para uma realidade distinta, em que a dissidência política poder-se-ia repercutir em perseguições políticas e na prisão. Já na escola, desde muito cedo que Aurora Rodrigues se apercebeu que existia um “discurso oculto” e que para se proteger, a si e à sua família, teria de saber fingir:

“(…) o ambiente em casa era, de facto, contra o regime, embora eu fosse sempre prevenida que não podia dizer nada na escola. Tudo o que eu ouvisse em casa, na escola não podia contar. (...) Eu sempre tive a noção de que havia um discurso oculto e que tinha de saber fugir às perguntas e não responder com verdade. (...) Já mais tarde, andava eu na terceira classe, a professora mandou fazer uma redação sobre o império e eu fiz uma redação lindíssima. Eu que em casa ouvia falar contra a guerra, contra o império, contra o Salazar, o discurso contrário ao discurso da escola. Mas na terceira classe eu já sabia fingir, então eu fingi”⁸⁵.

Em casa, algumas destas mulheres tinham acesso à rádio e recordam-se de familiares, amigos e vizinhos se juntarem para ouvir, baixinho, rádios clandestinas como a Rádio Voz Liberdade ou a Rádio Moscovo, as duas com assinalável audiência no interior do país. A primeira emissora emitia, sobretudo, informações sobre as tensões e dissidências que ocorreram no grupo de exilados políticos portugueses na Argélia, enquanto a segunda, para além da propaganda soviética, divulgava informações sobre as campanhas pela libertação de presos políticos em Portugal⁸⁶.

Para além da rádio, muitas destas mulheres adquiriram, desde cedo, hábitos de leitura. A leitura foi, aliás, determinante nas trajetórias de vidas de muitas delas, proporcionando, durante a infância e a adolescência, uma abertura de horizontes e de conhecimento de novas realidades, assim como colmatar uma juventude mais solitária e fechada. Sobretudo aquelas provenientes de classes mais modestas, que não tinham

⁸⁴ Entrevista a Aurora Rodrigues; Aurora Rodrigues, *Gente Comum...*, pp. 60-63.

⁸⁵ Entrevista a Aurora Rodrigues.

⁸⁶ César Oliveira, «Rádios Clandestinas», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 811.

acesso a livros por intermédio de bibliotecas particulares – da família ou de amigos da família – recorriam frequentemente a bibliotecas públicas e itinerantes, como era o caso do Serviço de Bibliotecas Itinerantes⁸⁷ (SBI) da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). Este serviço alcançara maior implantação nas regiões alentejana, algarvia e transmontana, por oposição às regiões beirã, estremenha e minhota⁸⁸. Aliás, as três mulheres entrevistadas que referem a importância do SBI para a sua formação são, precisamente, provenientes da região alentejana (mais especificamente de Castro Verde) e da região transmontana (num caso da aldeia de Malhadas e noutra de Vila Real), correspondendo às regiões com maior implantação deste serviço.

Julieta Lencart refere como sofredamente “lia tudo” aquilo que o SBI disponibilizava, sendo uma forma de abstração e fuga do pequeno mundo da aldeia:

“O que me valeu foram as Bibliotecas Ambulantes da Gulbenkian. Eu lia tudo. Tudo! Ia sempre com não sei quantos livros para casa. (...) Desde banda desenhada, Emilio Salgari, Walter Scott, Lawrence... (...) Eu lia aquilo pelo título, porque nem conhecia os escritores. Isso foi muito importante para mim porque (...), se calhar, na altura eu tinha necessidade de sair de um mundo tão pequeno. Era a sensação que eu tinha na aldeia: o mundo era demasiado pequeno”⁸⁹.

Jorgete Teixeira recorda a adolescência em Vila Real como muito solitária, recorrendo frequentemente à companhia dos livros que circulavam através do SBI. Foi a escrita de Hemingway e de outros autores que lhe permitiu expandir os seus horizontes e colmatar a solidão⁹⁰. Já para Aurora Rodrigues, a leitura teve uma dupla importância, uma vez que esta não só permitiu o contacto com realidades distintas, como também, e principalmente, porque lhe assegurou um futuro distinto daquele que a maioria das crianças da sua aldeia poderiam esperar, tendo contribuído para o seu sucesso escolar. Aurora Rodrigues recorda-se vivamente de uma carrinha cinzenta que circulava em Castro Verde, onde ia buscar todos os livros que lia:

⁸⁷ O SBI contemplava sobretudo obras de literatura, que compunham cerca de dois terços do seu fundo, com destaque para a literatura nacional oitocentista. Outras áreas, como as ciências (sociais, humanas, puras e aplicadas) e alguns textos informativos, eram também abrangidas por este serviço, ainda que em menor número. Cf. Daniel Melo, *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 307.

⁸⁸ *Idem*, p. 332

⁸⁹ Entrevista a Julieta Lencart.

⁹⁰ Entrevista a Jorgete Teixeira.

“Era uma carrinha cinzenta que ia de terra em terra, passava todas as semanas ou pelo menos de quinze em quinze dias, em Castro Verde, e eu desde que comecei a ler, desde a primeira classe, ia buscar os livros. (...) Entretanto, quando já lia melhor ia sempre buscar os livros e (...) o senhor, que andava com o motorista e que orientava as leituras e fazia os registos (...), o senhor Bettencourt ia-me dando livros à medida que eu crescia. Portanto, ia subindo o nível da leitura, e eu li. Li muito”⁹¹.

Já no liceu em Beja, Aurora Rodrigues consegue, indiretamente, entrar num círculo de leitura, onde se faziam circular alguns livros estrangeiros, emprestados por um amigo de família:

“Ele sem que os outros soubessem, penso eu, dava-me todos os livros para eu ler. (...) E aí sim, de forma mais direcionada e de forma mais politizada. Nós não podíamos falar da guerra que Portugal fazia em África, e não havia livros sobre a guerra colonial portuguesa (...). Mas havia sobre a guerra do Vietname, que é uma guerra com uma natureza idêntica, e eu li tudo o que havia, pelo menos que circulava ou que podia circular, sobre a guerra do Vietname. Inclusivamente, li também sobre o racismo, sobre a religião, li muita coisa, e também já com uma orientação mais direcionada contra o regime (...)”⁹².

Mais de metade das mulheres entrevistadas (nove das doze) afirma que o liceu não constituiu um espaço de consciencialização política e os relatos recolhidos enfatizam duas características do ensino liceal durante o Estado Novo: a separação física entre rapazes e raparigas (alguns dos liceus eram exclusivamente femininos, como era o caso do Liceu Feminino Maria Amália) e a predominância de uma educação católica que, aliás, se encontrava estabelecida no artigo 21º da Concordata de 1940, segundo o qual “o ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País”⁹³. Num momento anterior à sua entrada no liceu, várias mulheres tinham inclusivamente frequentado colégios privados, marcadamente católicos e tendencialmente recordados pelo seu ambiente conservador e repressivo e pela enorme vigilância e controlo.

Ainda assim, três testemunhas referem experiências diferentes no que respeita à sua passagem pelo ensino liceal. Atendamos a dois casos. Jorgete Teixeira menciona que a sua tomada de consciência política foi possível mediante a circulação de alguns panfletos e pequenas publicações da JEC que abordavam a questão da guerra e a situação

⁹¹ Entrevista a Aurora Rodrigues.

⁹² *Idem*.

⁹³ Rui Grácio, «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil»..., p. 230.

do país, distribuídos pelo professor de Filosofia e História do sexto e sétimo anos do Liceu em Vila Real. Segundo a própria, “Isso foi, de facto, a minha primeira iniciação política, [a] primeira tomada de consciência de que havia muita coisa no país que não estava bem”⁹⁴. Violante Saramago Matos, estudante no Liceu de Oeiras, refere que a sua consciencialização foi possível por intermédio de alguns professores que, não se afirmando abertamente contra o regime, “arranjavam na forma de comunicar com os alunos e na forma de ensinar os alunos, uma escapatória para as suas próprias limitações enquanto agentes do ensino oficial”. Violante Saramago Matos integra ainda um movimento de estudantes enquanto estudante liceal, o MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa), informando e mobilizando as colegas para as lutas em torno dos métodos e formas de ensino⁹⁵.

Como vimos, muitas das primeiras vivências políticas destas mulheres corresponderem a momentos de confronto (direto ou indireto) com o regime, quer seja pelas dúvidas geradas na sequência dos resultados eleitorais, quer seja pela perseguição, prisão e/ou exílio de familiares, amigos e conhecidos. Mesmo assim, existiram outros episódios, imprevistos e incontroláveis, que deixaram uma marca indelével no seu percurso de consciencialização e formação sociopolítica.

Um dos episódios mais marcantes foi, sem dúvida, o fenómeno das cheias de 25 e 26 de novembro de 1967 que devastaram a zona de Lisboa e arredores. Os números iniciais, de 27 de novembro, divulgados pelo *Diário de Notícias*, apontavam para 250 mortos e dezenas de desaparecidos. Dois dias depois, os valores rondavam já os 427 mortos, ainda longe da verdadeira dimensão da tragédia⁹⁶. Perante um regime apático e inativo, os estudantes multiplicaram-se em ações de auxílio às vítimas das cheias. Este foi, aliás, um momento determinante para vários estudantes que, a partir de então, entrariam em rutura com o regime, dado que o contacto com uma realidade social à qual estavam alheios, foi “catalisadora de uma consciência política que os levava a responsabilizar o regime pelos efeitos sociais do temporal”⁹⁷.

Ana Simões, então estudante liceal, descreve as cheias de 67 como um momento de viragem para muitas pessoas. Natural de Odivelas, recorda-se de como, no pátio do

⁹⁴ Entrevista a Jorgete Teixeira.

⁹⁵ Entrevista a Violante Saramago Matos, 23 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/Yaa7kBdec2A>.

⁹⁶ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 107.

⁹⁷ Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, *A Transição Falhada...*, p. 100.

quartel dos bombeiros, os cadáveres eram lavados à mangueira, retirando as camadas de lama acumulada. Recorda-se dos gritos que ouvira durante toda a noite e da força da corrente e da lama. E recorda-se, sobretudo, de como as notícias divulgadas nos jornais não coincidiam com a realidade que tinha observado. Segundo a própria:

“Muita gente, nessa altura, pela primeira vez na vida, apercebeu-se (...) de que alguma coisa não estava bem, apercebeu-se que havia censura, de que o que os jornais diziam não era aquilo que nós víamos, nomeadamente o número de mortos. Aquilo foi muito censurado e, portanto, o número oficial de mortos foi muito reduzido. E quem andou a ajudar viu bem que não era assim”⁹⁸.

Num país onde a persistência da censura era o traço comum mais evidente na imprensa portuguesa deste período⁹⁹, alguns jornais regionais converteram-se em importantes veículos de informação e de opinião alternativa, como foi o caso do *Jornal do Fundão* ou do *Comércio do Funchal*. Muitos jovens universitários tiveram um papel fundamental na divulgação destas vias de informação alternativa. Por exemplo, Ana Simões refere que foi depois das cheias de 67 que passou a assinar o *Jornal do Fundão*. Neste periódico as notícias sobre as cheias multiplicam-se pelo mês de dezembro. A primeira notícia surge no dia 3 de dezembro de 1967, poucos dias depois da tragédia, dando conta das populações mais afetadas pelas cheias, “Eram todos, ou quase, gente pobre, trabalhadores que as contingências da vida levaram para a Capital ou para perto dela, que viviam em humildes barracas sem defesa contra a fúria dos elementos”¹⁰⁰.

*

De forma mais ou menos consciente, os valores políticos transmitidos e interiorizados no seio familiar e o quadro social e comunitário com o qual se confrontavam diariamente revelaram-se determinantes na criação de um interesse e de uma predisposição política em muitas destas mulheres. Ainda assim, mesmo aquelas que se tinham confrontado com realidades que desencadearam processos de consciencialização e formação políticas precoces, ou que tinham iniciado o seu envolvimento político ainda no liceu, descrevem a entrada no ensino superior como um momento fraturante. É deste período que trataremos no capítulo seguinte.

⁹⁸ Entrevista a Ana Simões.

⁹⁹ Maria Antónia Palla, «A renovação da imprensa, apesar da censura», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, p. 207.

¹⁰⁰ «Portugal de Luto», in *Jornal do Fundão*, Ano XXII, nº 1090, 3 de dezembro de 1967.

Capítulo III

A Universidade e o envolvimento no movimento estudantil

A entrada na Universidade constituiu um marco fundamental nas trajetórias de vida das doze mulheres entrevistadas, representando um momento de descoberta e abertura a novos horizontes culturais, sociais, políticos e ideológicos. Este era o tempo em que se criavam afinidades ideológicas com os amigos e colegas, se fortaleciam relacionamentos e amizades, se esclareciam e estruturavam opiniões políticas e visões ideológicas do mundo, e seria na Universidade que muitas delas dariam os primeiros passos na sua formação política. Para aquelas provenientes de famílias com formação escolar e universitária, o ingresso no ensino superior era tido como uma etapa natural e necessária no percurso formativo. Outras, porém, seriam durante muito tempo as primeiras (e únicas) mulheres da sua família a ter possibilidade de frequentar a Universidade. Recordemos que neste período se assistia à entrada em força das mulheres nas Universidades de todo o país, reforçando uma tendência que se vinha a desenhar desde o final da década de 50 e que no início da década de 70 atingia já níveis significativos. Mais especificamente no ano letivo de 1969/1970, ingressavam no ensino superior cerca de 20 mil mulheres, representando 43% dos todos os alunos matriculados. A sua presença continuava a ser maioritária nos cursos de Letras e Ciências e minoritária, ainda que com tendência a aumentar, nos cursos de Direito e Económicas. Em Lisboa, no que respeita aos dois estabelecimentos de ensino em estudo, na Faculdade de Direito as mulheres não chegavam a representar 20% do corpo discente (homens: 1 952; mulheres: 472), enquanto na Faculdade de Ciências, as mulheres representavam 41,5% dos estudantes matriculados (homens: 1 876; mulheres: 1 329)¹⁰¹.

Ao entrar na Faculdade de Direito no ano letivo de 1969/1970, Maria João Lobo depara-se com um meio distinto daquele a que estava habituada. No seio familiar não se discutiam questões políticas e os vários colégios femininos que tinha frequentado não possibilitaram qualquer formação política, “(...) era um meio conservador, era um meio em que as meninas ainda não podiam usar calças, era um meio em que as meninas não se podiam pintar, em que as meninas tinham de ir de bibe mesmo até ao 7º ano da escola. Era um meio talvez diferente e mais repressivo que o meio muito mais vasto dos

¹⁰¹ Instituto Nacional de Estatística, Estatística da Educação, 1971, Lisboa, [s.n.], 1972. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/259243050>, consultado em 13.06.2021.

liceus.”¹⁰² Para si, a entrada na Faculdade correspondeu a um momento de abertura a nível político e de encontro e interação com outras pessoas. O choque da transição de uma educação feita exclusivamente em colégios femininos para a Faculdade de Direito, na altura um mundo masculino, foi tremenda: de um ambiente marcado pelo controlo para um ambiente de liberdade, de um ambiente onde não se podiam emitir opiniões políticas para um ambiente onde tudo era discutido e questionado, não apenas assuntos pedagógicos, mas também a repressão, a guerra colonial, e o próprio regime.

Foi na Universidade que outras estudantes encontraram finalmente um enquadramento ideológico para tudo aquilo que tinham observado e experienciado na infância e na adolescência. A predisposição política interiorizada e o contacto com grandes clivagens sociais no contexto comunitário asseguraram que existisse, em muitas delas, um terreno fértil ao desenvolvimento de teorias da revolução e da igualdade. Aurora Rodrigues explicita que estava absolutamente convicta “do que queria e do que não queria”:

“Eu sabia o que queria, não sabia o que me esperava. Eu sabia o que não queria. Eu sabia o que tinha visto. Fui a primeira pessoa, e durante muito tempo a única, na família que chegou à Universidade. Tinha um certo peso de responsabilidade para mim, mas aquilo que eu tinha vivido, a formação social que eu tinha já, a noção da injustiça, eu tinha perfeitamente nítida na minha cabeça como tinha uma posição contra a guerra. (...) Portanto, a minha cabeça estava esclarecida no essencial quanto a essas questões. Não estaria esclarecida sobre o maoísmo, ou sobre esse tipo de coisas, mas tinha, do essencial, as noções políticas e ideológicas básicas, aquilo que eu não queria para mim, que não queria para os outros, eu tinha perfeitamente claro quando cheguei a Direito nessa altura, aos 17 anos.”¹⁰³

Para quatro das mulheres entrevistadas, deslocadas do seu local de origem, este foi também o tempo em que abandonaram a realidade familiar e comunitária que conheciam – por vezes descrita como “pequena” e “fechada” – e partiram rumo a Lisboa, onde teriam a oportunidade de aceder a novas leituras, algumas delas proibidas, presenciar atos culturais alternativos, contactar com pessoas com experiências de vida distintas, participar em mobilizações e protesto, e adotar novos hábitos e

¹⁰² Entrevista a Maria João Lobo, 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/4omieWrGCR0>.

¹⁰³ Entrevista a Aurora Rodrigues.

comportamentos¹⁰⁴. Jorgete Teixeira chega a Lisboa no ano de 1969. Confessa que os pais eram rigorosos a nível dos costumes, que não tinha liberdade para sair ou para conviver com rapazes, e que passava grande parte do seu tempo em casa, na companhia dos livros. A sua chegada a Lisboa é ilustrativa do confronto com uma nova realidade, de abertura e liberdade, de que muitas estudantes gozaram:

“[Foi como] se a pessoa tivesse mergulhado num tanque de luz, não tinha nada a ver, em vários aspetos. Estava sozinha (...), sem ninguém a controlar-me e sem conhecer ninguém”¹⁰⁵.

Mesmo as estudantes oriundas de Lisboa ou da periferia confrontavam-se com uma realidade distinta daquela a que estavam acostumadas. Fernanda Domingues nasceu em Lisboa e refere que a sua adolescência foi feita “entre a casa e o Liceu Maria Amália”, um liceu exclusivamente feminino, e que, por isso, teve “uma juventude muito fechada ao mundo”. Refere o “encantamento” da sua chegada à Faculdade de Ciências:

“(…) quando chego à faculdade e vejo rapazes e raparigas e vejo toda aquela abertura, aquilo para mim foi um encantamento. E haver na faculdade liberdades que eu não sabia que existiam, que eu nunca tinha visto, foi um outro encantamento”¹⁰⁶.

A diversidade de testemunhos recolhidos permite-nos ainda identificar percursos escolares e académicos distintos. Julieta Lencart, antes mesmo de frequentar a Universidade em Lisboa, passa ainda pela Faculdade de Ciências do Porto. Recorda os professores como “insuportáveis” e “piores do que em Lisboa”. Aquando da sua chegada à capital, partilha do mesmo espírito de abertura e liberdade que várias mulheres experienciaram:

“Eu vi que as pessoas eram muito diferentes. Primeiro, eram muito mais livres (...). E depois fui à cantina (...) [e] achei aquilo muito interessante e vi que havia cartazes a dizer coisas. Resolvi ir ver o que era e disseram-me que aquilo era uma Associação de Estudantes e eu disse que queria trabalhar na Associação de Estudantes. Foi aí que eu tive o primeiro contacto”¹⁰⁷.

A aproximação a outros estudantes mais politizados e a partilha de ideias e convicções foi fundamental para o desencadear de processos cumulativos de

¹⁰⁴ Mónica Moreno Seco, «Universitarias en el antifranquismo. Mujeres, movilización estudiantil y feminismo, 1960-1975», in *CIAN – Revista de Historia de las Universidades*, 23, 1, 2020, p. 60.

¹⁰⁵ Entrevista a Jorgete Teixeira.

¹⁰⁶ Entrevista a Fernanda Domingues.

¹⁰⁷ Entrevista a Julieta Lencart.

aprendizagens políticas. As reuniões, as discussões e os convívios, nomeadamente aqueles dinamizados pelas AEs, eram o que mais semelhante havia com as práticas democráticas proibidas pelo Estado Novo. Margarida Graça recorda vivamente uma intervenção de Mariano Gago, então estudante no Instituto Superior Técnico, “Eu só me lembro de ele fazer uma pirâmide (...) e dizer «Nós estamos aqui, somos não sei quantos». Foi a primeira vez que me lembro de ter consciência que só uma minoria chegava à Universidade. Não por ter boas notas (...) Eu estou a vê-lo (...) e ele a dizer «Nós estamos aqui, somos uma pequena percentagem» (...) Eu já tinha consciência, mas não em número, não desta maneira”¹⁰⁸.

Aurora Rodrigues considera decisivo o contacto que estabeleceu com um colega mais velho da Faculdade de Direito, Ribeiro Santos. Segundo a própria, foi na voz de Ribeiro Santos e de José Galamba de Oliveira que ouviu falar, pela primeira vez abertamente, sobre a guerra colonial:

“A primeira vez que eu ouvi falar na guerra colonial, alto, foi o Ribeiro Santos. Saltou para um banco, como ele era baixo, pôs-se em cima de um banco, e o [José] Galamba de Oliveira, que até é um rapaz alto, também saltou para cima de um banco. (...) Eles os dois falaram na guerra, contra a guerra colonial, e que aquilo que tinham de fazer era desertar. A primeira vez que eu ouvi falar abertamente contra a guerra e apelar à deserção foi aí, e foi o Ribeiro Santos e o José Galamba.”¹⁰⁹

Outras estudantes despertaram para a política no contexto do catolicismo, como foi o caso de Glória Ramalho que entra para a Faculdade de Ciências no ano de 1965 e, em conformidade com outras testemunhas, se depara com um ambiente completamente diferente. É aqui que integra a JUC (Juventude Universitária Católica) e faz parte de um grupo de dinamização cultural dirigido pelo padre José Vieira Marques. Recorda que as sessões de cinema foram fundamentais para o seu despertar político e foi no trabalho cultural do padre que encontrou inspiração para o trabalho que viria a desenvolver, mais tarde, na AE, enquanto Vogal Cultural, “A minha aproximação à Associação foi, na realidade, de poder transmitir ou realizar qualquer coisa de semelhante a essas discussões sobre filmes dentro do âmbito da Associação de Estudantes”¹¹⁰.

O envolvimento no movimento estudantil

¹⁰⁸ Entrevista a Margarida Graça.

¹⁰⁹ Entrevista a Aurora Rodrigues.

¹¹⁰ Entrevista a Glória Ramalho, 21 de abril de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/Xsvg9nCJZgw>.

O envolvimento destas mulheres no movimento estudantil universitário é descrito pelas próprias como algo “natural” e “automático”. Como vimos, a entrada na Universidade representou para todas um momento de viragem, permitindo o contacto com uma realidade de aberta discussão e debate, num contexto em que entre os estudantes universitários se generalizavam os níveis de agitação, contestação e politização. Assim, dada a forte “efervescência estudantil”¹¹¹, não é surpreendente que muitas delas se tenham envolvido, quase imediatamente, em várias atividades estudantis. Algumas, até mesmo, sentiram a sua participação e envolvimento na vida académica e na luta estudantil como um dever enquanto estudante, dedicando-se plenamente à vida e atividade associativa.

A facilidade com que muitas se envolveram nas mais diversas lutas e reivindicações estudantis (como as inscrições em cadeiras ou o conteúdo desatualizado das matérias lecionadas), é sintomática, por um lado, da capacidade do movimento estudantil despertar e absorver estas forças reivindicativas e, por outro, da rapidez e determinação com que muitas das novas alunas se dedicavam inteiramente à causa estudantil. Fernanda Domingues, estudante do 1º ano de Matemática em 1970/1971, refere que:

“(...) com muita facilidade me motivei para participar em tudo aquilo que era movimento na Faculdade. Logo nas primeiras oportunidades, perante os primeiros problemas, por exemplo que eram as inscrições nas aulas práticas (...). Tudo o que era sugestão que me aparecesse para atuar, eu estava disponível, estava disponível sem ter uma base ideológica [e] política firme. Portanto, era uma questão quase, não sei como lhe diga, mas era uma coisa muito espontânea minha, era natural”¹¹².

Na maioria dos casos, e num primeiro momento, o envolvimento destas estudantes no movimento estudantil deu-se por intermédio da integração de estruturas legais e associativas, como era o caso das delegações e/ou comissões de curso ou as Associações de Estudantes. Relativamente às primeiras, estas asseguravam a ligação entre o curso e a Direção da AE e, essencialmente, tinham por objetivo discutir problemas específicos de cada turma, “desde a ausência de materiais de estudo, passando pela forma como se desenvolviam as aulas, os estilos de trabalho dos professores, horários, calendários de

¹¹¹ Expressão utilizada pela PIDE para definir a “agitação crescente nos estabelecimentos de ensino, sobretudo a partir da segunda metade dos anos Sessenta”. Guya Accornero retomaria esta expressão na sua tese de doutoramento. Cf. Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 1.

¹¹² Entrevista a Fernanda Domingues.

exames, métodos pedagógicos e de avaliação”¹¹³. Encontravam-se ainda responsáveis pela coordenação da recolha de materiais para as sebtas e pela informação das turmas, em caso de greve ou decisão de boicote. Tratava-se, sobretudo, de uma atividade sindical que procurava soluções para os problemas que afetassem diretamente e de forma generalizada a massa estudantil. Julieta Lencart, muito ativa na comissão de curso de Física, conta-nos que:

“(...) a estrutura comissão de curso tinha grande importância porque [permitia] (...) saber melhor o que é acontecia naquele curso, como é que estavam as coisas a funcionar, se era possível mobilizar dali e dacolá para isto ou para aquilo ou para aqueloutro. E isso funcionava porque havia uma ligação muito mais direta. Imagine, eu era de Física, outra era de Biologia... Praticamente não conhecia o pessoal de Biologia. (...) não sabia o horário deles, não sabia que problemas é que tinham, quais eram os professores que estavam a levantar confusões, implicações no seu estudo e assim”¹¹⁴.

Perante um ensino arcaico e desfasado, onde a investigação, o confronto de ideias e a consulta de livros alternativos não era fomentada, muitas estudantes envolveram-se fortemente nas lutas pedagógicas. As reivindicações passavam, essencialmente, pelo fim da anotação das presenças e do regime de faltas, pela revisão e atualização dos conteúdos lecionados e métodos de ensino, pelos exames de recurso e pela publicação de elementos de estudo pelos professores. Muitas destas reivindicações, quando confrontadas com a repressão, poderiam resultar em ações direcionadas para a reclamação da abertura das instalações associativas, pela argumentação de que a “ciência não é neutra” ou contra as suspensões de estudantes¹¹⁵.

De qualquer forma, todas as mulheres entrevistadas contribuíram ativamente para esta luta pedagógica, nomeadamente ao integrarem os denominados “cursos livres” que decorreram, pela primeira vez, em 1970, no ISCEF, dedicados ao estudo do capitalismo português, com o objetivo de “unir, informar e politizar os estudantes”¹¹⁶. Fernanda Domingues foi uma das estudantes que participou ativamente nestes “cursos livres”, lecionados pelos próprios estudantes:

¹¹³ Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo, «Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto», in *Revista da FLUP*, IV Série, 11, 1, 2021, p. 207.

¹¹⁴ Entrevista a Julieta Lencart.

¹¹⁵ José Manuel Lopes Cordeiro, «“Ao Serviço do Povo Venceremos”...», p. 125.

¹¹⁶ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 186.

“[os «cursos livres» exigiam um] enorme trabalho de preparação das aulas, porque nós é que dávamos as aulas. Eu estava no grupo do «curso livre» da História da Matemática (...) Na altura fazia muitas leituras ligadas à Matemática, para conseguir dar [as aulas]. Depois nós dávamos as aulas e tentávamos ser exemplares: dávamos documentação de suporte aos estudantes, preparávamos as aulas (...). Dar uma aula daquelas era uma coisa muito trabalhosa”¹¹⁷.

A progressão das lutas pedagógicas e a ausência de respostas face às reivindicações estudantis geravam situações de boicotes às aulas. Várias mulheres reconhecem a sua participação ativa nos boicotes às aulas, nomeadamente através dos piquetes de greve. A propósito, Margarida Graça recorda-se de “atravessar um banco, daqueles compridos, grandes, na escada e dizer «Daqui ninguém passa»”¹¹⁸.

Em alguns casos, o envolvimento destas mulheres no movimento estudantil evoluiu deste tipo de intervenção para o nível seguinte, mais amplo e relativo às Associações de Estudantes. A sua aproximação a esta estrutura associativa poderia ocorrer quer por iniciativa própria, quer por influência de outros colegas. Olga Moura refere que foi por intermédio de uma colega de liceu, Cândida Pato, que tomou contacto com a AEFCL e começou a colaborar com a mesma¹¹⁹. De resto, a maioria das mulheres oferecem-se, quase de imediato, para colaborar nas Associações:

“Achei, de facto, que a atividade na Associação era uma atividade importante porque era uma atividade de esclarecimento dos estudantes, era uma atividade em que as pessoas reagiam contra aquilo que achavam mal na própria Faculdade, em que as pessoas exigiam melhores condições na Faculdade, designadamente o fim da anotação das presenças.”¹²⁰.

As AEs tratavam de questões em torno “da liberdade associativa, uma visão mais integrada das condições do ensino, a reflexão sobre a organização dos cursos, as reformas nacionais e todas as questões respeitantes à universidade em geral, desde as questões da ação social, desportivas, culturais, editoriais”¹²¹. A colaboração destas estudantes nas atividades associativas incluía a distribuição de panfletos e comunicados, a elaboração de cartazes, a participação em piquetes de greve e em reuniões (RGA e RIA). Note-se que a distribuição de comunicados estudantis exigia uma enorme capacidade de organização.

¹¹⁷ Entrevista a Fernanda Domingues.

¹¹⁸ Entrevista a Margarida Graça.

¹¹⁹ Entrevista a Olga Moura.

¹²⁰ Entrevista a Maria João Lobo

¹²¹ Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo, «Participação social e política estudantil no Porto...», p. 207.

Dispersando-se por determinada zona, os participantes, perante um sinal físico ou sonoro, concentravam-se num local movimentado e iniciavam a distribuição. A rapidez da distribuição, à semelhança das manifestações relâmpago, era essencial para o seu sucesso, evitando, deste modo, a prisão dos participantes. Numa conjuntura em que os meios de comunicação tradicionais restringiam os seus relatos sobre o movimento estudantil, a distribuição de comunicados e panfletos era imprescindível. Ademais, as atividades de informação dos estudantes eram ainda mais importantes, uma vez que era “(...) a capacidade de mobilização experimentada em cada momento, isto é, a adesão das massas, que aferia, em última análise, o sucesso das lutas”¹²².

O envolvimento destas mulheres na luta associativa passou também pela sua integração nos órgãos diretivos das Associações de Estudantes. A sua presença nas estruturas associativas poderia, por vezes ser mais limitada, sobretudo no que respeita às listas da Direção. Ainda assim, esta realidade poderia variar de acordo com a faculdade¹²³. Glória Ramalho, Vogal Cultural no ano letivo de 1969/1970 e Presidente da AAFCL no ano letivo de 1970/1971, refere que a Universidade teve um papel fundamental em colocá-la em contacto “com outras realidades organizadas a nível da associação”¹²⁴. A lista que presidiu contava com 50% de mulheres na Direção (Glória Ramalho – Presidente; Olga Moura – Comissão Diretiva; Graça Pestana – Vogal à Pedagógica; Margarida Graça e Rosário Simões – Vogais à Cultural).

O meio estudantil era entendido pela maioria das mulheres como um espaço relativamente igualitário, um ambiente de convivência e relacionamento livre entre homens e mulheres que, em vários casos, contrastava com o meio familiar marcado por um enorme conservadorismo moral. Assim o descrevem Ana Quintalo e Maria José Morgado, estudantes em Ciências e Direito, respetivamente: “Passávamos noites de

¹²² Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal*, p. 19.

¹²³ Em Direito, e analisando as listas eleitas para a AAFDL na cronologia compreendida entre o ano letivo de 1964/1965 e o ano letivo de 1970/1971, apenas uma Direção (1965/1966) contou com a presença de uma mulher (Maria Luísa Pereira e Almeida) desempenhando o cargo de Vice-Presidente. No ano letivo de 1970/1971, Fátima Fernandes (Secretária) e Teresa Sampaio (1ª Vogal) são eleitas para a Direção da AAFDL. No mesmo ano letivo, marcado por fortes convulsões associativas, é eleita uma nova lista que contou com a presença de duas mulheres na Direção: Maria João Lobo (Vice-Presidente) e Ana Simões (Secretária). No ano letivo de 1971/1972 são novamente eleitas duas mulheres para a lista da Direção da AAFDL: Maria José Morgado e Teresa Serra. A partir do ano letivo de 1972/1973, a AAFDL encontra-se encerrada. Em Ciências, no ano letivo de 1968/1969 são eleitas duas mulheres para a lista da Direção (Maria Teresa Cabral Galvão – Vogal Pedagógica; e Violante dos Reis Saramago – Secretário). Em 1969/1970, apenas uma mulher constava na lista da Direção, Glória Ramalho, desempenhando o cargo de Vogal Cultural.

¹²⁴ Entrevista a Glória Ramalho.

trabalho juntos, perfeitamente à vontade e ninguém incomodava ninguém”¹²⁵. Não eram evidentes, pelo menos naquela altura, situações de discriminação e a luta estudantil é descrita pelas próprias como uma luta “igualitária” e “homogénea”¹²⁶.

Contudo, e não obstante o sentimento de igualdade, são detetadas maiores dificuldades entre as mulheres em intervir em grandes assembleias e reuniões e reticências em assumir posições de responsabilidade. Tal poder-se-ia prender menos com eventuais restrições que lhes fossem colocadas pelos colegas a uma participação mais ativa e mais com a interiorização de comportamentos e atitudes que desvalorizavam as suas competências e capacidades de intervenção perante um público mais amplo. Por exemplo, nos plenários e nas RIAs continuavam a ser os homens que intervinham mais frequentemente, já que estavam mais habituados a falar em público. Julieta Lencart refere que “conseguia falar em grupos pequenos, [mas] em grupos grandes (...) tinha dificuldade em falar (...) Havia raparigas que falavam, mas havia mais rapazes (...). Acho que os homens tinham mais à vontade (...) Por exemplo, onde eu via que havia menos intervenção das mulheres é quando havia reuniões mais públicas e mais alargadas. [N]as Reuniões Gerais de Alunos ou [n]os plenários o que me lembro é de ver mais homens a estarem a falar do que mulheres. Nas reuniões de colaboradores estou a ver uma participação idêntica ou se calhar até maior das mulheres”¹²⁷. Segundo a própria, a sua menor intervenção em grandes reuniões resultaria da forma menos “refinada” de apresentar as suas ideias, não se querendo expor “se as coisas não saíssem bem”. Sentia “aflição” em ir às RIAs, considerando que “o pessoal sabia muita coisa e eu não sabia”¹²⁸.

A forte tradição na educação que limitava as mulheres a uma menor intervenção na vida pública ou o controlo familiar sobre os seus horários poderiam representar obstáculos a uma intervenção mais ativa destas mulheres. A posição crítica da família poder-se-ia relacionar menos com a desaprovação com o seu envolvimento político, e mais com questões morais, por exemplo, de situações que implicavam chegar tarde a casa. A influência dos códigos morais nos níveis de participação das jovens estudantes foi já constatada por outros autores. Kostis Kornetis concluiu que a desigualdade básica entre homens e mulheres estudantes consistia no facto de, ao contrário dos homens, as mulheres

¹²⁵ «Dez anos depois, a geração perdida», *Revista Expresso*, 16 de Outubro de 1982, pp. 35 e 36.

¹²⁶ Entrevista a Graça Pestana.

¹²⁷ Entrevista a Julieta Lencart.

¹²⁸ *Idem*.

possuírem um espaço de atuação mais limitado, fruto do controlo familiar mais apertado¹²⁹. Margarida Graça confessa que:

“Eu não era brilhante, eu era tímida, não sabia falar, até porque houve um tempo da minha [vida] que eu só falava com a mão na boca porque fui treinada nas freiras a não falar nas aulas (...) Não fui treinada para falar (...) fui habituada a ouvir e a observar e a fazer as coisas. (...) Eu estava sozinha, isolada e não habituada a falar. Portanto, nunca fui uma grande dirigente. A única coisa que eu queria era colaborar, e isso eu não tinha dúvida nenhuma”¹³⁰.

Paralelamente à atividade que desenvolviam a nível legal, outras estudantes atuavam em estruturas semilegais ou ilegais, como era o caso das cooperativas livresas – como a Livrelco¹³¹, com um papel fundamental na divulgação de obras literárias e das ciências sociais e política, muitas das quais proibidas pelo regime – ou das comissões, como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP) ou a Comissão Contra a Repressão (CCR). A dedicação total à atividade associativa e política é evidente em vários casos. Entregando-se completamente ao movimento estudantil, Maria João Lobo inscreve-se enquanto aluna voluntária no ano letivo de 1970/1971, estando dispensada da frequência das aulas e apenas lhe sendo obrigatória a realização dos exames finais. É nesta altura que integra a CCR¹³² e se envolve em várias atividades, “Todas as comissões que se faziam e a que os estudantes pertenciam eu tentei estar em todas. Estava já muito mais ligada, muito mais ativa, politicamente e associativamente”¹³³.

Outras enveredam pelo caminho da ação política contenciosa, envolvendo-se em organizações ilegais e clandestinas, da esquerda tradicional (PCP) ou da esquerda radical, com influência no meio universitário lisboeta deste período. Nove das doze mulheres entrevistadas afirmam ter pertencido ou colaborado proximamente com organizações clandestinas e ilegais, tendo os resultados obtidos apontado para uma das três

¹²⁹ Kostantinos Kornetis, *Student Resistance to the Greek military dictatorship: Subjectivity, Memory, and Cultural Politics, 1967-1974*. Tese de Doutoramento, European University Institute, 2006, pp. 269-270.

¹³⁰ Entrevista a Margarida Graça.

¹³¹ A Livrelco seria encerrada em março de 1972, na sequência do Decreto-Lei nº 520/71 de 24 de novembro, que determinava a submissão pelas cooperativas dos estatutos para aprovação, no prazo de sessenta dias. À semelhança de outras cooperativas, a Livrelco recusar-se-ia a entregar os estatutos que o decreto determinava, sendo encerrada no dia 14 de março de 1972 e extinta em novembro do mesmo ano. Cf. António Reis, «Cooperativas Culturais», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 212.

¹³² A Comissão Contra a Repressão (CCR) foi criada, na Faculdade de Direito, no ano de 1970, tratando-se de um órgão semilegal de denúncia da repressão de que os estudantes eram alvo. À semelhança de outros órgãos semilegais e ilegais, era marcada pelo sigilo entre os seus elementos.

¹³³ Entrevista a Maria João Lobo

organizações: o PCP ou a sua organização estudantil, a UEC; o PCP (m-l) ou a sua organização estudantil, a UEC (m-l); e o MRPP ou a sua organização estudantil, a FEML. Duas mulheres responderam ter-se aproximado do PCP/UEC, três do PCP (m-l)/UEC (m-l) e quatro do MRPP/FEML.

A sua integração oficializada em organizações ilegais e clandestinas poderia, por vezes, ser consumada imediatamente a seguir a um momento marcante. Aurora Rodrigues relata-nos que, inicialmente, se encontrava apenas ligada ao movimento estudantil, através da linha associativa “Ousar Lutar, Ousar Vencer”, onde integrou uma lista da delegação de curso, e ao movimento livreiro, através da Livrelco. Seria apenas na sequência do assassinato de Ribeiro Santos, a 12 de outubro de 1972, um episódio fundamental na sua trajetória de vida, que entraria para a FEML e para o aparelho técnico do MRPP, num recrutamento simultâneo. Reconhece, inclusivamente, que foi nas reuniões, nos plenários e nas discussões, escutando os seus colegas a debater temas como a guerra colonial ou a repressão, que fez a sua aprendizagem política mais sólida, e não posteriormente já na organização política¹³⁴. Tal é coincidente com a afirmação de Nuno Caiado, “Foram os próprios estudantes que asseguravam a sua aprendizagem política nas aulas e nos cursos livres, mas também nos «meetings» e nas assembleias de massas.”¹³⁵

O percurso no ativismo destas mulheres é então feito de forma gradual e cumulativa, num primeiro momento, em órgãos legais (delegações de curso e as AEs), podendo integrar, em simultâneo, organizações semiclandestinas (cooperativas livreiras ou comissões), envolvendo-se ainda em organizações ilegais, de cariz político, num processo individual de politização. Além disso, a evolução da participação nas diferentes estruturas era dispare, variando de estudante para estudante. Retomemos ao caso de Maria João Lobo que deu os primeiros passos no ativismo estudantil colaborando com a AAFDL no ano letivo de 1969/1970, ano em que ingressa para a Faculdade de Direito. No mesmo ano de 1969 é recrutada para o Partido Comunista Português. Durante este período articulou a sua atividade associativa com a intervenção política ativa dentro do PCP. Em fevereiro de 1971 é eleita Vice-Presidente da AAFDL, situação em que se encontrou durante pouco tempo, já que em abril do mesmo ano é presa pela PIDE/DGS. Durante cerca de nove meses esteve presa em Caxias, sendo liberta em dezembro de 1971, após julgamento no Tribunal da Boa Hora. De regresso à Faculdade de Direito, retoma a sua

¹³⁴ Aurora Rodrigues, *Gente Comum...*, p. 68.

¹³⁵ Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal...*, p. 215.

atividade política, ainda que com cuidados redobrados. É nesta altura que integra a CNSPP e faz a sua passagem pela UEC. Em 1973 é suspensa da Faculdade de Direito. Vendo-se impossibilitada de dar continuidade à sua atividade associativa e estudantil, dedica-se inteiramente à atividade política clandestina¹³⁶.

O exemplo anterior é coincidente com as conclusões de Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo, segundo os quais “Havia estudantes que participavam paralelamente nas diferentes estruturas (comissões de curso, associações, movimento de oposição e partidos ilegais) e outros que apenas tinham participação numa ou em algumas estruturas. Em muitas casos, verificava-se que estudantes que começavam a participar ao nível da turma, evoluíam para a participação noutras estruturas. Noutros casos, estudantes que já participavam em estruturas clandestinas iniciavam a sua participação ao nível do curso e nas associações, quando acediam à universidade ou ainda nos liceus”¹³⁷. Segundo os autores, os diferentes níveis de intervenção dos estudantes prendem-se, por um lado com “processos de consciencialização social e política” e, por outro com o “crescimento de um profundo sentimento popular antifascista”¹³⁸.

A propósito, observámos como, nesta altura, a guerra colonial se converteu numa das questões mais fraturantes a nível político entre os estudantes. A importância conferida à guerra colonial poderia estar no cerne da aproximação (ou afastamento) de um estudante de determinada força política em detrimento de outra. Aurora Rodrigues conta-nos como foi inicialmente sondada por um grupo que considerou “reformista” e que não colocava a guerra no centro das suas preocupações, “(...) que era uma coisa que eu já estava esclarecida. Portanto, aquilo não me disse muito, não senti empatia política”¹³⁹. As estudantes, mesmo que não diretamente afetadas pelo conflito, apercebiam-se “da angústia dos seus amigos e conhecidos, quando a reprovação numa cadeira tinha muitas vezes como consequência imediata a incorporação militar e a partida para a guerra”¹⁴⁰. Margarida Graça refere que: “O nosso medo era a guerra, as mulheres menos porque não iam para a guerra, mas tinham irmãos e namorados e aquilo estragava toda uma vida, mesmo os casamentos, os cursos, tudo. (...) Tive colegas que morreram”¹⁴¹.

¹³⁶ Entrevista a Maria João Lobo.

¹³⁷ Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo, «Participação social e política estudantil no Porto...», p. 208

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Entrevista a Aurora Rodrigues.

¹⁴⁰ António Monteiro Cardoso, «Um tempo, um contexto»..., p. 47.

¹⁴¹ Entrevista a Margarida Graça.

Tanto para aquelas que se circunscreviam a uma atividade legal, como para aquelas que integravam organizações clandestinas, o envolvimento no movimento estudantil teve sérias repercussões nos seus percursos académicos e profissionais. Das doze mulheres entrevistadas, oito foram alvo de processos disciplinares e suspensas por largos períodos das faculdades. Algumas ficariam suspensas até ao 25 de Abril, numa sucessão de suspensões que as impediram de frequentar a faculdade. Mesmo depois da Revolução, muitas delas decidiram não regressar à Faculdade e enveredaram por outros caminhos. Esta repressão “indireta” da ditadura, – se entendermos por repressão “direta” aquela que implicava a detenção, prisão e tortura – colocava sérios obstáculos à conclusão dos estudos ou em encontrar trabalho¹⁴². Glória Ramalho conta-nos que, quase em simultâneo, foi suspensa da Faculdade de Ciências e suspensa da função pública, tendo-lhe sido instaurado um processo disciplinar por faltas. Neste processo faltou mencionar, contudo, que as faltas eram relativas ao período em que esteve presa pela polícia política, em Caxias¹⁴³.

Por último, não poderíamos deixar de nos reportar à temática do movimento estudantil e do feminismo ou, em verdadeiro rigor, do movimento estudantil e da ausência do feminismo¹⁴⁴. Como referem Miguel Cardina e Maria Manuela Cruzeiro, “as lutas estudantis dos anos 60”, e aqui poderemos acrescentar de inícios dos anos de 70, “«nunca tiveram como bandeira a verdadeira emancipação feminina», o que, no fundamental, se justifica pela «urgência de todas as outras causas que a montante se colocavam»: a liberdade de expressão, de associação, a autonomia da universidade, a reforma e a democratização do ensino”¹⁴⁵. Na década de 70, assumem ainda preponderância as lutas anticapitalistas, anticolonialistas e contra a repressão. Como tal, “«a luta era mais pela igualdade, uma vez que as diferenças apontavam inevitavelmente para a subalternidade», o que levou, obviamente, a que não se abrisse espaço às noções de discriminação positiva ou de potenciação das diferenças”, afastando do movimento estudantil “«as clássicas questões do feminismo, como o direito às relações amorosas livres, à livre disposição do

¹⁴² Mónica Moreno Seco, «Universitárias en el antifranquismo...», p. 70.

¹⁴³ Entrevista a Glória Ramalho.

¹⁴⁴ Para a história do movimento feminista em Portugal veja-se Manuela Tavares, *Feminismos...* Para uma análise mais aprofundada sobre o movimento estudantil e o feminismo veja-se Miguel Cardina, «Olhares sobre uma Ausência...» pp. 175-184.

¹⁴⁵ Miguel Cardina, *A Tradição da Contestação...*, p. 193 *apud* Maria Manuela Cruzeiro, «Movimento Estudantil no Feminino: de 62 a 69». Comunicação realizada a 16.09.2004, no âmbito do painel «Movimentos Estudantis e Mudança Política», integrado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, organizado pelo Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2004.

seu corpo, o direito ao prazer, à contraceção, à informação sexual», entendidas estritamente como problemáticas de foro íntimo.”¹⁴⁶.

Algumas das mulheres entrevistadas reconhecem que apenas descobriram ou se interessaram pelo feminismo anos depois da sua experiência universitária e várias insistem que as reivindicações de teor feminista estavam pouco (ou nada) visíveis no movimento estudantil, tanto na Faculdade de Direito como na Faculdade de Ciências. Questionada acerca de se entre os jovens e as jovens universitárias se discutiam tópicos relacionados com a emancipação feminina e o feminismo, uma das mulheres entrevistadas refere que as feministas eram “ridicularizadas” e vistas como algo quase “folclórico”¹⁴⁷. Acrescenta que, apesar de as estudantes poderem estar de acordo com as ideias feministas, nunca se afirmavam como tal, talvez numa estratégia de evitar a carga pejorativa associada à palavra “feminismo” e “feminista” que, não obstante os movimentos da emancipação feminina que afloram no contexto internacional, tinham pouca expressão no contexto nacional. Outra entrevistada declara que, dado o movimento estudantil ser um espaço relativamente igualitário, nunca se confrontou com qualquer estímulo ou situação de discriminação que a despertasse para estas temáticas. Para si, a discriminação da mulher era algo “longínquo” e não era “uma coisa que, como mulher, sentisse”¹⁴⁸. Dentro da organização política que integrou (o PCP) tinha sido inclusivamente convidada para trabalhar no MDM (Movimento Democrático de Mulheres), convite que recusa, já que o movimento “não lhe dizia nada”. Todas as mulheres entrevistadas concordam que não existiam movimentos ou agrupamentos feministas dentro do meio estudantil. Ainda assim, algumas, atualmente e olhando em perspetiva, identificam determinadas posturas machistas e misóginas. Refletindo acerca do passado, Jorgete Teixeira sente que as estudantes “aceitava[m] mais ou menos o machismo”, porque “não o víamos com os olhos como se veem hoje”. Recorda ainda alguns dos comentários que ouvira relativamente à presença das mulheres nas listas para as AES: “Até mesmo em relação às listas, porque as raparigas apareciam... Pelo menos os comentários, que hoje já não se fazem (...), da lista tal ter raparigas mais bonitas (...) Aquela ideia de que a mulher aparece para embelezar, como se fosse uma flor que ali se punha”¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Idem, p. 195.

¹⁴⁷ Entrevista a Margarida Graça.

¹⁴⁸ Entrevista a Maria João Lobo.

¹⁴⁹ Entrevista a Jorgete Teixeira.

Capítulo IV

O movimento estudantil na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências

No presente capítulo, com uma organização maioritariamente cronológica, procuramos caracterizar as lutas estudantis desenvolvidas na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa nos primeiros quatro anos da década de 70. A lógica cronológica que aqui empregamos foi possível, em grande medida, pela consulta da documentação disponível no ANTT. Determinados momentos e acontecimentos estruturantes serão descritos de forma mais pormenorizada, sobretudo aqueles que as doze entrevistadas identificaram como mais relevantes ou onde a sua participação é mais notória e explícita. A atenção conferida a estes eventos prende-se ainda com a indispensabilidade de se conceder o devido valor a determinados acontecimentos históricos, muitos deles desconhecidos pelo público em geral (relembremos que o movimento estudantil em Ciências ainda não foi alvo de uma análise historiográfica mais detalhada), mas que dão corpo à memória coletiva daquelas e daqueles estudantes que os experienciaram e desencadearam.

4.1. O movimento estudantil na Faculdade de Direito

Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o ano letivo de 1969/1970 inaugura com a eleição de uma lista encabeçada por Arnaldo Matos para a Direção da AAFDL, que reunia vários elementos da EDE, derrotando a lista liderada por Alberto Costa e ligada ao PCP¹⁵⁰. Este ano letivo ficaria marcado, em janeiro de 1970, por uma forte greve estudantil, com as seguintes reivindicações: abolição do regime de faltas e de frequências, diminuição do número de alunos por aula prática, abertura da Faculdade à noite para a realização de aulas para os estudantes trabalhadores, e representação paritária dos estudantes nos órgãos governativos da faculdade através da AAFDL¹⁵¹.

A 16 de fevereiro de 1970, uma RGA decretaria abstenção geral às aulas e, de forma a assegurar o sucesso da greve, são formados piquetes de greve. Dá-se ainda a criação do *Jornal da Greve*, procurando manter a comunicação entre estudantes. O primeiro dia de greve contou com 98% de abstenções e uma adesão à greve de 100% entre

¹⁵⁰ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 183; Irene Flunser Pimentel, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2013, p. 560.

¹⁵¹ *Ibidem*.

o 1º ano¹⁵². Doze mulheres são identificadas pela polícia política entre os principais estudantes que constituíram os piquetes e que impediram o funcionamento das aulas¹⁵³.

Na manhã do dia 18 de fevereiro, a secção de propaganda da AAFDL é assaltada e sucedem-se conflitos entre estudantes grevistas e elementos da polícia. O Diretor da Faculdade, Inocêncio Galvão Teles, ordena a evacuação das instalações da Faculdade de Direito, tendo para tal solicitado a presença da PSP¹⁵⁴. No dia seguinte, ao final da tarde, a Sala de Estudos Jurídico-Sociais, uma dependência da AAFDL na Avenida João Crisóstomo, é assaltada por cinco indivíduos que apreenderam várias publicações associativas e estudantis. Na sequência dos piquetes de greve dos dias anteriores, o CE acabaria por decretar o encerramento da Faculdade de Direito de Lisboa¹⁵⁵.

Porém, a estratégia adotada pelas autoridades académicas de encerrar compulsivamente as faculdades e os espaços de reunião dos estudantes – bastante frequentes nestes últimos anos do regime –, poderia não surtir os efeitos desejados, sobretudo a longo prazo, já que estes encerramentos contribuía para o contacto dos estudantes em protesto com colegas de outras faculdades, num processo de difusão da mobilização. A propósito, uma informação notaria que, com o encerramento da Faculdade de Direito, “alguns dos alunos daquela Faculdade têm reunido com os de Letras, neste último estabelecimento de ensino, para a feitura de comunicados relacionados com as reivindicações sobre matéria de ensino”¹⁵⁶. Ana Simões recorda-se de como os estudantes do Técnico e de Letras dispensaram parte do seu material técnico para a elaboração de comunicados e do *Jornal da Greve*, fundamentais para a informação dos estudantes, sobretudo num contexto em que a maioria das notícias relativas ao movimento estudantil eram abafadas pela imprensa geral. Lembra-se ainda de distribuir vários exemplares do *Jornal da Greve* à porta da Faculdade de Direito e na Alameda da Universidade¹⁵⁷.

¹⁵² FMSMB, Casa Comum, *Jornal da Greve*, nº 3, 18 de fevereiro de 1970.

¹⁵³ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 193, fls. 1, 136, 139 e 140.

¹⁵⁴ Irene Flunser Pimentel, *História da Oposição à Ditadura...*, p. 560; FMSMB Casa Comum, *Jornal da Greve*, nº 4, 18 de fevereiro de 1970.

¹⁵⁵ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 193, fls. 135, 121, 118; FMSMB, Casa Comum, *Jornal da Greve*, nº 5, 19 de fevereiro de 1970. Apenas em julho de 1970, fora possível à DGS compilar uma lista dos estudantes que se tinham distinguido na movimentação dos dias 17, 18 e 19 de fevereiro na Faculdade de Direito. Nesta extensa lista, conseguida por via da “vigilância adequada e dos seus elementos informativos”, constavam os nomes de cerca de cinquenta estudantes, dez dos quais mulheres: Ana Merelo, Maria Antonieta Coelho, Maria Helena Bruto da Costa, Maria Teresa Milhano, Teresa Sampaio, Maria do Carmo Barrocas, Elizabete Ferreira, Ana Simões, Maria Luís Leitão e Helena Leite Dias. Cf. ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 193, fls. 1 e ss.

¹⁵⁶ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3369 pt 166, fl. 24.

¹⁵⁷ Entrevista a Ana Simões.

Em abril, a reabertura da Faculdade de Direito é feita com o controlo das entradas de alunos através da apresentação obrigatória de um cartão de identificação emitido pela Universidade¹⁵⁸. A mobilização estudantil não tardou a manifestar-se, sobretudo num contexto em que problemas anteriores ao encerramento, não só se mantinham inalterados, como se agravavam, com a prisão de vários alunos no mês de abril. A 10 de abril de 1970, José Oliveira e Luísa Oliveira, irmãos e estudantes de Direito e Económicas (respetivamente), são presos. Ana Simões e Maria João Lobo, estudantes do 1º ano, eram amigas e colegas de turma de José Oliveira, pelo que a sua prisão é recordada como um momento marcante e mobilizador. A proximidade que mantinham com o colega recentemente preso é rapidamente detetada pela polícia política que a 11 de abril recebe uma informação segundo a qual Maria João Lobo “acompanhava habitualmente o aluno José Pires Marques de Oliveira, ora detido nesta Direcção”¹⁵⁹. No mesmo dia, a DGS seria ainda informada do envolvimento de Ana Simões na distribuição de panfletos alusivos à prisão do colega¹⁶⁰.

Desde então que as duas estudantes ficariam na mira da polícia política, sendo alvo de vigilância contínua nos meses que se seguiram. Em maio de 1970, a atividade associativa de Maria João Lobo levaria, inclusivamente, à sua prisão, juntamente com duas outras colegas – Maria da Graça Marques Pinto e Maria Margarida Torres – sob a acusação de transportarem um cartaz (da Faculdade de Direito para a Faculdade de Letras) alusivo aos recentes acontecimentos em Coimbra durante os quais teria sido ferido um estudante, Fernando Seiça¹⁶¹. A prisão destas três estudantes desencadeou um forte movimento de solidariedade estudantil, multiplicando-se os comunicados a seu respeito:

“A polícia, despudoradamente instalada na Cidade Universitária, logo interveio e prendeu as três estudantes. Conduzidas para a esquadra do Campo Grande, daí foram levadas para o Governo Civil, onde as sujeitaram a interrogatórios, esperas enervantes e constantes ameaças de trânsito para a António Maria Cardoso, de resto bem perto do Governo Civil... A pronta e firme actuação solidária de diversos estudantes que imediatamente compareceram na esquadra referida e no Governo Civil, terá, porventura, dissuadido os

¹⁵⁸ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 193, fl. 76

¹⁵⁹ Idem, fl. 58.

¹⁶⁰ ANTT, PIDE/DGS, SC, CI (1) 5235, NT 1309, fls. 81, 82.

¹⁶¹ Entrevista a Maria João Lobo

zelosos agentes da P.S.P. de darem às nossas colegas o destino que neste país se ousa reservar para quem quer que faça ondas no lago podre da desordem estabelecida.”¹⁶²

Passado o período das férias de verão, e com o início do ano letivo de 1970/1971, decorre um novo processo eleitoral para a AAFDL, do qual sai vencedora a lista “Pela Universidade do Povo”, “considerada «maoista», embora incluísse tanto elementos do MRPP como da UEC m-l”¹⁶³. A lista era presidida por Eduardo Lobo e tinha como Vice-Presidente Duarte Teives. Dela faziam ainda parte Ribeiro Santos, Fátima Fernandes, Pedro Palhinha, Teresa Sampaio e Carlos Gaspar. A 8 de janeiro de 1971, os estudantes são informados da não homologação pelo MEN do Presidente da Direção (Eduardo Lobo) e do Presidente da Assembleia Geral (Urgel dos Santos), numa tentativa de tornar inoperante a Associação Académica¹⁶⁴. A 14 de janeiro de 1971, uma RGA que decorria no átrio da Faculdade de Direito, convocada na sequência da não homologação dos corpos dirigentes da AAFDL, é interrompida por uma carga da polícia de choque que detém oito estudantes, entre eles Ribeiro Santos¹⁶⁵. Aurora Rodrigues foi uma testemunha ocular destes acontecimentos. No seu livro de memórias recorda que:

“A polícia de choque entrava e batia em quem apanhava. Lembro-me de, numa violenta carga policial [de 14 de janeiro de 1971], haver um estudante de direita, a quem a polícia começou a bater e ele gritava «*Sou dos vossos! Sou dos vossos!*», mas levou na mesma. Penso que nunca mais voltou a dizer isso, porque uma das características da polícia de choque é que quando carrega, quem estiver à frente leva. Aquela era, de certo modo, uma repressão cega.”¹⁶⁶

No seguimento da repressão da RGA, as Associações de Estudantes de Lisboa convocam um plenário em frente da Reitoria. Na Alameda da Universidade encontravam-se estacionadas vinte carrinhas da polícia de choque, acompanhadas de cães, espingardas e escudos. A polícia de choque carrega e espanca os estudantes que dispersam rapidamente. Muitos fogem para a cantina, onde a polícia se lança numa nova investida, “dos dois lados da porta enfileiram-se cerca de quarenta agentes, de bastão em punho. Os primeiros estudantes que se atrevem a sair tomam conhecimento das intenções da

¹⁶² FMSMB, Casa Comum, Comunicado «Repressão», c. maio de 1970.

¹⁶³ Irene Flunser Pimentel, *História da Oposição à Ditadura...*, p. 560.

¹⁶⁴ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 194, fls. 45, 40.

¹⁶⁵ Irene Flunser Pimentel, *História da Oposição à Ditadura...*, p. 561; ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 194, fls. 35, 33. Seria ainda instaurada uma queixa crime contra os 8 alunos, acusados de reunião ilícita e desobediência. Seriam absolvidos pelo Tribunal da Boa Hora.

¹⁶⁶ Aurora Rodrigues, *Gente Comum...*, p. 69, itálico no original.

autoridade: a evacuação da cantina não é o principal objectivo daquele corredor. São espancados”¹⁶⁷. Sessenta estudantes são feridos, seis dos quais receberam tratamento hospitalar de urgência. Uma estudante grávida perde o bebé¹⁶⁸.

A não homologação de dois membros da Direção eleita democraticamente pelos estudantes significava que a mesma não reunia o número legal necessário de membros para o seu funcionamento, cessando, por consequência, a sua atividade no dia 1 de fevereiro de 1971. A administração da AAFDL ficaria então nas mãos dos dois representantes da Assembleia Geral, Hélder Lima Santos e José António Barreiros. Entretanto, em finais de janeiro de 1971, tinham sido enviados mandatos de notificação aos principais dirigentes da AAFDL, impondo a sua comparência na DGS nos primeiros dias de fevereiro. Pedro Palhinha, Eduardo Lobo, Luís Guerra, Carlos Gaspar, Fátima Fernandes e Ribeiro Santos comparecem na DGS, esclarecendo, contudo, que não tinham “nada a ver com quaisquer actividades desenvolvidas pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, a partir do dia um do corrente mês, e, como tal, não são legalmente representantes dessa mesma Associação”¹⁶⁹.

A 4 de fevereiro de 1971, os então representantes da AAFDL são notificados, na sequência de uma nota oficiosa do MEN, de que “as Associações de Estudantes não podem continuar a exorbitar dos seus fins e devem cessar toda a actividade de propaganda política e toda a actuação ilegal, que nada tem a ver com a vida da Universidade, sujeitando-se automaticamente às sanções previstas na lei”¹⁷⁰. A mesma notificação referia que as instalações da Associação, assim como os seus equipamentos não poderiam ser utilizados “para a impressão de comunicações, manifestos, panfletos ou outros escritos subversivos sob pena de encerramento das instalações e apreensão das máquinas e dos móveis”¹⁷¹.

Sucedem-se um período de grandes convulsões associativas, com a renovação rápida e permanente dos dirigentes da AAFDL, fruto da perseguição política e dos ataques institucionais de que eram alvo pelo MEN. Assim, em fevereiro de 1971, é aberto um novo processo eleitoral. A lista única candidata à Direção era composta por António

¹⁶⁷ Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, *Grandes Planos – Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora, 2001, p. 167

¹⁶⁸ ANTT, PIDE/DGS, pr 3529/62 SR, NT 3378 pt 208, fl. 135; Idem, NT 3375, pt 194, fl. 33; Idem, NT 3370, pt 168, fl. 233.

¹⁶⁹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 195, fl. 174.

¹⁷⁰ Idem, fl. 171.

¹⁷¹ Ibidem.

Cordeiro, Maria João Lobo, Ana Simões, Silvino Teixeira, Rolando Teixeira, Carlos Pessoa, Luís Soares e Edgar Valles¹⁷². Também esta lista, próxima ideologicamente do PCP, se viu incapaz de exercer qualquer atividade, já que vários dos seus membros seriam presos nos meses de março e abril, durante uma vaga de prisões encetada pela DGS a vários estudantes conotados com o PCP. A primeira prisão seria do Presidente, António Cordeiro, a 11 de março de 1971, um facto de particular relevância para o movimento associativo, já que desde 1964 não era preso, em Lisboa, o Presidente de uma AE¹⁷³.

A propósito da prisão do Presidente da AAFDL e de outros membros, Maria João Lobo, então Vice-Presidente, evoca um episódio singular em que, enquanto membro da Direção e juntamente com outro colega, se dirige à sede da PIDE/DGS para averiguar a situação dos colegas presos. Por duas vezes, Maria João Lobo terá ido à António Maria Cardoso para saber dos colegas¹⁷⁴. A própria relata:

“Entrámos lá, pedimos para falar com o major Silva País. Devem ter pensado que nós eramos doidos (...). Perguntaram-me o nome, recusei-me a dar o nome, disse que era membro da Associação da Faculdade de Direito e que era nessa qualidade que estávamos ali. Efetivamente estivemos ali o dia quase inteiro, numa sala que dava para um corredor, onde os Pides iam passando, olhavam para nós, tentavam fixarem-nos as caras e identificarem-nos, o que, quanto a mim e ao José Oliveira, não era difícil porque já nos conheciam da Faculdade. Era impossível que não nos conhecessem. O José já tinha estado preso, aliás. Depois lá fomos recebidos (...) pelo Passos que nos disse que, de facto, era ele o Diretor de Investigação, que os nossos colegas estavam muito bem, não percebia a nossa preocupação. Nós lá dissemos que a nossa preocupação era porque havia os exames semestrais, queríamos que eles fizessem exames, e queríamos que a PIDE os levasse à Faculdade de Direito. Ele disse «Não, a PIDE não faz isso»¹⁷⁵.

Nesta altura, Maria João Lobo encontrava-se já denunciada na DGS por um colega do PCP que não tinha resistido à tortura. A sua prisão era, portanto, inevitável, facto que veio a acontecer na manhã do dia 15 de abril de 1971. Com vários elementos da Direção presos, nos últimos meses do ano letivo de 1970/1971, a AAFDL, formalmente homologada pelo MEN, atravessaria uma situação de crise. Um comunicado da AAFDL,

¹⁷² ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3370, pt 168, fl. 65-A.

¹⁷³ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 195, fls. 123, 122.

¹⁷⁴ Uma primeira vez no dia 12 de março e uma segunda no dia 15 de março. ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 166/71, NT 6217 (vol. 5), fl. 259; Informação enviada por Maria João Lobo via email, em 09.11.2022.

¹⁷⁵ Entrevista a Maria João Lobo.

assinado pela então Secretária Ana Simões, dá conta da situação de instabilidade associativa:

“Estando em causa a própria sobrevivência da Associação como único organismo democrático representativo de todos os estudantes desta Faculdade, torna-se cada vez mais imperioso que todos os alunos desta Escola, expressem o seu apoio com vista ao seu reforço sindical e associativo, devendo, além do mais regularizar a sua situação como sócios desta Associação”¹⁷⁶.

No dia 12 de maio de 1971, seria a vez de Ana Simões prestar declarações na sede da DGS, durante as quais nega fazer parte do PCP ou de se ter envolvido em qualquer atividade a favor do mesmo ou de qualquer outra organização¹⁷⁷. O período em que permanece na António Maria Cardoso é curto, sendo liberta após um dia. Para Ana Simões, a estratégia da polícia política era clara:

“Acho que era a maneira de atuar deles. (...) Se naquela altura eu tivesse sido presa juntamente com os outros, e falasse, se calhar falávamos uns dos outros. Se eu ficar cá fora, reorganizar e tiver passado um ano e meio, quando me chamarem, já posso entregar dez ou quinze. A ideia era essa. O método era esse.”¹⁷⁸

A prisão de vários estudantes da Faculdade de Direito conotados com o PCP constituiu um duro golpe na capacidade de influência comunista nesta faculdade. De resto, e para a secundarização das forças comunistas nesta escola, contribuiu ainda a emergência e implantação de novas forças no seio do movimento associativo, à esquerda do PCP e com um discurso marcadamente anticolonial e anticapitalista.

No ano letivo de 1971/1972 é eleita para a Direção da AAFDL a lista “Ao Trabalho”, presidida por Carlos Gago e que contava com outros membros ligados ao MRPP, como Manuel Pita, João Isidro, Maria José Morgado, José Lamego, Teresa Serra e José Galamba de Oliveira. Neste ano letivo, os estudantes de Direito retomariam algumas das reivindicações lançadas em janeiro de 1970. Em novembro e dezembro de 1970, haviam conquistado, na prática, a abolição do regime de faltas, arrancando as placas de numeração das carteiras dos anfiteatros I e II e recusando-se a assinar as folhas de presença¹⁷⁹. Conquistada a abolição das faltas, em janeiro de 1972, os estudantes

¹⁷⁶ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3375, pt 195, fl. 73.

¹⁷⁷ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 166/71, NT 6217 (vol. 5), fls. 150 e ss.

¹⁷⁸ Entrevista a Ana Simões.

¹⁷⁹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 196, fl. 197; ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3370, pt 167, fls. 65 e ss.

mobilizavam-se então pela abolição das frequências eliminatórias e obrigatórias para os alunos voluntários¹⁸⁰.

Em simultâneo e organizados por curso, os estudantes lançaram-se numa luta pela informação, realizando reuniões durante as aulas, durante as quais eram discutidos os conteúdos lecionados e outros aspetos pedagógicos do ensino. Várias destas discussões são impedidas pelos professores e é proibida a afixação de cartazes¹⁸¹. Na sequência destes acontecimentos, a Direção da AAFDL é ameaçada com processos disciplinares, recebendo no dia 8 de fevereiro, durante uma reunião com o Diretor da Faculdade, a seguinte notificação:

“Em cumprimento de deliberação do Conselho Escolar de 5 do corrente, cabe-me informar essa Direcção no sentido de que os seus membros serão considerados responsáveis, em conformidade com as disposições legais vigentes, por quaisquer escritos, ou outros meios de expressão gráfica, que venham a ser afixados nas instalações desta Faculdade utilizadas pela Associação Académica”¹⁸².

Em fevereiro de 1972 são também divulgadas as sentenças dos vinte e um processos disciplinares referentes aos acontecimentos de fevereiro de 1970. Onze estudantes são excluídos da frequência de todas as escolas do país pelo período de dois a quatro meses¹⁸³. Na sequência da divulgação das sentenças destes processos disciplinares e face a uma escalada da repressão, a luta estudantil intensifica-se. As aulas são paralisadas e os anfiteatros ocupados pelos estudantes. Os estudantes do 2º e 4º anos transformam as aulas em debates sobre a liberdade de informação, a repressão e o conteúdo anticientífico do ensino. As duas turmas do 1º ano não comparecem às aulas de Direito Português. O 2º ano expulsa o professor Martinez durante a aula de Economia Política. O 3º ano abstém-se das duas últimas aulas¹⁸⁴.

Maria José Morgado, membro da Direção e então aluna do 2º ano de Direito, foi uma das estudantes identificadas durante estes acontecimentos. Numa participação escrita pelo Professor Martinez, o mesmo refere que foi “impedido de dar a aula teórica de Economia Política, (...) dada a circunstância de, ao entrar no anfiteatro do 2º ano, ter encontrado o mesmo ocupado por indivíduos que não pude identificar, mas cujas atitudes

¹⁸⁰ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 196, fls. 97, 64.

¹⁸¹ Idem, fls. 97, 88.

¹⁸² Idem, fl. 86.

¹⁸³ Idem, fl. 76.

¹⁸⁴ Idem, fls. 95 e ss, 64.

eram tumultuosas. (...) No estrado ocupando a cátedra, achavam-se duas alunas, uma das quais identifiquei como sendo Maria José Capelo Rodrigues Morgado. Esta mesma aluna dirigiu-se-me dizendo: «O Sr. Dr. Não pode dar aula porque o curso decidiu tratar agora de outros assuntos». Pedi-lhe para se identificar o que não fez, observando que isso não interessava, pois falava em nome do curso. Nessa altura retirei-me.”¹⁸⁵

A ameaça dos processos disciplinares veio efetivamente a concretizar-se na sequência destes acontecimentos. No dia 10 de fevereiro, o CE suspende imediata e preventivamente quatro estudantes que se tinham destacado nos acontecimentos do dia anterior, ao presidirem as mesas das reuniões de curso: José António Ribeiro dos Santos, João Campers, Maria José Morgado e José Galamba de Oliveira¹⁸⁶. Mostrando-se solidários com os colegas suspensos, os estudantes recusam-se a assistir às aulas e, na cantina da Cidade Universitária, decorrem *meetings* para discutir a situação das suspensões e da repressão¹⁸⁷. De acordo com um noticiário, enviado à PIDE/DGS:

“A Direcção da AAFDL tem vindo a desenvolver um intenso trabalho de agitação nesta Faculdade. Servindo-se dos chamados «núcleos de Base» começou por desenvolver uma campanha de crítica do conteúdo de determinadas cadeiras como por exemplo Direito Corporativo, Constitucional e Teoria Geral do Estado. Todas as críticas são feitas em bases marxistas e apoiadas em textos marxistas publicados pela secção de textos da AAFDL. Após o Director em exercício ter proibido a afixação de cartazes na Faculdade, foi desencadeada uma intensa campanha «Pela Liberdade da Informação» que originou e deu seguimento aos acontecimentos do dia 11/2/72”¹⁸⁸.

Os ataques às estruturas organizativas estudantis continuariam nos dias que se seguem, sendo suspensos mais três estudantes, delegados de curso, por terem “comunicado ao Dr. Rui Albuquerque que o curso não «apreciava» as suas aulas”. Seriam ainda suspensos Alcino Araújo e Manuel António Pita, o último Vice-Presidente da AAFDL¹⁸⁹. A 24 de fevereiro de 1972, a AAFDL é encerrada por despacho do MEN e sob proposta do CE¹⁹⁰. A AAFDL juntava-se então a outras estruturas associativas que se encontravam encerradas, como a AE de Ciências ou a CPA de Letras, ou dissolvidas,

¹⁸⁵ Arquivo da SGEN, Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Comissão Permanente das Organizações Circum Escolares do Ensino Superior, Caixa 34, Processo nº 128, Processo disciplinar de Maria José Morgado, fl. 3.

¹⁸⁶ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 196, fls. 121, 95 e ss, 81, 80.

¹⁸⁷ Idem, fls. 95 e ss.

¹⁸⁸ Idem, fl. 78.

¹⁸⁹ Idem, fls. 109, 105, 53.

¹⁹⁰ Idem, fls. 117, 64.

como a do Instituto Industrial de Lisboa. O encerramento da AAFDL provocou uma resposta coletiva, sendo convocada uma RIA para o Técnico que contou com a participação de Direito, Ciências, Medicina e Industrial¹⁹¹.

Entretanto, no dia 1 de março de 1972 seriam introduzidos, pela primeira vez, na Faculdade de Direito, quatorze vigilantes, rapidamente apelidados de “gorilas”. O primeiro contacto com os “gorilas” é descrito por Ana Simões numa carta ao colega José Oliveira, então exilado:

“Lembras-te de um papel que saiu no ano passado cujo título era a «Batalha da Educação»? Um em que se dava notícia dos 21 ex-fuzileiros, ex-paraquedistas e ex-comandos que estavam a ser treinados no Estádio Nacional para contínuos de faculdade? Pois bem nesta data memorável 1º de março do ano de 1972 da era do nosso senhor, os supracitados homens-besta entraram ao serviço na Faculdade de Direito de Lisboa. (...) distraídos entrávamos na faculdade quando de repente vejo à porta 2 homens enormes vestidos com a farda de contínuos. (...) Entrámos. Ao cimo das escadas, junto ao anfiteatro I estavam mais 2 contínuos, com as mãos atrás das costas e as pernas abertas. Horrível! Fomos até ao bar e no corredor da Associação havia, além do Mendes, mais dois contínuos dos novos... São 12 ao todo!! Na hora do Martinez este veio escoltado por 2 dos gorilas até ao anfiteatro (...)”¹⁹².

A presença destes elementos, ao contrário da dos informadores – mais discreta e camuflada – era visível, conhecida e abertamente violenta. Treinados para atuar violentamente, batendo e espancando os estudantes, os “gorilas” eram mais uma forma de repressão e invasão dos espaços de convívio e reunião dos estudantes, dispendo inclusivamente de instalações próprias no interior da Faculdade de Direito. Ainda assim, a presença dos “gorilas” na Faculdade não prescindiu da sempre atenta presença da PSP no exterior do recinto universitário que, nesta altura, permanecia continuamente numa carrinha de choque na Cidade Universitária, com polícias ao dispor do capitão Pereira, prontos para atuar sempre que fosse necessário.

Em finais do ano letivo de 1971/1972, a situação do movimento associativo é descrita pelo estudante Ribeiro Santos ao amigo e colega Luís Guerra, exilado em França:

“No MA [Movimento Associativo] surgiram novas cisões. (...) O que posso dizer-te, é que a luta continua a radicalizar-se. Este ano, fizeram-se várias manifestações estudantis

¹⁹¹ Idem, fl. 55.

¹⁹² ANTT, PIDE/DGS, SC, CI (1) 5235, NT 1309, fls. 36, 37.

na rua; não foram apenas manifestações sindicais, mas sobretudo políticas, após uma série de agressões contra as AAEE (foram quase todas encerradas) e brutais cargas policiais contra os estudantes, como sucedeu em Económicas e no Técnico. As cooperativas, entre as quais a Livrelco, também foram atingidas. Se a greve em Económicas e Técnico aguentar até Outubro-Novembro (o que é possível!) vamos ter um ano de 72-73 bastante quente desde o início”¹⁹³.

Ribeiro Santos protagonizaria um episódio dramático, com amplas repercussões no processo de radicalização do movimento estudantil. A 12 de outubro de 1972, durante um “*meeting* contra a repressão” no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), José António Ribeiro Santos, estudante de Direito e militante da FEML, conhecido pela polícia desde 1967, foi assassinado a tiro por um agente da PIDE/DGS¹⁹⁴. Nos dias e meses que se seguiram, a agitação estudantil propagou-se de forma generalizada a todas as Faculdades e Institutos e, inclusivamente, nos meios liceais. Como referem Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena importa notar que a “dimensão mais violenta da repressão política estava até aqui relativamente confinada aos círculos organizados da oposição” e que, apesar da ditadura sempre ter semeado “assassínios nos percursos clandestinos ou nas suas prisões, (...) nunca fez deles exemplo público”¹⁹⁵. O funeral de Ribeiro Santos foi palco de uma ampla manifestação estudantil – ainda que incluindo alguns elementos da população –, que se saldou por fortes choques com as forças da ordem. Os estudantes, que procuravam levar a urna do colega aos ombros até ao cemitério da Ajuda, foram impedidos pela polícia de choque, que interveio violentamente, extorquindo a urna dos estudantes, rapidamente substituídos por agentes da polícia que a colocariam no carro funerário. Até ao cemitério e ao final da tarde multiplicaram-se as manifestações por várias zonas de Lisboa das quais resultaram a prisão de vários indivíduos, entre eles estudantes¹⁹⁶.

Nas semanas que se seguiram, as greves e boicotes marcaram a agenda estudantil desde o Técnico até Letras. Vários estudantes são presos ou alvo de suspensões preventivas. As poucas Associações que ainda se encontravam ativas, foram encerradas

¹⁹³ Ivo Pêgo (org.), *Ribeiro Santos...*, p. 21.

¹⁹⁴ Durante estes acontecimentos ficaria também ferido na perna José Lamego, estudante de Direito, que deu entrada no Hospital de S. José e fora levado para o hospital da prisão de Caxias poucos dias depois.

¹⁹⁵ Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, *Grandes Planos...*, pp. 174-175.

¹⁹⁶ Acerca do assassinato, do funeral e do movimento estudantil na sequência do assassinato de Ribeiro Santos veja-se o recente documentário de Diana Andringa, *12 de Outubro de 1972: O Dia em que Perdemos o Medo*, 2022, consultado a 17 de outubro de 2022, disponível em RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p10769/12-de-outubro-de-1972-o-dia-em-que-perdemos-o-medo>.

e várias escolas permaneceram encerradas, quer por decisão dos Diretores, quer dos Conselhos Escolares¹⁹⁷. Aurora Rodrigues, próxima de Ribeiro Santos, recorda que:

“(…) depois do assassinato de Ribeiro Santos, (…) toda a Universidade, toda a Faculdade se virou. Aquilo foi um momento de radicalização da escola e das escolas todas, e, de certo modo, também da sociedade. Este assassinato, que foi uma coisa terrível, para quem morreu, mas também para nós todos, fez a viragem do movimento estudantil, mas também do movimento social no país”¹⁹⁸.

O regime intensifica a sua máquina de repressão e vigilância, a informação policial avoluma-se e verifica-se um claro esforço na identificação dos estudantes que mais se destacaram na luta na sequência do assassinato de Ribeiro Santos. Com o auxílio da rede de informadores, “gorilas” e elementos da PSP, poucos dias depois do assassinato, a polícia política detinha já nas suas mãos uma lista dos sessenta e quatro estudantes mais ativos na mobilização estudantil¹⁹⁹. Na Faculdade de Direito, a 31 de outubro de 1972, a PSP informaria a DGS de que Maria José Morgado era “uma das principais cabecilhas durante os incidentes estudantis”²⁰⁰. Poucos dias depois, seria a vez do inspetor Dias de Melo denunciar os estudantes que mais se destacaram na distribuição de propaganda estudantil: Maria José Morgado, Aurora Rodrigues, José Sardinha, Saldanha Sanches e João Isidro²⁰¹.

O esforço de vigilância é, de facto, generalizado. Muitas estudantes que até então não tinham caído na mira da polícia política, passam a ser vigiadas com maior frequência, multiplicando-se as denúncias e informações enviadas à DGS. São os casos de Jorgete Teixeira e Marília de Jesus Mendonça. Consultando os processos-crime das duas estudantes de Direito que constam na Torre do Tombo, reparamos que as informações a seu respeito começam a ser compiladas, justamente, na sequência do assassinato de Ribeiro Santos, mais precisamente a partir de novembro de 1972. Neste mês, a polícia política é informada da participação de Marília de Jesus Mendonça na distribuição de panfletos alusivos à morte de Ribeiro Santos²⁰² e ambas são identificadas enquanto membros de um grupo de estudantes reunidos em preparação do plenário marcado para o

¹⁹⁷ José Manuel Lopes Cordeiro, «“Ao Serviço do Povo Venceremos”...», pp. 135-136.

¹⁹⁸ Entrevista a Aurora Rodrigues.

¹⁹⁹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3371, pt 170, fls. 212 e ss. Importa referir que nesta lista não constava o nome de qualquer mulher.

²⁰⁰ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 197, fl. 215

²⁰¹ Idem, fl. 213.

²⁰² Idem, fl. 205.

dia 24 de novembro, no Técnico²⁰³, com o objetivo de discutir o clima de repressão instalado no meio universitário desde o início daquele ano²⁰⁴.

Entretanto, em Direito, com o encerramento da AAFDL são adotadas novas formas de organização sindical, desligadas das tradicionais estruturas legais, como seriam as Associações, e assentes em estruturas informais e menos previsíveis, como as delegações de curso. Neste ano letivo de 1972/1973 são eleitas delegações de curso nos 2º, 3º, 4º e 5º anos apoiadas pelo movimento associativo “Ousar Lutar, Ousar Vencer”. Os estudantes escolhem como inimigo comum a Reforma do Ensino, lutando a favor da época outubro²⁰⁵.

No novo ano, continua a vigilância apertada aos principais “agitadores” da Faculdade de Direito. Em meados de janeiro, a DGS é informada de que vinte estudantes se tinham reunido no anfiteatro, recusando-se a abandonar o local quando exigido por um contínuo. Neste grupo, Aurora Rodrigues e Maria José Morgado foram identificadas entre “as que inicialmente incitaram os restantes estudantes a desobedecer”²⁰⁶. No mesmo dia, Marília de Jesus Mendonça e Liliana de São José André são indicadas como as principais responsáveis pela maior parte da propaganda estudantil e de outras origens, distribuída na Faculdade de Direito²⁰⁷.

Após um mês de exames, em março de 1973, instala-se na Faculdade de Direito uma forte movimentação em torno da supressão da época de outubro²⁰⁸. Os primeiros sinais de descontentamento vêm de um abaixo-assinado entregue no MEN pelos delegados de curso²⁰⁹. Refira-se que a luta pela época de outubro é sintomática de como, nestes anos finais do regime, uma luta eminentemente pedagógica poderia evoluir e assumir contornos mais radicalizados e politizados quando confrontada com as atitudes repressivas das autoridades académicas e do próprio regime. Os contornos violentos que esta luta veio assumir, com a confrontação direta com os “gorilas” ou as manifestações

²⁰³ Idem, fl. 156.

²⁰⁴ Este plenário acabaria por não se concretizar, já que na manhã do dia 24 de novembro, os alunos do Técnico depararam-se com as suas instalações universitárias encerradas por ordem do novo Diretor, Sales Luís. Cf. ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3383, pt 221, fl. 284.

²⁰⁵ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 197, fl. 149.

²⁰⁶ Idem, fl. 111.

²⁰⁷ Idem, fl. 115.

²⁰⁸ A época de outubro possibilitava os estudantes de Direito concluírem duas cadeiras que não tivessem conseguido completar no mês de julho. A supressão da época de exames de outubro foi determinada pela Reforma dos Estudos de Direito, em setembro de 1972. Cf. Idem, fl. 105.

²⁰⁹ Idem, fl. 105.

de rua, pautadas por atos de violência à propriedade, são ilustrativos desta radicalização da luta estudantil.

Vejam-se, a título de exemplo, os acontecimentos que decorreram na Faculdade de Direito nos dias 29 e 30 de março de 1973. No dia 29, os estudantes de Direito reuniram-se no átrio da Faculdade para discutir e debater as formas de luta a adotar pela conquista da época de outubro. Os “gorilas” atuam, originando confrontos com os estudantes. No dia seguinte, o clima de conflituosidade ganha terreno. De manhã, dão-se novos choques entre estes dois elementos, sendo que os estudantes lançam uma chuva de pedras sobre os “gorilas”. À tarde estava convocado um Plenário dos Estudantes de Lisboa na Cidade Universitária. A polícia cerca Direito, Letras e o Hospital de Santa Maria e faz uso de gases lacrimogéneos. Perante a atitude repressiva, os estudantes avançam para respostas de maior envergadura e com maior visibilidade pública. Multiplicam-se as manifestações por várias zonas de Lisboa. A primeira arranca do Rossio, passa pela Praça da Figueira, a Rua da Prata e a Rua dos Fanqueiros, acabando por se dispersar²¹⁰. Segundo o jornal *A Capital*, na Baixa, os manifestantes “estilhaçaram vidros de várias montras e portas de estabelecimentos bancários e de venda ao público”, tendo a polícia intervindo²¹¹. Uma hora depois, uma segunda manifestação parte da Alameda D. Afonso Henriques, seguindo pelo Bairro da Picheleira²¹².

Rapidamente, as autoridades desdobram-se em ações de identificação dos principais cabecilhas. Aurora Rodrigues, Saldanha Sanches, Maria José Morgado e Eduardo Miranda são alguns dos estudantes identificados²¹³. Entretanto, à polícia política chega ainda a informação dos dezoito estudantes, cinco mulheres, que mais se tinham destacado nos acontecimentos de dia 30 de março na Faculdade de Direito²¹⁴.

Na sequência destes acontecimentos, o CE deliberaria a suspensão de nove estudantes pelo período de 45 dias: Maria José Morgado, António Macedo, Manuel António Pita, Eduardo Miranda, António Monteiro Cardoso, Saldanha Sanches, João Soares e Jorgete Teixeira²¹⁵. Em entrevista, Jorgete Teixeira explica que foi suspensa por participar num boicote à aula do Professor Martinez, que a identificou, juntamente com o

²¹⁰ Idem, fls. 77 e ss; ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3371, pt 170, fl. 125.

²¹¹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 197, fl. 84

²¹² Idem, fls. 77 e ss.

²¹³ Idem, fl. 82, 80.

²¹⁴ Idem, fl. 81.

²¹⁵ Idem, fl. 79

então estudante João Soares. A sua suspensão seria prorrogada em maio pelo período de trinta dias e em junho seria suspensa definitivamente da Faculdade de Direito pelo período de seis meses²¹⁶. Acerca da suspensão e do significado da mesma, refere que:

“A suspensão era uma forma de controlar o movimento contestatário. (...) Queriam que a faculdade funcionasse normalmente. Uma das formas que eles tinham para que não houvesse boicotes, não houvesse aquilo que eles chamam de «distúrbios», era pôr os estudantes revoltosos fora da faculdade.”²¹⁷

A luta pela época de outubro continuaria no início do mês de abril, com a convocação de greves gerais, RGAs e Plenários, assim como uma ida ao MEN pela Junta de Delegados da Faculdade de Direito²¹⁸. No mesmo mês proliferam-se pela cidade de Lisboa várias manifestações de rua marcadamente estudantis. Nos dias 2 e 3 de abril, os estudantes manifestam-se do Saldanha até ao Martim Moniz, em Sete Rios e na zona de Benfica. Estas ações “seguiam a linha da oportunidade da violência revolucionária”²¹⁹, defendida por alguns grupos da esquerda radical com crescente preponderância na Faculdade de Direito.²²⁰

Entretanto, no dia 3 de maio de 1973 estava marcada para a Faculdade de Letras, uma RGA contra a repressão e a presença dos gorilas. À porta, cerca de cem estudantes de várias escolas concentraram-se em solidariedade com a luta dos colegas, inclusivamente muitos estudantes de Direito. As forças da polícia de choque, lideradas pelo capitão Maltez, carregam sobre os estudantes, fazendo uso de bastões e gás lacrimogénio, espancando indistintamente. Os estudantes respondem à pedrada, apedrejando as carrinhas e os polícias. A notícia propaga-se rapidamente pelas escolas e, no mesmo dia, é convocado um *meeting* para a Cantina da Cidade Universitária. A polícia atua novamente, espancando vários estudantes, incluindo uma estudante grávida, e são disparados tiros. À tarde, arranca da Praça do Chile uma manifestação com cerca de cem

²¹⁶ Idem, fl. 4; Arquivo pessoal de Jorgete Teixeira. O CE da Faculdade de Direito converte em definitivas outras quatro suspensões preventivas, de Maria José Morgado, Manuel António Pita, António Rui de Oliveira e Eduardo Miranda, suspensos pelo período de onze meses. Jorgete Teixeira foi suspensa pelo período de seis meses. Cf. ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 198, fl. 113.

²¹⁷ Entrevista a Jorgete Teixeira.

²¹⁸ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 197, fls. 68, 64, 63, 60.

²¹⁹ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 221.

²²⁰ O tipo de conduta empregue nestas manifestações tinha sido detetado num relatório da PSP em outubro de 1972, no qual se referia que “nas Faculdades da Cidade Universitária recomenda-se aos estudantes que durante os distúrbios devem partir os vidros dos Bancos, Supermercados e dalgumas viaturas, pois são os símbolos da burguesia”. Cf. ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3371, pt 170, fl. 231.

peças que gritam “Guerra do Povo à Guerra Colonial”, “Pão, Paz e Terra” e “Abaixo a repressão fascista”²²¹.

Nas duas ocasiões são presos vinte e um estudantes e três são feridos a tiro. Na concentração em frente à Faculdade de Letras foram presos Aurora Rodrigues e José Lamego, ambos estudantes de Direito, encurralados num terreno sem saída nas traseiras da Faculdade. No seu livro de memórias, Aurora Rodrigues conta que a prisão não foi uma surpresa para si, persentindo que estava a ser seguida há muito tempo, premonição desde já comprovada pelas várias informações compiladas pela polícia política no seu processo-crime²²². Este acontecimento espoletou uma onda de solidariedade entre os estudantes. No Técnico, uma RGA propõe greve geral até à libertação dos colegas presos, que se prolonga até ao mês de novembro. O Instituto é encerrado, assim como a Associação de Estudantes. Em Económicas e Medicina dão-se greves intermitentes, acompanhadas de *meetings*. Em Agronomia os dias são passados em RGAs e em Letras decreta-se greve geral.

No dia 16 de maio de 1973, dia para o qual estava convocado um Plenário de Estudantes na Cidade Universitária, proliferam-se as ações e manifestações estudantis pela cidade de Lisboa, resultando na prisão de dez estudantes. No recinto do Hospital de Santa Maria concentram-se cerca de trezentos estudantes e pelas ruas de Lisboa multiplicam-se as manifestações relâmpago que decorrem em simultâneo. Na Rua Conde de Redondo, uma manifestação com cerca de cem indivíduos, salda-se pelo ataque à montra do Banco Português do Atlântico. Chegada a polícia, este grupo dispersa, sendo perseguido pelas forças policiais. Cinco deles, todos estudantes, são detidos mais à frente, na Rua do Passadiço. Decorrem ainda manifestações no Campo dos Mártires da Pátria, na Avenida Almirante Reis e em Moscavide, durante as quais são presos vários estudantes da Faculdade de Direito, entre eles Marília de Jesus Mendonça e Liliana de São José André²²³.

Segundo Accornero, estava a forjar-se, nesta altura, “um repertório de contestação que tinha como cenário cada vez menos as instalações universitárias e cada vez mais as ruas da cidade, antecipando a vaga de mobilizações urbanas que caracterizaram os anos

²²¹ Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, *Grandes Planos...*, p. 180; ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3371, pt 170, fl. 68; Idem, NT 3376, pt 197, fl. 48

²²² Aurora Rodrigues, *Gente Comum...*, p. 83.

²²³ ANTT, PIDE/DGS, SC, SR 1932/73, NT 4086, fls. 2 e ss.

da revolução”²²⁴. Como a autora mostra, no período entre 1956 e 1974, os episódios de protestos coincidem, tendencialmente, com o mês de maio, mês em que decorrem as celebrações do Dia do Trabalhador, um momento de intensificação da mobilização que resultava na prisão de vários indivíduos²²⁵. Porém, nunca estes valores se apresentaram tão elevados como no ano de 1973. A menos de um ano da revolução, são presos, em maio, sessenta e cinco indivíduos, vinte e sete no dia 1, vinte no dia 3 e dez no dia 16²²⁶. A adoção de estratégias mais radicais e transgressivas, baseadas no exercício da violência e do ataque contra a propriedade tornavam o conflito mais direto e visível. Por seu turno, a agitação estudantil, mesmo quando confrontada diretamente com a repressão, não cessava. O endurecimento da repressão não surtia os efeitos desejados e, pelo contrário, era o mote e a força impulsionadora do processo de progressivo e crescente radicalização deste movimento.

Na Faculdade de Direito, os dias que se seguiram foram marcados por ações de denúncia das recentes prisões. Ana Gomes, então estudante do 1º ano, é identificada pela polícia enquanto uma das estudantes que condenou a repressão que recaía sobre os estudantes e a prisão dos colegas²²⁷. Já num comunicado coletivo das famílias dos estudantes de Direito presos nos primeiros dias de maio, as “mães, pais, irmãos, tios e tias”, denunciam as condições prisionais e enfatizam o seu tom de preocupação:

“Cada um deles se encontra numa célula isolada, a nenhum foi permitida a visita de advogado ou a assistência por estes últimos aos interrogatórios a que estão a ser constantemente submetidos. À totalidade deles foi apenas permitida uma visita de meia hora semanal pela família, visita essa que, apesar da sua exiguidade, tem sido numerosas vezes, pelos mais vagos e inconscientes pretextos, impedida. Na sua grande maioria, não recebem nem podem enviar cartas aos seus familiares, assim como lhes não é autorizada a entrada de livros, designadamente escolares”²²⁸.

No início do ano letivo de 1973/1974, o grupo associativo “Ousar Lutar, Ousar Vencer” denunciava nos seus comunicados o aumento da repressão, considerada “sinal de fraqueza e pânico” do regime. Apontava ainda o dedo aos “mecanismos de selecção”,

²²⁴ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 225.

²²⁵ Idem, pp. 281-282.

²²⁶ Idem, p. 222.

²²⁷ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 197, fl. 38.

²²⁸ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 197, fls. 19 e ss.

nomeadamente a abolição da época de outubro, e o elevado número de “chumbos”, sobretudo entre os rapazes, compulsivamente recrutados para a guerra colonial²²⁹.

Em outubro assinalava-se o primeiro aniversário do assassinato de Ribeiro Santos. Decretada greve geral da Academia, Direito paralisa por completo nesse dia, com uma adesão a 100% entre os primeiros anos. Para a manhã desse dia estava ainda marcada uma romagem ao cemitério da Ajuda, impossibilitada pelas oito carrinhas da polícia de choque ali estacionadas que detêm dois estudantes. Uma nova manifestação parte então do Campo das Cebolas, percorrendo os bairros da Graça, Alfama e Mouraria. À tarde, a manifestação parte da Rua do Ouro, sendo apenas dispersa pela polícia ao chegar ao Terreiro do Paço. Na Amadora e nos Anjos decorreram outras manifestações²³⁰.

Começara há poucos dias o novo ano letivo e o CE deliberava já a suspensão de três estudantes: Pedro Palhinha, António Cotrim e José Lamego²³¹. As suspensões não impediram, contudo, que a situação de agitação permanente que caracteriza a Faculdade de Direito durante estes anos – e que se prolongaria durante o PREC – abrandasse. No mês de novembro multiplicam-se as ações de protesto. No dia 13, na sequência de intervenção dos “gorilas” numa reunião de alunos no átrio da Faculdade, um grupo de cerca de quarenta estudantes parte os vidros da Faculdade de Direito utilizando ferros, pedras, tubos de chumbo e pés de cadeiras. Alvos de arremesso foram ainda duas viaturas, uma do Diretor Martinez e uma segunda, incendiada. Entre os manifestantes seriam identificadas as estudantes Marília de Jesus Mendonça e Liliana de São José André²³². Num relatório confidencial, elaborado pelo capitão Pereira da PSP e contando com o testemunho do chefe dos vigilantes, são identificados outros estudantes pertencentes a este grupo: Pedro Palhinha, António Cotrim, António Pita, Maria João Lobo, António Pestana, António Cardoso, Ana Gomes, Carlos Gago e João Isidro. Numa nota manuscrita, o capitão acrescenta que “os estudantes referidos são em grande parte aqueles que durante o ano findo transitaram por esta PSP como agitadores”²³³.

Os incidentes ocorridos foram considerados de particular gravidade pelo Diretor da Faculdade, Pedro Soares Martinez, que, numa carta aberta, refere que se viu obrigado “a ordenar imediatamente um rigoroso inquérito”, procedendo depois “à convocação do

²²⁹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 198, fl. 109.

²³⁰ Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, *Grandes Planos...*, p. 182.

²³¹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 198, fl. 106.

²³² Idem, fls. 82, 79, 76.

²³³ ANTT, Ministério do Interior, MAI GM G 23, cx. 445, G23/1974/154, fl. 1 e ss.

Conselho Escolar para inteiro esclarecimento acerca da situação criada e das responsabilidades que venham a apurar-se relativamente aos incidentes”²³⁴. Entretanto, a polícia política recolheria diversas informações acerca deste acontecimento, dando conta da gravidade do mesmo²³⁵. A propósito, a DGS referia que “os elementos associativos de Direito, com o pretexto da Universidade ter sido transformada em quartel, desencadearam desde o início das aulas, uma campanha contra a presença dos vigilantes, apontando-os como «indesejáveis» e provocando-os a cada momento”²³⁶.

A DGS interligava ainda estes acontecimentos com os então recentes incidentes de dia 9 de novembro, durante os quais, segundo a polícia política, os vigilantes teriam constatado que uma aluna transportava “uma pasta com folhetos de origem duvidosa”. A aluna, “convidada a dirigir-se à presença do Director da Faculdade”, recusou-se, “opondo resistência, com gritos e gestos para chamar a atenção dos colegas que estavam perto”. Ainda assim, os vigilantes conseguiram, “a custo, embora sem violência”, encaminhar a aluna ao Diretor²³⁷. A aluna em questão era Aurora Rodrigues. Segundo o seu depoimento, ao entrar na Faculdade de Direito, foi interpelada por um “gorila” que a obriga a abrir o saco que continha comunicados do MRPP. Numa cena de perseguição, Aurora Rodrigues é agarrada violentamente pelo “gorila” que a arrasta, enquanto ela grita, até à sala dos professores. Consegue escapar, mas sem não antes atirar os papeis que transportava em direção a um grupo de estudantes que se reunia perto. Na sequência deste acontecimento, Aurora Rodrigues foi suspensa da Faculdade de Direito²³⁸

O CE deliberaria ainda a suspensão de catorze estudantes, entre eles Marília de Jesus Mendonça, Maria João Lobo²³⁹, Liliana de São José André, e Ana Gomes, sendo a sua suspensão prorrogada no dia 23 de janeiro de 1974, pelo período de 45 dias²⁴⁰.

A luta contra as suspensões marcaria os meses que se seguiram até à Revolução. No final de janeiro, uma RGA em Medicina²⁴¹ reafirmaria as posições dos estudantes

²³⁴ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 198, fl. 74.

²³⁵ Idem, fls. 96, 90, 87, 83

²³⁶ Idem, fl. 72

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Aurora Rodrigues, *Gente Comum*, pp. 135-136.

²³⁹ Maria João Lobo refere que a sua suspensão tratou-se de uma mera estratégia de incriminação, sendo-lhe atribuídas responsabilidades por factos aos quais foi alheia. O grau de detalhe e pormenor das acusações dos “gorilas” levaram, contudo, à sua suspensão da Faculdade de Direito, situação em que esteve até ao 25 de abril. Entrevista a Maria João Lobo.

²⁴⁰ ANTT, PIDE/DGS, SC, SR 1932/73, NT 4086, fl. 13.

²⁴¹ Poucos dias depois, a AE da Faculdade de Medicina, a funcionar nas caves do Hospital de Santa Maria, seria encerrada durante uma operação policial. O encerramento desta Associação representou mais um duro

contra as suspensões²⁴². Em fevereiro decorre na Praça do Chile uma ampla manifestação contra a guerra colonial e, em março, o grupo “Ousar Lutar, Ousar Vencer” continuava a apostar na propaganda, incitando os estudantes à greve. Seria precisamente na sequência da distribuição de comunicados deste género que Liliana Palhinha, juntamente com António Cotrim e Heitor Santos, seriam presos no dia 2 de março. Segundo informações da DGS, Liliana era conhecida “como uma das principais agitadoras no meio estudantil também já se tem notado a sua presença em manifestações de rua e encontra-se suspensa da referida Faculdade de Direito, em virtude de mau comportamento”²⁴³.

A poucos dias da Revolução de Abril, circulavam em Direito panfletos em celebração do aniversário de Ribeiro Santos, criticando as suspensões e divulgando as recentes prisões de colegas...

4.2. O movimento estudantil na Faculdade de Ciências

Desde meados da década de 60 que a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa se converteu num polo de agitação estudantil que preocupou fortemente as autoridades, entre elas o Ministério do Interior e o MEN. De forma a fazer face a esta agitação, e num período de “refluxo estudantil”, em maio de 1965 passaram a vigorar em Ciências as denominadas “Comissões Administrativas”, estruturas nomeadas pelo governo de Salazar com o objetivo de afastar da Direção da AE elementos conotados com a oposição²⁴⁴. A presença destas estruturas estender-se-ia pelos anos seguintes, mais precisamente até ao ano letivo de 1968/1969, quando é eleita para a AEFCL uma lista presidida por Daniel Muller. A lista definia no seu programa de candidatura como “prioridade absoluta respectivamente a luta pedagógica e a crítica dos problemas gerais da sociedade portuguesa, correlacionados com os aspectos particulares do Ensino”²⁴⁵. No ano letivo seguinte, de 1969/1970, seria eleita uma lista encabeçada por Augusto Fitas²⁴⁶,

golpe no movimento estudantil, já que este era um dos poucos pontos de apoio técnico sobreviventes para os estudantes de Lisboa. Esta realidade tinha, aliás, sido já constatada pela DGS em dezembro de 1973, referindo que a maioria da propaganda estudantil que circulava nas faculdades de Lisboa, “tem sido impressa nas instalações associativas de Económicas, Medicina e Farmácia”, sobretudo folhetos comunicados e tarjetas das Associações de Direito, Técnico, Letras e Ciências, “em virtude das Associações de alunos destes estabelecimentos se encontrarem encerradas”. Cf. ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3371, pt 171, fl. 104.

²⁴² ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3376, pt 198, fls. 27 e ss.

²⁴³ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 107/74, NT 6446, fl. 39.

²⁴⁴ Irene Pimentel, *Informadores da PIDE...*, p. 284.

²⁴⁵ Ephemera, «Movimento associativo da Faculdade de Ciências de Lisboa – eleições (1968-9)». Disponível em: <https://ephemerajpp.com/2011/02/13/movimento-associativo-da-faculdade-de-ciencias-de-lisboa-eleicoes-1968-9/>, consultado a 03.01.2023.

²⁴⁶ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378 pt 208, fls. 192 e ss.

onde algumas das mulheres entrevistadas dariam já os seus primeiros passos na estrutura associativa, como seria o caso de Glória Ramalho, eleita Vogal-Cultural.

No ano letivo de 1970/1971 venceria a lista “Por uma Universidade Popular”, mais conhecida por “Pops”, com ligações à UEC (m-l). Glória Ramalho preside agora a lista, ao lado de Pedro Ferraz de Abreu, Vice-Presidente. Da lista fazem ainda parte Olga Moura, Aurélio Pestana da Silva, Graça Pestana, Pedro Ferreira, Margarida Graça, Rosário Simões, Francisco Melro e Joaquim Nunes²⁴⁷. A lista “Pop” lançava-se num projeto de alargamento da luta estudantil, procurando soluções para os problemas diários dos estudantes de Ciências, como as inscrições nas aulas práticas ou os exames.

Sobretudo entre os novos estudantes, o impacto com o problema das inscrições nas aulas práticas era imediato e bastante propício a um primeiro momento de contestação. As reivindicações de carácter pedagógico, aglutinadoras da massa estudantil dado o seu carácter transversal, eram fundamentais para a conquista de apoios para a luta estudantil. Fernanda Domingues, estudante de Matemática do 1º ano no ano letivo de 1970/1971, recorda que o seu primeiro contacto com a AEFCL deu-se, precisamente, aquando da sua tentativa de inscrição numa das turmas²⁴⁸.

Entretanto a DGS, dotada de uma forte rede de informadores, é esclarecida pouco tempo depois da eleição dos corpos dirigentes da AEFCL acerca da identidade e atividade sindical de alguns dos seus membros. No que respeita a Glória Ramalho, Margarida Graça e Rosário Simões, o informador “Lisboa” apenas conseguiria recolher informações acerca do curso e ano de frequência. No que respeita a Graça Pestana, referia que esta era um “elemento totalmente desconhecido em Lisboa”, sabendo-se “apenas ter vindo de Coimbra onde desempenhava um papel preponderante”²⁴⁹. Olga Moura era vigiada há mais tempo, mais precisamente desde 1965, altura em que foi excluída da frequência da Faculdade de Ciências pelo período de 25 dias, acusada de “premeditado desígnio de agitação de massas e ataque às instituições vigentes e ordem legal estabelecida”²⁵⁰. Por isso, o informador “Reis” referia-se a esta estudante como um “elemento já muito conhecido que dispensa comentários”²⁵¹.

²⁴⁷ Idem, fl. 145.

²⁴⁸ Entrevista a Fernanda Domingues.

²⁴⁹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378 pt 208, fls. 138 e ss.

²⁵⁰ ANTT, PIDE/DGS, Delegação do Porto, PI 37747, NT 4033, fl. 6.

²⁵¹ ANTT, PIDE/DGS, SC, SR 858/70, NT 3794, fl. 9.

Ainda no início do ano de 1971, a DGS mostrava-se seriamente preocupada com as atividades desenvolvidas nas instalações da AEFCL. Em janeiro, vários elementos da Direção recebem mandatos de notificação para comparecerem na Direção Geral de Segurança²⁵² e no mês seguinte a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, juntamente com a do IST e do ISCEF, seriam informadas de que “não podiam continuar a exorbitar dos seus fins e deviam cessar toda a actividade de propaganda politica e de actuação ilegal, sujeitando-se automaticamente às sanções previstas na Lei”²⁵³.

Os problemas em torno do funcionamento das aulas, dos métodos de ensino e sobretudo dos exames mobilizariam muitos estudantes, nomeadamente dos cursos de Engenharia e Matemática. Em março de 1971, os estudantes de Engenharia boicotam o exame das cadeiras de Desenho e Métodos Gráficos, após uma decisão tomada em reunião de curso. Já os estudantes do 1º ano de Matemática boicotaram o exame de Elementos de Química Física, no seguimento da luta pela abolição desta cadeira²⁵⁴. Fernanda Domingues refere como as cadeiras de Elementos de Química Física e Desenho se encontravam totalmente desajustadas do seu curso:

“Os cursos, muitas vezes, estavam muito desajustados já da realidade. (...) eu era de Matemática, mas havia uma cadeira que era Química [e] havia uma sebenta em que lá dizia «A recente invenção do plástico» (...). O método de ensino era uma coisa que, para nós, era já muito arcaico. Para além de que achávamos que nos obrigavam a estudar coisas que não tinham nada a ver com o nosso curso e com aquilo que a gente queria saber (...). No meu curso decidimos abolir duas cadeiras que era a cadeira de Desenho e uma cadeira de Química (...), porque achávamos que aquilo não tinha nada a ver com Matemática. Não nos interessava nada. E a reunião de curso achou que aquilo tinha de acabar. Mas nós queríamos provar que [o que] queríamos era estudar mais e melhor, não era deixar de estudar... (...) E então substituímos aquelas duas cadeiras por cadeiras de «cursos livres» que nós dávamos. Essas duas cadeiras foram substituídas por uma cadeira de Lógica Matemática (...) e [de] História da Matemática e Filosofia da Matemática que nós achávamos que era muito importante, muito mais importante do que andarmos a estudar aquelas coisas das químicas e dos plásticos.”²⁵⁵

²⁵² ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378 pt 208, fls. 128 e ss.

²⁵³ Idem, fl. 124.

²⁵⁴ Idem, fl. 121.

²⁵⁵ Entrevista a Fernanda Domingues.

Entretanto, a vigilância aos elementos da Direção da AEFCL apertava. A 14 de maio de 1971, a DGS enviaria uma circular confidencial a todos os postos de fronteira que estabelecia a obrigatoriedade de uma busca rigorosa pessoal e à bagagem de Glória Ramalho sempre que esta entrasse ou saísse do país, devendo ainda ser comunicada a sua passagem pela fronteira²⁵⁶.

No mesmo mês de maio de 1971, uma sequência de eventos levaria ao encerramento permanente, até ao 25 de Abril, da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências. Esta ocorrência foi alvo de enormes protestos, que se alastram pelos três anos que se seguiram, para além de conter em si uma enorme carga simbólica para os estudantes, sendo um momento recordado por todos. No dia 25 de maio de 1971, três estudantes de Ciências são presos durante uma distribuição de um comunicado à população, assinado pelas Associações de Estudantes de Lisboa, a propósito da repressão de que os estudantes vinham a ser alvo desde o início do ano. À prisão dos colegas, os estudantes respondem com uma forte mobilização, sendo generalizados os sentimentos de indignação e contestação. De imediato é decidido o boicote às aulas e a discussão da situação nos dois dias seguintes. No dia 26 de maio é combinada uma nova distribuição dos comunicados à população nas imediações da Faculdade de Ciências. A PIDE invade a Faculdade, agredindo violentamente os estudantes que, ainda assim, conseguem impedir a prisão de alguns colegas. São feitas duas detenções: Maria Antónia e Júlio Meireles. Nas paredes e gradeamento da Faculdade de Ciências propagam-se cartazes relativos às prisões dos colegas. Ainda no mesmo dia, por volta das 18 horas, um legionário armado é descoberto nas instalações da AE de Ciências, sendo levado pelos estudantes ao CE²⁵⁷.

No dia 28 de maio de 1971, sexta-feira, as instalações da AEFCL são tomadas pelas forças policiais comandadas pelo capitão José Alberto Aparício, em cumprimento com um despacho do Conselho de Segurança do dia anterior. A AE é revistada, cartazes são arrancados e todo o material técnico é retirado pelo PSP. Vinte e um estudantes são obrigados a identificar-se, entre eles sete mulheres, e a sua saída é apenas permitida às 8 horas da manhã do dia seguinte²⁵⁸. A Associação da Faculdade de Ciências é encerrada e vigiada pela polícia. No auto de apreensão do material que constava na AE refere-se a

²⁵⁶ ANTT, PIDE/DGS, SC, CI (2) 18361, NT 7815, fl. 78. A sua saída do país, a 6 de setembro de 1972, foi, de facto, comunicada pela DGS do posto de Ficalho. Da busca rigorosa não surgiram objetos de interesse pelo que Glória Ramalho teria seguido em direção ao seu destino, Sevilha. Uma nova busca seria empreendida aquando da sua entrada no país, seis dias depois. Cf. Idem, fls. 31 e 32.

²⁵⁷ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378 pt 208, fls. 81, 76, 73, 47.

²⁵⁸ Idem, fls. 59, 47, 10-12.

apreensão de “grande quantidade de impressos, algumas fotografias e cartazes, de propaganda subversiva, com o peso total de seiscentos quilogramas”²⁵⁹.

A partir deste dia, a DGS dá início a uma inflexível perseguição dos vários elementos da Direção da AEFCL²⁶⁰. A 31 de maio de 1971, o informador “Reis” denuncia os seus principais elementos: Glória Ramalho, Pedro Ferraz de Abreu, Francisco Melro e Orlando Gonçalves. Acrescentava que Glória Ramalho “é a Presidente da Associação, formada em Física Pura, mas frequenta uma cadeira a pretexto de continuar na Faculdade e assumir o cargo que tem”. À semelhança de Pedro Ferraz de Abreu, também Glória Ramalho se ausentara de Lisboa após a invasão pela polícia da Faculdade de Ciências no dia 28 de maio²⁶¹. Na verdade, toda a Direção da AEFCL se viria obrigada a entrar numa situação de semiclandestinidade, circunstância que não impediu a continuidade do movimento associativo em Ciências. Não obstante o afastamento forçado dos principais dirigentes, a capacidade de mobilização dos quadros intermédios, através de organismos como as comissões de curso – que incluíam estudantes porventura mais anónimos, mas dotados de igual capacidade reivindicativa e desde cedo incentivados pela Direção a participarem e organizarem-se – possibilitou a continuidade do movimento em Ciências²⁶². Graça Pestana, membro da Direção da AEFCL, refere que:

“(…) com os colaboradores e com os estudantes que estavam presentes por ali, decidimos sair da Faculdade, entrar na clandestinidade e só regressar quando a Faculdade estivesse a funcionar em pleno. (...) Quem ficou encarregue de seguir com o movimento e não deixar morrer o movimento foram os colaboradores. (...) A gente lá tínhamos contactos esporádicos com o que se passava. Sei que o movimento continuou e houve greve aos exames. Mas isso foi mérito todo dos nossos colaboradores [porque] realmente havia gente com muita valia”.²⁶³

A contestação não cessaria nos dias seguintes. Piquetes de informação e discussão funcionam ininterruptamente em todas as aulas. Em RGA é decidido boicote total aos exames em resposta aos últimos acontecimentos, caso até dia 3 de junho não fossem libertos os colegas presos, entregues as instalações associativas e cessada a perseguição aos dirigentes e colaboradores associativos. Os estudantes de Económicas e do Técnico

²⁵⁹ Idem, fl. 18.

²⁶⁰ Idem, fl. 47.

²⁶¹ Idem, fl. 59.

²⁶² Idem, fl. 37

²⁶³ Entrevista a Graça Pestana.

solidarizam-se com os colegas de Ciências e decretam paralisação das aulas durante dois dias. No Técnico, uma rapariga com um cartaz protesta o encerramento da AAFCL. Perante o clima de elevada contestação, o CE da Faculdade de Ciências delibera o encerramento da escola pelo período de quinze dias²⁶⁴. Impedidos de se reunirem na Faculdade e organizados em comissões de curso, os estudantes de Ciências passariam então a reunir-se em Económicas²⁶⁵. A importância da solidariedade dos colegas de outras escolas para a continuidade da luta em Ciências é recordada por várias estudantes:

“Para já, nós começámos a reunirmo-nos diariamente em Económicas (...) A Associação de Estudantes de Económicas facultou-se o acesso a uma sala. Eu passava aí a vida. Nós [tínhamos] esse ponto de encontro, que funcionava um bocado como a coordenação da nossa linha ideológica para Lisboa toda, para as várias escolas, inclusivamente para o MAEESL (...). Havia uma participação grande. (...) continuávamos a escrever os comunicados, imprimíamos os comunicados em Económicas, nunca deixou de haver comunicados, nunca deixou de haver reuniões...”²⁶⁶.

Antes de prosseguirmos, importa refletir acerca dos efeitos imprevistos – para as autoridades académicas – que os encerramentos compulsivos, das AEs e das Faculdades, tinham para o movimento em geral e, neste caso em específico, em Ciências. O encerramento de qualquer um destes espaços, sobretudo o primeiro, significava eliminar o núcleo de dinamização estudantil que, ainda assim, era um núcleo baseado em pressupostos legais e institucionais. Assim, as autoridades académicas deram azo ao surgimento e desenvolvimento de ações menos institucionalizadas e controláveis, algumas das quais fora do recinto universitário²⁶⁷. Como foi já evidente no caso de Direito, ao não poderem usufruir as suas instalações, os estudantes rapidamente encontravam soluções para darem continuidade à sua luta, nomeadamente utilizando as instalações de outras faculdades. Como tal, o convívio e as relações de solidariedade estabelecidas entre estudantes de faculdades distintas poderiam frequentemente “contribuir para a difusão da mobilização de uma universidade às outras”²⁶⁸. Por último, o encerramento das instalações da AE ou da Faculdade afetava toda a comunidade

²⁶⁴ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378 pt 208, fls. 32, 47.

²⁶⁵ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3359, pt 137, fls. 26 e ss.

²⁶⁶ Entrevista a Fernanda Domingues.

²⁶⁷ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, p. 193.

²⁶⁸ *Ibidem*.

estudantil, inclusivamente aquela menos politizada, podendo originar reacções em setores que até então não se tinham envolvido associativa e/ou politicamente.

Entretanto, e em plena época de exames, os estudantes cumprem com as decisões da RGA. No dia 21 de junho, durante os quatorze exames deram-se vinte e sete furos e um estudante foi preso ao tentar entrar na faculdade. À tarde do mesmo dia, estima-se que as abstenções tenham chegado aos 100%. Um professor de Química fecharia duas estudantes numa sala que se lhe dirigiam para comunicarem a desistência do seu exame²⁶⁹. No dia seguinte, o Diretor Carlos Teixeira solicita a intervenção da PSP, após um grupo de oito alunos, quatro rapazes e quatro raparigas, ter lançado garrafinhas de mau cheiro para as salas. Dezasseis estudantes são presos, oito rapazes e oito raparigas²⁷⁰

Julieta Lencart foi uma das estudantes presas nesse dia. Na altura grávida, recorda-se de, aquando da chegada da polícia, ainda ter conseguido esconder com papel com vários números de telefone debaixo de uma mesa. Lembra-se da cela escura, suja e de um cobertor horrível, e das colegas se manifestarem porque os guardas não lhe traziam comida²⁷¹. Todas as raparigas acabariam por ser libertas a 23 de junho de 1971, já que, segundo consta, não teriam tido “qualquer interferência na boicotagem dos exames, nem se provou que tivessem deitado ou transportado para a Faculdade de Ciências quaisquer garrafas ou bombas de mau cheiro, ou que, por qualquer forma, houvessem contribuído para a perturbação da ordem ou tranquilidade pública, ou desenvolvido actividades susceptíveis de as incriminar em crimes de natureza subversiva”²⁷². Os rapazes, contudo, ficariam presos.

Como vimos anteriormente, a perseguição da Direção da AEFCL pela DGS obrigou ao seu afastamento momentâneo. A 5 de junho de 1971, o chefe do Comando Geral de Segurança Interna informa que os principais dirigentes da Faculdade de Ciências estavam já na clandestinidade, “tendo fugido para o estrangeiro”²⁷³. A Direção estava, de facto, na clandestinidade, mas não no estrangeiro, mas sim em Chaves e em Colares.

²⁶⁹ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 208, fl. 30.

²⁷⁰ Arquivo SGEN, Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Centro de Documentação Internacional, Relatórios 1970-1973, Notícia, “Agitação Estudantil”, 22 de junho de 1971 e 23 de junho de 1971

²⁷¹ Entrevista a Julieta Lencart.

²⁷² ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 312/71, NT 6235, vol. 1, fl. 79.

²⁷³ Arquivo SGEN, Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Centro de Documentação Internacional, Notícia “Agitação Estudantil”, 5 de junho de 1971.

Glória Ramalho – que tinha orquestrado vários afastamentos temporários, de forma a evitar ir a casa, vigiada pela polícia²⁷⁴ – explica o que motivou o afastamento da Direção:

“(…) a nossa base de apoio era o movimento dos alunos e dos estudantes. As prisões idealmente eram no verão porque não havia apoio nenhum, estava toda a gente, quanto muito, a fazer exames e desaparecia toda a gente da Faculdade, não havia mobilização nenhuma. Foi por isso que a gente se afastou durante o verão.”²⁷⁵

Com o início do ano letivo de 1971/1972 ressurgem entre os estudantes as reivindicações de cariz pedagógico. Criticavam-se sobretudo os conteúdos lecionados na cadeira de Introdução à Física Matemática e a afixação das matérias de Álgebra Linear pelo Professor Romeu Ramos²⁷⁶. Em fevereiro de 1972, na sequência da paralisação sistemática desta última cadeira e segundo uma nota oficial do CE, tinha sido deliberado a abertura de um inquérito, “acerca dos acontecimentos que impediram a realização de uma prova de Álgebra Linear e perturbaram as aulas de diversas cadeiras bem como acerca de outros actos de indisciplina académica”²⁷⁷.

Entretanto, a DGS multiplicava as suas ações de vigilância às atividades estudantis. Em fevereiro, o informador “América” caracterizaria a luta estudantil em Ciências da seguinte forma:

“A actividade em Ciências, continua a ser dirigida de novo pelo grupo do ano passado. Por enquanto a sua actividade reduz-se a problemas, ou pseudoproblemas, de cadeiras não havendo praticamente propaganda contra o regime ou alusão a factos inteiramente extraescolares. São portanto problemas que devem ser tratados pela direcção da escola, caso se sinta incomodada”.²⁷⁸

Poucos meses depois, segundo o mesmo informador, a Faculdade de Ciências estaria já “em alvoroço”²⁷⁹. Os estudantes mobilizavam-se então contra o arranque sistemático de cartazes pelo Diretor Almeida e Costa, a atitude de determinados

²⁷⁴ A contínua vigilância de que Glória Ramalho era alvo é atestado pelas diversas cartas interceptadas pela DGS entre Glória e Luís Guerra, estudante de Direito, na altura exilado em França. Cf. ANTT, PIDE/DGS, SC, CI (2) 18361, NT 7815, fls. 75 e ss. A intercepção postal era uma das formas de vigilância que a PIDE/DGS mantinha, sendo que toda a correspondência suspeita era “aberta, lida, fotocopiada e colocada novamente no envelope, que, depois de fechado, era devolvido ao circuito de distribuição dos CTT. Isto quando não era pura e simplesmente interceptado o original, que o destinatário nunca recebia”. Cf. Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 339.

²⁷⁵ Entrevista a Glória Ramalho.

²⁷⁶ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 209, fls. 119 e ss.

²⁷⁷ Idem, fls. 110 e ss.

²⁷⁸ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 209, fl. 109.

²⁷⁹ Idem, fl. 88.

professores perante os piquetes de greve, e a introdução dos vigilantes (os conhecidos “gorilas”)²⁸⁰. Ainda assim, e não obstante o clima de forte repressão, os estudantes encontravam formas imaginativas de combater estas atitudes. Margarida Graça e Fernanda Domingues recordam ter comprado balões de hélio onde suspenderam cartazes em papel de cenário com frases sobre a repressão e os gorilas. Subindo aos tetos altos da Faculdade de Ciências, os gorilas viram-se incapazes de os arrancar. Era uma clara vitória para os estudantes que conseguiram ultrapassar, ainda que momentaneamente, as proibições à divulgação de informação sobre as lutas estudantis²⁸¹.

No mesmo mês de abril, os estudantes de Ciências convocaram uma RGA, rapidamente proibida pelo Diretor que solicitaria a intervenção dos “gorilas” para impedir a sua realização. O clima de tensão entre estudantes e “gorilas” é latente, porém os estudantes mantêm a postura firme de recusa das aulas. À tarde, durante uma RGA, vários estudantes são agredidos pelo corpo vigilante. Os primeiros respondem prontamente, lançando uma chuva de pedras sob os “gorilas”²⁸². O episódio da expulsão dos gorilas da Faculdade de Ciências é lembrado por várias estudantes como um momento de vitória:

“O nosso momento de glória foi no dia em que conseguimos expulsar os gorilas da Faculdade de Ciências. Esse foi o um dia completamente memorável. Havia obras na Rua das Palmeiras e havia muitas pedras lá e nós apercebemo-nos que os gorilas (...) estavam num local em que era fácil correr com eles dali com pedras. Eles tinham de fugir das pedras, a gente propriamente não queria matar os homens à pedrada, o que a gente queria é que eles fossem embora dali. Expulsá-los dali. E conseguiu-se...”²⁸³

A primeira metade do ano de 1972 foi ainda marcada por duros choques entre os estudantes e as forças policiais, suscitando movimentos de solidariedade estudantil. Vejam-se, a propósito, os acontecimentos que determinaram o encerramento das AEs do Técnico e de Económicas, com as quais os estudantes de Ciências mantinham fortes ligações²⁸⁴. Na sequência destes encerramentos, instaura-se em Ciências um movimento

²⁸⁰ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3359, pt 137, fl. 15.

²⁸¹ Entrevistas a Fernanda Domingues e Margarida Graça. Episódios semelhantes terão decorrido no Técnico. Cf. José Manuel Lopes Cordeiro, «“Ao Serviço do Povo Venceremos”...», pp. 139-140.

²⁸² ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 209, fls. 99 e ss.

²⁸³ Entrevista a Fernanda Domingues.

²⁸⁴ A 12 de maio de 1972, as Direções das AAEE do Técnico, Económicas, Agronomia, Ciências e da Livrelco emitiram um comunicado conjunto, na sequência do cerco policial ao ISCEF no dia anterior, com o objetivo de impedir a realização de uma reunião de estudantes e sócios da Livrelco que se destinava a tomar posição sobre a recente proibição do MEN e do Ministério do Interior de um Encontro de Cooperativistas a decorrer nas instalações da AE de Económicas. Cf. ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 209, fl. 54. Poucos dias depois, a 16 de maio, após uma intervenção policial no Técnico e em

de ampla solidariedade com os colegas, surgindo cartazes a denunciar as prisões e realizando-se RGAs de forma a discutir a recente investida repressiva²⁸⁵.

Como verificámos anteriormente, a segunda metade do ano de 1972 ficou marcada pelo assassinato do estudante Ribeiro Santos, a 12 de outubro de 1972. Na Faculdade de Ciências, a vigilância das autoridades avolumou-se nos dias e meses que se seguiram ao assassinato, sobretudo em torno dos principais dirigentes do movimento estudantil. Três dirigentes associativos seriam presos nos dias que se seguiram ao assassinato de Ribeiro Santos: Glória Ramalho, Olga Moura e Aurélio Pestana. Como vimos, Glória Ramalho era alvo de vigilância pela DGS desde inícios do ano letivo de 1970/1971, quando foi eleita Presidente da AEFCL. No seu processo-crime constam várias cartas intercedidas pela DGS e inúmeros relatórios policiais a descrever a sua atividade estudantil. No dia 14 de outubro de 1972, Glória Ramalho seria presa por elementos da PSP durante a manifestação que se seguiu ao funeral de Ribeiro Santos, existindo fortes suspeitas de que teria desenvolvido “atividades contrárias à segurança do Estado”, estando integrada “em alguma das organizações subversivas das quais proliferam no país”²⁸⁶.

No dia seguinte, a 15 de outubro de 1972, um relatório da DGS traça várias considerações acerca das Associações de Estudantes, dos seus membros e do trabalho desenvolvido nas mesmas. Segundo este relatório, “através de aturadas diligências”, foi possível concluir que nas instalações das AEs “estão a ser levadas a efeito, com assídua regularidade, diversas reuniões de carácter político e de incitamento à desordem e à subversão, já que os assuntos nas mesmas discutidos, estão absolutamente de acordo com as «linhas políticas» e de actuação revolucionária de diversas «organizações» secretas e clandestinas, de índole marxista-leninista”. Acrescenta que na Faculdade de Ciências, assim como em Medicina e no Técnico, por via de aparelhos técnicos “têm sido ainda editados diversos «comunicados» de carácter subversivo”. Concluindo o relatório, o agente menciona os nomes dos dirigentes associativos que mais se têm destacado na divulgação destes “comunicados subversivos”, enfatizando, na Faculdade de Ciências, os nomes de Olga Moura e Aurélio Pestana²⁸⁷. Olga Moura seria efetivamente presa em casa por elementos da DGS no dia 17 de outubro de 1972. A notícia da prisão de Glória

Económicas, durante a qual vários estudantes e assistentes foram violentamente agredidos, as AEs destes dois institutos são encerradas.

²⁸⁵ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 209, fls. 51, 46, 44.

²⁸⁶ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 572/72, NT 6329, fl. 91.

²⁸⁷ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 574/72, NT 6330, vol. 1, fl. 1.

Ramalho, Olga Moura e Aurélio Silva propaga-se rapidamente, multiplicando-se os cartazes no recinto da Faculdade que divulgavam os nomes dos dirigentes presos²⁸⁸.

Precisamente duas semanas depois do assassinato de Ribeiro Santos, o início das aulas em Ciências é marcado por uma forte mobilização estudantil. Vários grupos de estudantes mantêm um estado de ininterrupta agitação, impedindo a realização das aulas, tal como decretado em Plenário dos Estudantes de Lisboa. No curso de Química, as aulas são impedidas, os corredores da Faculdade de Ciências enchem-se de cartazes e nas paredes é escrito “Governo do Povo sim, governo assassino não”²⁸⁹.

A agitação propaga-se a praticamente todas as faculdades. Em Ciências, estando as instalações da AE encerradas desde maio de 1971, os estudantes mobilizaram-se pela ocupação das “Salas de Alfabetização”²⁹⁰, espaço de reunião e convívio onde dariam continuidade ao trabalho associativo. A 28 de outubro de 1972, o capitão Maltez dá início a uma operação de “selagem e «limpeza de propaganda»” das instalações desta mesma Sala de Alfabetização que, segundo o mesmo, era utilizada para a impressão de “propaganda subversiva” e para a feitura de “cartazes da mesma natureza”. Centenas de comunicados, cartazes e panfletos – alguns dos quais alusivos à morte de Ribeiro Santos – são arrancados das paredes da cantina. Nas casas de banho dos homens e das mulheres são descobertas inscrições de “carácter subversivo” e “obscenas”²⁹¹.

Perante o clima de forte instabilidade que se instalava a nível da instituição universitária, o CE da Faculdade de Ciências emite um comunicado no dia 31 de outubro de 1972, segundo o qual, “em face dos graves acontecimentos que se vêm desenrolando na Faculdade, desde 5ª feira passada, dia 26, entre os quais o impedimento e interrupção das aulas”, decidira suspender sete estudantes, dos quais quatro mulheres, alvos de processos disciplinares. Porém, não seriam os únicos, já que o mesmo comunicado avisava que seriam averiguadas as “actividades de outros alunos nos acontecimentos dos

²⁸⁸ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 210, fls. 379, 320.

²⁸⁹ Idem, fls. 376, 363, 351.

²⁹⁰ O IMPROP viria, mais tarde, a explicar a origem destas salas. Segundo este, as “salas de alfabetização” eram por volta de 1968/1969 as “salas das raparigas”, o denominado “gineceu”. No ano letivo seguinte, estas salas são o espaço onde decorrem os “cursos de alfabetização”, lecionados pelos estudantes de Ciências. Com o fim destes cursos, estas passaram a ser meras salas de estudo. Idem, fl. 118, verso.

²⁹¹ Idem, fls. 364 e ss. Apesar do encerramento da Sala de Alfabetização, pouco tempos depois a polícia comunicaria que os estudantes tinham ocupado a sala A, do Pavilhão Central, transformando-a numa sala de reuniões e convívio. Cf. Idem, fl. 339

últimos dias”²⁹². A reação institucional caminhava cada vez mais no sentido de isolar os ativistas mais dinâmicos e politizados do movimento estudantil, situação que seria denunciada num suplemento informativo do jornal *IMPROP*:

“O CE segue é afinal um critério que lhe permite verificar quando deve impedir a entrada de estudantes na Faculdade. E esse critério é claro: aqueles que se empenham na defesa dos interesses dos estudantes dentro de uma perspectiva progressista, são nocivos às autoridades, logo devem ser quanto possível afastados das Faculdades”²⁹³.

Fernanda Domingues foi uma das estudantes suspensas no dia 31 de outubro. O seu nome surge em primeiro na lista de estudantes suspensos. Recorda que com o assassinato de Ribeiro Santos deu-se um “salto” na luta estudantil:

“O assassinato do Ribeiro Santos deu alguma abertura a que nas escolas se comesse a fazer muitas reuniões e a interromper muitas aulas, com informação. O assassinato é parte de uma onda repressiva que se incentivou. Houve uma oportunidade política de elevar o nível da luta académica que foi aproveitada e que foi acompanhada por uma onda também de repressão. Portanto, houve um salto. Aliás, é no seguimento disso que nós somos todos suspensos. Nós somos suspensos no resultado desta luta, deste dinamismo, entre a evolução das lutas estudantis e a evolução da repressão”²⁹⁴.

Nos primeiros dias de novembro, o CE suspenderia mais vinte e quatro estudantes, entre eles doze mulheres²⁹⁵. Ainda no ano letivo de 1972/1973, no mês de fevereiro o CE deliberaria a suspensão de quatro estudantes, duas mulheres, pelos períodos compreendidos entre dois meses e um ano. A 16 de fevereiro de 1973, seria a vez do Senado Universitário (e não do Conselho Escolar, note-se) deliberar a suspensão da frequência da Faculdade de Ciências pelo período de dois anos a Glória Ramalho e Pedro Ferraz de Abreu e pelo período de um ano a António Aurélio Pestana²⁹⁶. Pela consulta da documentação recolhida e enviada à PIDE/DGS neste período, percebemos que os problemas das suspensões de estudantes e da inexistência de um espaço de reunião e

²⁹² Arquivo da SGEN, Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Comissão Permanente das Organizações Circum Escolares do Ensino Superior, Caixa 35, Processo nº 190, fl. 51; ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 210, fl. 349.

²⁹³ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 210, fls. 353 e ss, sublinhado no original.

²⁹⁴ Entrevista a Fernanda Domingues.

²⁹⁵ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3378, pt 210, fls. 345, 334; Arquivo da SGEN, Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Comissão Permanente das Organizações Circum Escolares do Ensino Superior, Caixa 35, Processo nº 190, fl. 47.

²⁹⁶ Arquivo da SGEN, Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Comissão Permanente das Organizações Circum Escolares do Ensino Superior, Caixa 34, Processo nº 140, fls. 23 e 24.

convívio se perpetuam e agravam nos meses que se seguem, chegando inclusivamente ao ano letivo de 1973/1974. Relembremos que desde maio de 1971 que os estudantes de Ciências não dispunham de um espaço de reunião e convívio dentro da Faculdade, vendo-se obrigados a recorrer às instalações associativas de outras escolas para este efeito. É então, perante este cenário, que os estudantes de Matemática, Biologia, Química e Física defendem a necessidade de uma sala de convívio, trabalho e reunião, decidindo, para tal, a ocupação da Sala A, que se concretizaria no dia 28 de novembro de 1973.²⁹⁷

“(…) quem esteve durante toda a tarde na nossa sala, pode ver sempre lá muitos estudantes: a estudar, a fazer cartazes, a escrever à máquina, a comprar livros ou sebatas, a elaborar jornais murais ou a lê-los, a discutir questões inerentes ao seu curso ou a outros quaisquer”²⁹⁸.

A resposta das autoridades não tardou. Dois dias depois da ocupação da Sala A, o Diretor Dias Agudo solicita a presença da PSP para identificar os alunos presentes na mesma. Vinte e nove estudantes, dezasseis mulheres, são obrigados a identificarem-se, sob pena de prisão caso não cumprissem com a ordem. Os estudantes são revistados e todos os cartazes e panfletos da Sala A e dos corredores anexos são apreendidos pela polícia²⁹⁹.

As suspensões continuam e nos primeiros dias de dezembro, o CE delibera a suspensão preventiva e imediata, pelo período de noventa dias, de nove alunos, “por serem reincidentes em infracções à disciplina académica”³⁰⁰. Eram eles: Fernanda Domingues, Isabel Faria, Jorge Matos, Julieta Lencart, Miguel Miranda, Paula Vasconcelos, Paulo Abrantes, Pedro Miranda e Vanda Silva. Segundo o suplemento do *IMPROP* a suspensão destes estudantes não teria sido aleatória:

“Não foi casual a «escolha» destes 9 estudantes para as suspensões! Dos identificados na sala-A, sexta-feira passada, eles são os que já no ano passado se tinham distinguido na defesa intransigente dos nossos interesses colectivos, no cumprimento das decisões que íamos tomando”³⁰¹.

²⁹⁷ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62, NT 3378, pt 211, fls. 97 e ss, 92 e ss.

²⁹⁸ Idem, fl. 92.

²⁹⁹ Idem, fls. 72 e ss, 83

³⁰⁰ Idem, fls. 55, 21.

³⁰¹ Idem, fls. 66 e ss.

No início do ano de 1974 prolongavam-se as mesmas reivindicações entre os estudantes de Ciências, sobretudo aquelas relativas à Sala A...

*

Da análise dos movimentos estudantis na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências sobressaem quatro ideias fundamentais, a que aqui damos ênfase. Primeiro, este período é marcado pela generalização da luta estudantil que consegue granjear apoios mais latos entre a massa estudantil, inclusive entre os estudantes recentemente chegados à faculdade, que rapidamente se motivam e são atraídos para a contestação estudantil. Segundo, os sucessivos encerramentos a que as Associações de Estudantes foram sujeitas nesta cronologia, e contrariamente ao esperado pelas autoridades académicas, incentivaram a progressão, radicalização e disseminação das lutas estudantis. Eliminado o núcleo legal de atividade estudantil, esta passou a assumir contornos mais imprevistos e incontroláveis, frequentemente baseando-se na ação dinamizada pelas comissões/delegações de curso. Terceiro, e por consequente, observámos como a capacidade de renovação e mobilização dos quadros intermédios é superior à relação de dependência estabelecida com os considerados “dirigentes” e com a estrutura organizativa legal – a Associação de Estudantes. Quarto, este é também um período em que as ações estudantis desafiam o seu espaço tradicional de atuação – o recinto universitário –, trespassando os muros das Universidades e assumindo uma postura de contacto direto com a população, quer em ações de informação e denúncia das condições de vida de muitas delas, quer em manifestações de rua.

Capítulo V

As estudantes e a atividade política clandestina/ilegal

A participação no movimento estudantil de inícios da década de 70 encaminhou muitas estudantes universitárias para o campo da política contenciosa. Estas, paralelamente à sua atividade associativa, aproximaram-se e envolveram-se em organizações clandestinas e ilegais da esquerda tradicional ou da esquerda radical. Importa clarificar que as fronteiras entre um nível de participação legal (as Associações de Estudantes), semilegal (as comissões e as cooperativas) e ilegal (as organizações clandestinas) encontravam-se, por vezes, matizadas e nem sempre eram evidentes, ainda que esta realidade pudesse variar de faculdade para faculdade.

Nove das doze mulheres entrevistadas para esta investigação referem que, enquanto estudantes universitárias, militaram ou colaboraram proximamente com algumas organizações políticas clandestinas (e ilegais) com influência nos meios estudantis: duas delas referem ter-se aproximado do PCP/UEC, três do PCP (m-l)/UEC (m-l) e quatro do MRPP/FEML. A pluralidade de testemunhos recolhidos permitiu-nos identificar diferentes graus de ativismo e entrega à organização política, distinguindo-se três níveis: as dirigentes intermédias, as militantes e as simpatizantes.

Ao procurarmos analisar a participação e envolvimento das estudantes em organizações clandestinas, rapidamente nos deparamos com alguns obstáculos e dificuldades. As práticas conspirativas e o clima de sigilo que marcaram estas organizações, não aconselhando, por exemplo, à preservação documental, colocaram certos desafios na compreensão mais detalhada das atividades e papéis desempenhados pelas mulheres nas mesmas. Se, a princípio, as fontes orais pareciam ser a solução, durante as entrevistas, quando questionadas acerca do seu envolvimento e militância nestas organizações, algumas das testemunhas mostraram-se reticentes e apreensivas em partilhar determinados pormenores e particularidades. Algumas recusaram-se a revelar como tinha decorrido o seu recrutamento ou quem as tinha recrutado. Outras, desviando frequentemente o assunto, foram pouco esclarecedoras acerca das atividades que desenvolveram para estas organizações. A utilização deste tipo de estratégias foi particularmente evidente entre as mulheres que se dedicaram com maior intensidade e entrega à atividade política ou aquelas que atualmente possuem maior visibilidade pública. Suspeitamos que tal se prenderá com dois fatores. Um primeiro relacionado um

certo distanciamento histórico e pessoal, dado que muitas delas não se identificam atualmente com as correntes e ideais veiculados por estas organizações, o que torna difícil reportarem-se a este passado. Um segundo que se prende com o momento de rutura com o percurso de militância política e social – tema que afluiremos no último capítulo –, quantas vezes motivado por sentimentos de desilusão, quer com os resultados da Revolução, quer com a própria organização em que militavam (por exemplo, por questões internas). Este momento de rutura é frequentemente marcado por situações de conflito com camaradas, colegas e amigos com os quais tinham tido a maior proximidade durante largos anos. Estas são, portanto, memórias de difícil exteriorização por parte das entrevistadas e de difícil captação e recuperação pelo historiador.

Atualmente, não possuímos dados que nos permitam calcular (ou, no mínimo, estimar) o número de mulheres que ao todo militaram nestas organizações. Ainda assim, os nove testemunhos recolhidos dão conta de uma forte participação e envolvimento destas mulheres nas organizações em que militavam ou com as quais colaboravam, assumindo diversas responsabilidades, inclusive algumas de nível intermédio. As mulheres distribuíam propaganda política (dentro e fora da faculdade), assistiam a reuniões políticas, participavam ativamente nas manifestações de rua convocadas por estas organizações e eram também responsáveis intermédias por células políticas. Aquelas (poucas) que conseguiam alcançar lugares de maior liderança e responsabilidade eram frequentemente masculinizadas e mais duras. Veja-se, a título de exemplo, o caso de Zita Seabra, controladora da UEC e responsável pelo setor estudantil comunista na capital. No seu livro de memórias refere que:

“Todos os militantes falavam de mim obrigatoriamente no masculino. Eu era «o camarada», para que não se percebesse que era uma rapariga. Então, nas reuniões, quando lhes aparecia uma camarada e me viam pela primeira vez, reagiam com a maior das surpresas. O facto de ser mulher despistava a PIDE, que procurava sempre homens – mas eu sabia e tinha sido avisada que, assim que a PIDE descobrisse que era uma mulher a controladora da UEC, seria muito mais fácil apanhar-me. (...) essa disciplina, essa dureza, permitiu impor-me mesmo junto de estudantes que eram grandes dirigentes associativos, com vasta experiência de condução da luta de massas”.³⁰²

O rigor e a disciplina militante marcavam um quotidiano atarefado e muito politizado, sendo que estas mulheres se entregaram inteiramente à causa revolucionária.

³⁰² Zita Seabra, *Foi Assim...*, pp. 187-188.

A participação e a atuação políticas eram hegemónicas nas suas vidas. Recordemos que as estudantes militaram nestas organizações clandestinas numa altura em que o enfrentamento com o regime era mais intenso e em que o número de estudantes perseguidos politicamente e alvo de prisões (e das conseqüentes torturas) era elevado. Como tal, a adoção de comportamentos e práticas de contestação acarretavam conseqüências graves, de que todas afirmaram estar conscientes, e implicavam grandes sacrifícios dos seus participantes.

Dentro destas organizações, ainda que fossem claras as posturas políticas assumidamente de esquerda, no que respeita aos costumes permaneciam ainda posições conservadoras, machistas e sexistas. Uma das testemunhas recorda serem discutidos, durante uma reunião política, determinados assuntos que diziam respeito aos relacionamentos íntimos e amorosos dos seus membros³⁰³. Já as questões em torno dos problemas específicos das mulheres e dos seus direitos eram relegadas para segundo plano, uma vez que a opressão da mulher era entendida como um produto da ditadura. Assim, o imperativo do derrube do regime sobrepunha-se a qualquer importância que uma agenda feminista pudesse ter nestes meios. Para estes setores, “na linha do que Engels havia escrito em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a mulher era vista como duplamente explorada – pelo patrão e pelo homem –, mas a sua emancipação era entendida como indissociável da emancipação dos trabalhadores”³⁰⁴. Posto isto, torna-se claro que em Portugal, “a oposição não foi portadora da memória histórica dos feminismos de primeira vaga”³⁰⁵ e “a intervenção política das mulheres não implicou necessariamente a consciência crítica da discriminação feminina ou uma alteração dos modelos e comportamentos tradicionais”³⁰⁶.

Os três subcapítulos que apresentamos seguidamente procuram abarcar as três organizações políticas clandestinas em que as mulheres entrevistadas militaram ou com as quais colaboraram proximamente (PCP/UEC; PCP (m-l)/UEC (m-l); MRPP/FEML). Cada uma destas secções abrirá com uma breve caracterização da organização em questão. Os relatos destas mulheres dar-nos-ão pistas acerca das suas trajetórias políticas dentro das organizações, as tarefas que desempenharam e o seu papel dentro das

³⁰³ Entrevista a Jorgete Teixeira.

³⁰⁴ Miguel Cardina, «Olhares sobre uma Ausência...», p. 231.

³⁰⁵ Manuela Tavares, *Feminismos...*, p. 247.

³⁰⁶ Vanda Gorjão, «Oposição feminina (?), oposição feminista (?) ao Estado Novo», in Lúcia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O longo caminho das mulheres: 80 anos depois*, Lisboa, Dom Quixote, 2007, p. 121.

estruturas. Por vezes, contudo, pelas reticências e apreensões mencionadas anteriormente, os seus testemunhos dir-nos-ão mais acerca do *modus operandi* destas organizações e das suas principais características. Como tal, as próximas páginas cruzarão, inevitavelmente, estes dois eixos temáticos: por um lado, as trajetórias de participação política destas estudantes; por outro, a descrição de aspetos caracterizadores destas organizações que os testemunhos destas mulheres nos oferecem.

5.1. As estudantes no Partido Comunista Português (PCP) e na União de Estudantes Comunistas (UEC)

Na transição para a década de 70, em Lisboa, o Partido Comunista Português encontrava-se num momento de refluxo, perdendo a capacidade de atuação e influência que anteriormente desfrutava no meio estudantil, face ao surgimento implantação e capacidade de mobilização das várias forças e organizações marxistas-leninistas e maoistas. Outros fatores externos contribuiriam para esta equação, entre eles a chegada dos relatos dos acontecimentos do Maio de 68 e dos movimentos estudantis em Itália – nos quais a ala comunista foi secundarizada –, e ainda as notícias da invasão da Checoslováquia pela URSS, um “evento que interpelou muitos comunistas que iniciaram então um distanciamento face ao PCP”³⁰⁷.

Perante este cenário, o partido vê-se, desde logo, obrigado a reformular as suas estratégias para o setor estudantil, inclinando a sua prática mais para a esquerda, uma renovação estratégia que não deixou de acarretar dificuldades acrescidas, uma vez que a tentativa de abertura (apenas possível através de uma intervenção política mais alargada) era dificilmente conciliada com a manutenção de uma cultura de clandestinidade. Ainda assim, o PCP daria passos no sentido da sua recomposição, criando, em janeiro de 1972, a União de Estudantes Comunistas (UEC), a cargo de Zita Seabra. No seu livro de memórias, Zita Seabra refere que:

“Encontrei o sector estudantil de Lisboa praticamente desfeito. A jovem UEC não controlava nenhuma associação de estudantes importante, perdera-as todas para os esquerdistas. Não tínhamos nenhum grande quadro associativo nosso, a organização vinha há anos sofrendo prisões sucessivas de funcionários que, além do mais, falavam na

³⁰⁷ Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal...*, p. 204.

polícia e conseqüentemente tinham levado à prisão de quadros e militantes legais em múltiplas vagas”³⁰⁸.

O setor estudantil lisboeta é descrito pela própria como “o mais aguerrido e problemático sob todos os pontos de vista” e “o mais atingido pela repressão da PIDE”³⁰⁹. Na UEC, Zita Seabra criou uma “disciplina de exército”, onde a mínima falha ou erro conduziram à despromoção do camarada. A prática da UEC seguia a estratégia do PCP de mobilizar o maior número de estudantes em torno de “objectivos consensualizantes”, encarregando-se de “preservar a legalidade das associações das arremetidas do governo”³¹⁰. A sua organização seguia os modelos de qualquer outra organização do PCP, tal como explica Zita Seabra:

“Eu reunia com o organismo de direcção do sector, e cada faculdade tinha um organismo de três militantes que dirigiam as células dessas escolas. Regularmente eu «descia» a reuniões com os organismos de direcção de cada faculdade”³¹¹.

O PCP e os seus militantes recorriam frequentemente a práticas organizativas conspirativas para assegurarem a protecção da sua identidade e evitarem eventuais denúncias aquando da prisão de um camarada. Nas entrevistas realizadas às antigas estudantes que militaram no PCP, as próprias recordam algumas das práticas conspirativas que adotaram no seu dia a dia. Maria João Lobo entrou para o PCP no ano de 1969, no mesmo ano em que ingressou para a Faculdade de Direito, sendo recrutada por Francisco Bruto da Costa, seu colega em Direito. Conta-nos que os militantes do PCP se organizavam por faculdades em pequenas células, de três ou quatro elementos, no máximo. A compartimentação era estanque e não existiam comunicações com elementos de outras células. Ainda que se pudessem formular suspeitas que determinado indivíduo pertencesse à organização, as certezas nunca eram absolutas ou alguma vez confirmadas³¹². Por uma questão de segurança, os militantes usavam pseudónimos, sempre no masculino, inclusivamente as mulheres.

Maria João Lobo envolveu-se particularmente na distribuição de comunicados e panfletos políticos. Recorda que as distribuições eram feitas com o maior dos cuidados, “sob o anonimato” e “o maior sigilo”, deixando a propaganda em caixas de correios ou

³⁰⁸ Zita Seabra, *Foi Assim...*, pp. 183-184.

³⁰⁹ Idem, pp. 182-183.

³¹⁰ Miguel Cardina, *A Tradição da Contestação...*, p. 116.

³¹¹ Zita Seabra, *Foi Assim...*, p. 187.

³¹² Entrevista a Maria João Lobo.

“distraidamente” nos transportes públicos. Para além da participação a nível da escola, à semelhança de outros militantes, Maria João Lobo desempenhava tarefas de apoio à organização clandestina. Libertada após cerca de nove meses de prisão em Caxias (experiência que teremos oportunidade de explorar no capítulo seguinte), esta retomou a sua atividade política, ficando encarregue de encontrar uma casa de apoio para o partido. Ser-lhe-ia ainda atribuída uma célula, “dos intelectuais”, responsabilidade de curta duração, uma vez que, pouco tempo depois e após a denúncia de um dos funcionários, todos os elementos da célula seriam presos, à exceção da própria³¹³.

Ana Simões também se aproximaria do PCP pouco tempo depois de entrar na Faculdade de Direito de Lisboa. Após um primeiro contacto com o partido aquando das eleições legislativas de 1969, durante as quais colaborou com a CDE em Odivelas, seria recrutada para o PCP por Francisco Bruto da Costa. A sua atividade política passava pela distribuição de comunicados políticos, dentro e fora da Faculdade. Recorda que as distribuições dentro do recinto universitário eram feitas com duplos cuidados e, a fim de não comprometer a Associação Académica, a propaganda política era sempre distribuída fora deste espaço, deixada em cima de bancadas, mesas de biblioteca, etc.³¹⁴

Entre 1972 e 1974, após duros golpes à estrutura organizativa do PCP, o partido conseguiu recuperar alguma influência no meio estudantil. Surgem novos quadros e dá-se uma apropriação do discurso anticolonial³¹⁵, num investimento político e organizativo de forma a colmatar a ultrapassagem à esquerda. Porém, entre o PCP e os vários grupos da esquerda radical avolumavam-se as diferenças, sendo um dos principais pontos de dissidência política e ideológica a posição a tomar relativamente à deserção, à guerra colonial e, sobretudo, ao grau de importância conferida a esta luta. Para a esquerda marxista-leninista e maoísta, a luta contra a guerra colonial estava no epicentro da luta contra o regime, era a principal contradição do regime e a condição necessária para o seu fim. Já o PCP, não obstante a “posição declarativa forte sobre o direito dos povos coloniais a disporem livremente do seu destino e de condenação da guerra colonial”, tenderá a apresentar, segundo Fernando Rosas, “a luta contra a guerra em termos quase

³¹³ Idem.

³¹⁴ Entrevista a Ana Simões.

³¹⁵ O primeiro número do jornal da UEC é bastante sintomático a este nível, afirmando que esta se solidariza “activamente com a justa luta dos povos de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique, que os seus militantes não poupam esforços para intensificarem a luta contra a guerra colonial, para divulgarem entre os estudantes os vossos objectivos revolucionários”. Cf. «Saudação», in *UEC*, nº 1, março de 1972.

morais, em termos de prejuízo para a «riqueza nacional», isto é, em termos aceitáveis para o reformismo colonial da burguesia liberal”³¹⁶.

Ao não dar prioridade à questão colonial, o PCP secundarizava uma matéria que afetava de forma transversal a população universitária, perdendo uma oportunidade de mobilizar novos militantes. Aurora Rodrigues conta que, apesar de inicialmente ter sido abordada por membros do PCP, a sua consciencialização precoce quanto à guerra colonial, impediram-na de sentir qualquer “empatia política” com este grupo³¹⁷. Esta seria outra característica distintiva desta geração de estudantes que emergia nas Faculdades na transição para a década de setenta, uma vez que, até então, vários estudantes que mais tarde vieram a integrar o campo maoista, tinham passado momentaneamente pelo PCP. Porém, a geração de setenta foi profundamente marcada pelo marxismo e já não viveu “o fatalismo da experiência do PCP”³¹⁸. Na verdade, a maioria dos ativistas destas organizações nunca chegaram sequer a entrar neste partido, como foi o caso de Aurora Rodrigues:

“Os movimentos radicais que se opunham ao PCP ganharam muita força nessa altura, ganharam muita gente, muitos jovens, que eram contra a guerra de uma forma mais determinada. Não é que o PCP fosse a favor da guerra, só que não apelava à deserção, achavam que deviam ir [e] que depois lá fariam a política, e nós achávamos que isso era um contrassenso. Esta foi uma cisão grande entre o PCP e o MR[PP], embora a maior parte das pessoas, ou muitas delas, a maioria mesmo, que estava no MRPP nunca foram do PCP. Por exemplo, eu nunca fui, nunca cindi porque nunca estive lá.”³¹⁹

Para outras estudantes, a aproximação a uma determinada organização política (em detrimento de outra) poderia prender-se, inicialmente, menos com questões de foro político e ideológico e mais com questões de proximidade ou meramente circunstanciais. Pouca atenção tem sido conferida à influência determinante que a proximidade relacional com amigos, colegas e conhecidos desempenha nos percursos de politização e nas

³¹⁶ Fernando Rosas, «O Anticolonialismo tardio do antifascismo português»..., p. 23. A crítica destes grupos ao PCP suportava-se, ideologicamente, no pensamento de Francisco Martins Rodrigues, que, segundo as suas palavras, “para estes antifascistas, a luta contra o colonialismo português integra-se na luta unida de todas as classes contra a ditadura de Salazar e é apenas uma das suas facetas”. Como tal, “a luta armada dos povos coloniais” deveria contribuir para o “grande esforço comum pelo derrubamento da ditadura”. Cf. João Madeira, Francisco Martins Rodrigues: Documentos e papeis da clandestinidade e da prisão, Lisboa, Ela por Ela e Abrente, 2015, p. 158.

³¹⁷ Entrevista a Aurora Rodrigues.

³¹⁸ Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal...*, p. 180.

³¹⁹ Entrevista a Aurora Rodrigues.

escolhas políticas de um indivíduo³²⁰. Por exemplo, Jorgete Teixeira refere que as questões ideológicas surgiram num segundo momento, aquando da leitura das obras de Marx, Engels e Lenine:

“A questão de a gente se aproximar de um determinado grupo e não de outro às vezes tem muito mais a ver com questões afetivas ou até ocasionais. [No] princípio eu não tinha bem a consciência do que é que defendiam uns e o que é que defendiam outros. O MRPP era um grupo que tinha surgido há pouco tempo, era um grupo mais desempoeirado, mais expansivo, que dava mais nas vistas.”³²¹

5.2. As estudantes no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) e na Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML)

O modelo de militância mais arrojado adotado pelo MRPP, “que valorizava a coragem, a combatividade e até mesmo o heroísmo”³²², cativou muitas estudantes para as suas fileiras e contrastava fortemente com a posição mais discreta e cautelosa assumida pelo PCP, sobretudo no que respeitava à guerra colonial. O MRPP surgiu em 1970, na sequência do fracasso da mobilização eleitoral de 1969 e da experiência da Esquerda Democrática Estudantil (EDE). Esta organização maoista tinha raízes numa cisão com o PCP e apresentava fortes ligações ao meio estudantil universitário, granjeando apoios sobretudo no ISCEF e na Faculdade de Direito – através das linhas associativas “Estar na Luta” e “Ousar Lutar, Ousar Vencer”, respetivamente –, sendo que vários dos seus fundadores, como Arnaldo Matos, Fernando Rosas e Saldanha Sanches foram estudantes nesta última Faculdade. Colocando a guerra colonial no centro da sua luta³²³ – aliás, confiando para si o papel de vanguarda neste combate – e os estudantes na dianteira da luta revolucionária, o MRPP criou, de imediato, dois organismos específicos: um dedicado à luta anticolonial, o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), e outro

³²⁰ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempo Sombrios...*, p. 247.

³²¹ Entrevista a Jorgete Teixeira.

³²² Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China, 2011, p. 228.

³²³ Ao contrário do PCP, o MRPP defendia as deserções coletivas, “por pelotão, por batalhão, por companhia, de núcleos de resistência anticolonial que fomentem a greve à recruta, a sabotagem do material, a desobediência e a deserção colectivas e a constante agitação contra a guerra”. Cf. «4 Milicianos Vítimas da Máquina Militar Colonial-Fascista!», *Luta Popular*, nº 4, maio/junho de 1971. A máquina de propaganda a favor da deserção era intensa, sobretudo entre os estudantes, a categoria social mais atingida e afetada pela continuação do conflito colonial. Num comunicado dos CLAC’s, intitulado “Estudante! Sabes por que e por quem vais tu morrer nas colónias?”, apela-se à resistência “por todas as formas à máquina de guerra colonial-fascista, na criminosa guerra-colonial-imperialista! Resiste! Deserta! Não vás para as colónias! Recusa-te a embarcar!”. Cf. Arquivo de História Social, ICS, PT-AHS-ICS-JL-EE-MRPP-14.

dedicado à mobilização estudantil, a Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML), fundada em 1971.

O MRPP caracterizava-se por uma atitude sectária em relação à generalidade das organizações de esquerda, fazendo uso de uma linguagem “triumfalista” e “ultra-dogmática”³²⁴. O ataque ao PCP era quase tão forte como o ataque ao regime, considerado cúmplice deste mesmo, pela defesa de uma posição legalista e eleitoralista. Ademais, e após um inicial período de indefinição ideológica, o MRPP chegaria ainda a ser “o único grupo maoísta que não se propunha «reconstruir» o partido, mas sim «fundá-lo», já que advogava nunca ter existido um partido comunista em Portugal”³²⁵. A FEML, que em Lisboa tinha como principal rival a UEC (m-l) – digladiando-se sucessivamente em comunicados e nos seus órgãos de imprensa, respetivamente *Guarda Vermelha* e *Servir o Povo* –, seguiria esta mesma linha.

Maria José Morgado foi dirigente de uma célula da FEML e fez parte do Comité Estalinegrado, organismo diretivo da FEML para a Cidade Universitária. Foi recrutada para a FEML por João Isidro, seu colega em Direito. Segundo o seu depoimento, o MRPP apresentava uma organização estanque, por células, e a informação era veiculada pelos canais do partido. Não tinha contacto com o líder – Arnaldo Matos –, excetuando nas Assembleias Gerais:

“A organização estanque por células com hierarquia vertical até ao Comité Central. Em que cada célula só se conhecem os elementos da célula, não se conhecem os outros elementos para o caso de alguém ser preso, mesmo que traísse a organização e fizesse denúncias à polícia, nunca havia estragos que passassem de um certo ponto ou que fossem irremediáveis, porque a pessoa só detinha um conhecimento limitado/estanque. É a organização marxista-leninista”³²⁶.

“A organização era leninista, portanto o Arnaldo Matos era o topo. Eu era uma militante intermédia, com responsabilidades intermédias. Os contactos era quando havia reuniões, assembleias ou momentos em que permitissem um encontro de todos. Isso era raro. Não tive assim muita proximidade com ele. A proximidade que existia era a que era veiculada,

³²⁴ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira...*, p. 75.

³²⁵ Miguel Cardina, «Guerra à guerra...», p. 223.

³²⁶ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Dirigente de uma célula*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-dirigente-de-uma-celula/>.

ou seja, difundida pelos canais da organização através das palavras de ordem, de comunicados, maneira de pensar”³²⁷.

Como referimos anteriormente, no dia 12 de outubro de 1972 é assassinado José António Ribeiro dos Santos, estudante de Direito e militante da FEML. Para a generalidade dos estudantes, este foi um momento decisivo na sua politização. Muitos envolveram-se, pela primeira vez, em atividades abertamente políticas, saindo à rua e contestando o assassinato do seu colega. Aquelas e aqueles que se encontravam já envolvidos na luta, quer associativa quer politicamente, ganham determinação para se empenharem totalmente na luta oposicionista. Este foi o caso de Aurora Rodrigues, próxima de Ribeiro Santos e do grupo associativo “Ousar Lutar, Ousar Vencer”. Na noite de 12 de outubro é recrutada para a FEML nas escadarias do IST por Maria José Morgado. Quase em simultâneo é recrutada para o aparelho técnico do MRPP por Alfredo Caldeira:

“Quando falaram comigo nessa noite para entrar, eu entrei, sim senhor, logo, sem pestanejar. Ainda me explicaram que a organização dele era aquela, e eu disse que sabia, e entrei para a Federação e logo a seguir entrei para o aparelho técnico do partido, para o MRPP mesmo, para a tipografia clandestina. Ainda houve um período em que eu estava nas duas organizações só que era uma coisa muito arriscada, e perigosa, uma coisa que não se deve fazer. Eu tinha confiança em mim, mas não sabia o que em esperava, e foi arriscado. (...) Eu não era capaz de dizer a quem estava com o Ribeiro Santos, fosse qual fosse a célula, que não entrava, e não podia dizer, porque aquilo era absolutamente sigiloso e clandestino, que não podia porque já estava na outra. Então entrei nas duas, coisa que eu não devia ter feito e que logo que souberam saí da Federação, e fiquei no MRPP”³²⁸.

Os testemunhos recolhidos tendem a enfatizar a existência de um modelo de militância marcado pela atração por uma certa “moral proletária” que, segundo Miguel Cardina, procurava “colocar os militantes em osmose com as modalidades de comportamento típicas do povo. A condenação do adultério, a aceitação do casamento ou o uso de um vestuário sóbrio e alinhado eram as faces visíveis da difusão de um modelo de militância baseado na pureza, na abnegação e na ideia de comunhão com o que se entendia serem os sentimentos das massas”³²⁹. A propósito, Maria José Morgado recorda

³²⁷ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Seguir o líder*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-seguir-o-lider/>.

³²⁸ Entrevista a Aurora Rodrigues.

³²⁹ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira...*, p. 91.

que o MRPP se destacava pela forma de agir, estar e vestir distinta. Segundo a própria, os militantes deviam levar uma vida sem luxos ou confortos:

“Era um ideal de vida perfeitamente pobre, humilde, despojado de tudo quanto fossem bens materiais. Nós só tínhamos o dinheiro que fosse necessário para a nossa alimentação, as nossas roupas tinham de ser modestas. Eu lembro-me, eram umas Levis e umas botas rasas (...) Isso fazia parte do pensar, agir e viver como revolucionários. Porque o conforto ou o bem-estar amolecia. E amolecendo-nos, afastava-nos da luta e do caminho da revolução. Portanto nós não devíamos ter conforto. Se fosse possível, tomar banho de água fria, dormir até no chão...”³³⁰.

A atividade do MRPP baseava-se em fazer “agitação e propaganda”. Segundo Maria José Morgado, os seus militantes entregavam-se totalmente à causa revolucionária, e estavam, inclusivamente, dispostos a dar a vida pela organização se fosse preciso³³¹. O quotidiano era fortemente politizado, tal como atesta a experiência de Aurora Rodrigues:

“Depois de ter sido duplamente recrutada, passei a não dormir praticamente nada. Na altura, já me tinha sido tirada aquela espécie de bolsa de estudos e para ter dinheiro para sobreviver trabalhava no «Caldeiro» (...). Ia à faculdade de dia, onde me dedicava sobretudo à ação política, fazia as ceias no «Caldeiro» e depois à noite ia pintar as paredes. (...) Eu quase não dormia ou dormia muito pouco e assim acontecia com muitos outros, pois tínhamos uma atividade em que não havia tempos mortos”³³².

Todas as mulheres entrevistadas que militaram ou colaboraram proximamente com o MRPP ou com a FEML afirmam ter participado ativamente nas mais diversas ações de contestação e mobilização social e política. Uma das ações mais comuns entre os seus militantes eram as pichagens com palavras de ordem contra a guerra colonial e contra o fascismo. Aurora Rodrigues conta-nos que fez várias pinturas pela cidade de Lisboa, muitas vezes acompanhada pelo seu amigo e camarada Pedro Palhinha. De todas, recorda-se vivamente daquela que fez no dia 20 de janeiro de 1973, dia em que fazia 21 anos e dia em que Amílcar Cabral fora assassinado³³³. Para além das pichagens, estas jovens estudantes participaram nas mais diversas manifestações estudantis que decorriam pelas

³³⁰ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Pensar e agir como um revolucionário*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-pensar-e-agir-como-um-revolucionario/>.

³³¹ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Dirigente de uma célula*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-dirigente-de-uma-celula/>.

³³² Aurora Rodrigues, *Gente Comum...*, p. 71

³³³ Entrevista a Aurora Rodrigues.

ruas de Lisboa, de grande visibilidade entre a população da cidade que, em alguns casos, poderia socorrer aqueles que fugiam à polícia. Particular destaque deve ser dado às “manifestações relâmpago” anticolonialistas e anticapitalistas protagonizadas por vários grupos dos estudantes, alguns dos quais militantes no MRPP. Dependendo de uma extraordinária capacidade de organização, estas manifestações eram convocadas de boca em boca, entre as redes de confiança. Os manifestantes dispersavam-se por determinada área, sempre próximos do ponto de partida da manifestação que iniciaria com um sinal. Entoadas as palavras de ordem, os manifestantes dispersavam-se rapidamente, antes mesmo da polícia ter possibilidade de atuar. Violante Saramago Matos colaborou proximamente com o MRPP, que apenas viria a integrar oficialmente depois do 25 de Abril, e participou em várias manifestações relâmpago na cidade de Lisboa:

“[Havia] alturas em que partidariamente era resolvida uma manifestação relâmpago, portanto, de repente, estava tudo quieto, calmo e tranquilo, e três ou quatro pessoas juntavam-se e atiravam os comunicados para o ar, três ou quatro gritos e depois desapareciam. Quando a polícia chegava já não havia nada. (...) As formas de luta eram muito urbanas. Não podia haver um padrão, porque se houvesse, o inimigo percebia o padrão. Era preciso apanhar de surpresa”³³⁴.

A grande importância conferida por estes grupos da extrema-esquerda às ações de rua por vezes violentas – contra a propriedade e nunca ultrapassando os limites das ações demonstrativas –, contrastava com as acusações do PCP de que estes estudantes estavam, na verdade, a provocar “a repressão policial e a fazerem assim o jogo do regime”³³⁵. Para Maria José Morgado, a agitação de rua, considerada “aventureirismo” por aqueles mais próximos do PCP e da UEC, era fundamental para a criação de um movimento generalizado de revolta contra o regime. Segundo a própria, o derrube do regime através da propaganda, e não pelas armas³³⁶, era o objetivo:

“Era uma tática de guerrilha, atacar-fugir e era sempre com manifestações, distribuição de comunicados, pinturas. Não tínhamos armas e éramos contra isso. Não estávamos defensores da luta armada. Nós achávamos que primeiro tínhamos de fazer agitação e

³³⁴ Entrevista a Violante Saramago Matos.

³³⁵ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, pp. 233-234.

³³⁶ Em finais de 1973 seriam criados os “Comités Ribeiro Santos”, procurando agrupar a juventude operária e camponesa, e que, no setor estudantil, tinham como objetivo a criação de uma Federação Revolucionária de Estudantes Portugueses (FREP). Segundo José Manuel Lopes Cordeiro, estes Comités subalternavam a atividade da FEML e corresponderam a “uma extrema radicalização do sector estudantil do MRPP” que passou a defender que “a solução dos problemas estudantis só poderá ser resolvida pela revolução popular armada”. Cf. José Manuel Lopes Cordeiro, «“Ao Serviço do Povo Venceremos”...», p. 150.

propaganda e, depois, quando povo estivesse do nosso lado, então far-se-ia a revolução com o povo em armas. Mas isso seria muito mais tarde... Nunca foi”.³³⁷

O tom aguerrido da atuação política e o elevado grau de exposição de muitos dos seus ativistas, “pouco preocupado com cautelas conspirativas”³³⁸ – distinto, como veremos, do tipo de ativismo advogado pela UEC (m-l) – levaria a que muitos caíssem na mira da repressão. Do grupo de quatro mulheres entrevistadas que afirmaram ter militado ou colaborado proximamente com o MRPP, todas tiveram, de uma maneira ou de outra, experiências de prisão. Duas mulheres referem ter sido presas durante manifestações ou concentrações e uma delas durante a distribuição de panfletos políticos sobre a guerra colonial. Três delas estiveram presas em Caxias e uma delas esteve presa durante poucas horas numa Esquadra da PSP.

De resto, estas práticas audaciosas, baseadas no elogio da coragem militante e no ativismo enérgico, desafiando frequentemente a repressão, representaram um polo de atração para alguns setores da juventude estudantil universitária, incluindo várias mulheres, que se mobilizaram para as manifestações de rua anticolonialistas e anticapitalistas, para a distribuição de comunicados contra a guerra e para a elaboração de inscrições murais. Ainda assim, a visibilidade pública de muitas das suas atividades poderia não corresponder às verdadeiras capacidades da organização³³⁹. Maria José Morgado refere que o MRPP era uma organização pequena e maioritariamente composta por estudantes, “fazíamos muito barulho e fazíamos estragos, mas éramos poucos”³⁴⁰. Esta afirmação é coincidente com a de um chefe da polícia: “Esses eram muito barulhentos e activos nas universidades e através dos CLAC’s. A organização do MRPP não era muito forte, mas eles tinham a força e a vivacidade da juventude”³⁴¹.

5.3. As estudantes no Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) e na União dos Estudantes Comunistas (marxista-leninista)

A União de Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas) [UEC (m-l)] constituiu uma iniciativa do então Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) que, em 1970,

³³⁷ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Ser MRPP era diferente*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-ser-mrpp-era-diferente/>.

³³⁸ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira...*, p. 91.

³³⁹ *Idem*, p. 94.

³⁴⁰ Entrevista a Maria José Morgado.

³⁴¹ José Freire Antunes, *Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 234.

durante o denominado “V Congresso” daria origem ao Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) [PCP (m-l)]³⁴². No primeiro número do seu órgão de informação – *Servir o Povo* – a UEC (m-l) esclarece os seus objetivos: “organizar os estudantes comunistas integrando-os na luta popular pelo derrubamento do fascismo e instauração da ditadura do proletariado em Portugal”, não limitando a sua ação “à defesa dos interesses sindicais dos estudantes”, mas antes a “subordinar a luta dos estudantes à luta mais geral do povo português pela sua emancipação”³⁴³.

Em Lisboa, a influência da UEC (m-l) fazia-se sentir através da corrente associativa “Por um Ensino Popular”, conhecida por “Pops”, com particular incidência no Instituto Superior Técnico e na Faculdade de Ciências, mas também no ISCEF e em Agronomia. Para esta corrente, a atividade associativa deveria ser mantida dentro das estritas linhas da legalidade, existindo uma clara distinção entre as questões do foro sindical e as questões do foro político. Glória Ramalho foi uma militante ativa da UEC (m-l) e presidiu, no ano letivo de 1970/1971, a lista “Por uma Universidade Popular” na Faculdade de Ciências. Afirma que uma das principais características que distinguia a lista “Pop” das anteriores prendia-se com a forma de encarar o movimento associativo:

“A primeira diferença era a forma de encarar o movimento associativo. Era um movimento legal. Não era ilegal e estava claramente afastado, ou seja, separado, da atividade ilegal política. E fazia-se questão disso mesmo. Nada de comunicados contra a guerra colonial, reuniões gerais contra a guerra colonial, nada disso tinha lugar a nível da Associação. Portanto, as lutas que se promoviam eram lutas sindicais. Eram os exames, eram as inscrições nas cadeiras (...), depois havia estudantes presos e fazíamos guerra (...) num contexto de se há estudantes presos, claro a gente defende-os, mas a separação do legal/sindical do político estava clara e isso não era em todos os sítios”³⁴⁴.

A lista “Pop” caracterizava-se ainda pela denúncia do carácter de classe do ensino, desde logo explícita na sua designação “Por uma Universidade Popular”. O quinto número do seu órgão de informação referia que as Associações de Estudantes teriam a

³⁴² Esta organização, à semelhança de outras estruturas da extrema-esquerda portuguesa, tem a FAP (Frente de Ação Popular) e o CMLP (Comité Marxista Leninista-Português) enquanto organizações-mãe, fundadas na sequência da expulsão de Francisco Martins Rodrigues do Comité Central e do PCP, em janeiro de 1964. Para um historial mais exaustivo das várias organizações marxistas-leninistas, maoistas e trotskistas em Portugal veja-se João Paulo Martins e Rui Loureiro, «A Extrema Esquerda em Portugal (1960-1974): os Marxistas-Leninistas e os Trotskistas», in *História*, nº 17, 1980, pp. 8-23 ou Rui Ferreira da Silva, «Maoísmo», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 543-546.

³⁴³ «Editorial», in *Servir o Povo*, nº 1, 1 de outubro de 1969.

³⁴⁴ Entrevista a Glória Ramalho.

responsabilidade de “conduzir uma luta de massas na defesa dos direitos democráticos e sindicais dos estudantes”, através de reivindicações que denunciassem o “carácter de classe do ensino e da universidade portuguesa”³⁴⁵. Segundo Glória Ramalho “acreditava-se que a Universidade estava ao serviço da burguesia e toda aquela máquina era uma fonte de exclusão, e, portanto, acreditávamos que era um objetivo que a Universidade fosse para toda a gente e não apenas para a burguesia.”³⁴⁶ Fernanda Domingues colaborou proximamente com a UEC (m-l) e também recorda esta atitude “Nós achávamos que a Universidade devia ser aberta a todos, e que as pessoas deviam de ter condições todas para estudar. (...) O nosso lema era «Por uma Universidade Popular». Universidade Popular significava exatamente isso: uma universidade em que houvesse acesso, que não fosse elitista”³⁴⁷.

Os testemunhos das estudantes entrevistadas dão ainda conta de um conjunto de práticas conspirativas e do clima de sigilo que marcou esta organização, os seus militantes e simpatizantes. Acerca do seu recrutamento, Glória Ramalho apenas refere que alguém a contactou e que terá feito uma espécie de “teste”. Não divulga nomes, nem se reporta ao que este “teste” terá implicado, afirmando apenas que foi “tudo muito cauteloso”. No que respeita ao clima de sigilo que marcou esta organização, afirma que existia um “cuidado imenso com a possibilidade de conhecer, nomeadamente pela PIDE, o que estava a ser organizado para além do sindical”. À semelhança das outras organizações, a UEC (m-l) organizava-se por células, sendo que existia uma enorme cautela com a angariação de novos militantes/colaboradores para a organização³⁴⁸. Fernanda Domingues descreve o seu envolvimento político na UEC (m-l) como “semiclandestino”. Conta que, sendo uma figura conhecida do movimento estudantil em Ciências dada a sua facilidade em intervir e se entusiasmar nas lutas, “na organização política que servia de base ideológica aquele movimento associativo ao qual eu tinha aderido, era considerada uma pessoa queimada”. Refere que a sua atividade passava pela distribuição de comunicados à população, nomeadamente contra a guerra colonial, e pela intervenção pública de rua, tendo participado em várias manifestações. Porém, dada a sua visibilidade e rápida identificação pelas forças policiais – desde logo porque o seu pai era agente na PSP – tinha orientações “para não andar na rua com aqueles jovens que entraram na

³⁴⁵ «A revolução e a luta dos estudantes», in *Servir o Povo*, nº 5, fevereiro de 1971.

³⁴⁶ Entrevista a Glória Ramalho.

³⁴⁷ Entrevista a Fernanda Domingues.

³⁴⁸ Entrevista a Glória Ramalho.

Faculdade depois de mim, quando começaram a aderir ao movimento associativo, porque eu queimava as pessoas”. Afirmo que nunca foi recrutada oficialmente para a UEC (m-l), não participou em qualquer reunião clandestina e que a sua militância “não tinha um suporte ideológico”³⁴⁹.

*

Ao entrarem na Universidade, muitas das mulheres entrevistadas para esta investigação contactaram, pela primeira vez, com organizações políticas, clandestinas e ilegais de oposição ao Estado Novo. A sua integração nestas estruturas (enquanto militantes ou simpatizantes) foi feita em idade jovem (entre os 18 e os 25 anos) e, em vários casos, a atividade associativa serviu como porta de acesso a estas estruturas políticas. Aferindo as motivações subjacentes à sua integração ou colaboração próxima com estas organizações, destacaram-se três que, separadamente ou em conjunto, as atraíram para o campo da política contenciosa: (1) afinidades políticas e ideológicas (por exemplo, a partilha de ideais de luta anticapitalista e anticolonialista), (2) proximidade relacional com um amigo ou colega que militava em determinada organização, (3) episódios ou acontecimentos que ocasionaram processos de rápida e intensa politização (por exemplo, o assassinato do estudante Ribeiro Santos). Nas organizações, estas mulheres tomaram contacto com um conjunto de práticas conspirativas e de contestação e desenvolveram competências relacionadas com a estrutura organizativa ou com a argumentação política (através das reuniões ou das discussões de textos). Participaram ativamente nas mais diversas manifestações de rua, anticolonialistas, anticapitalistas e antirregime de grande visibilidade pública. Dedicando-se inteiramente à causa revolucionária, a sua vivência quotidiana era marcada pela luta pela democracia (do ensino e do país), pelo fim da guerra colonial, pela igualdade e pela liberdade. Estavam cientes dos riscos e das consequências que a sua atividade política poderia comportar e várias estiveram presas em Caxias por suspeitas de pertencerem a estas organizações. Ainda assim, na maioria dos casos e como veremos no capítulo seguinte, a polícia política nunca conseguiria formular culpa, uma vez que todas se recusaram a prestar declarações e nunca denunciaram um camarada.

³⁴⁹ Entrevista a Fernanda Domingues.

Capítulo VI

As estudantes nas prisões do regime

A natureza política e ideológica do Estado Novo assentava em dois tipos de violência política e social: a violência preventiva (omnipresente, invisível e constante) e a violenta punitiva (mais exclusiva e direta nos seus alvos). A articulação destes dois tipos de violência resultava, “a prazo, [na] maior eficácia dissuasora (ou pontualmente mobilizadora), uma conveniente «economia do terror», para usar a expressão de Hermínio Martins, um «coeficiente ótimo de terror», sem excesso de vítimas ou de custos, e, sobretudo, a criação de condições garantidoras da durabilidade do regime”³⁵⁰. Neste capítulo debruçar-nos-emos sobre a “violência punitiva”, analisando as experiências prisionais de algumas estudantes.

Tendo por base os dados reunidos por Guya Accornero, foi-nos possível contabilizar a prisão de 116 mulheres estudantes no período de outubro de 1969 (o início do ano letivo de 1969/1970) e abril de 1974 (com a Revolução de Abril)³⁵¹. Ainda durante a década de 60, os valores anuais de estudantes presas pela polícia política são superiores nos momentos de maior mobilização e contestação estudantil (como a crise de 62 ou a crise de 65). A partir da década de 70, com particular incidência no ano de 1973, o número de estudantes presas aumenta exponencialmente, atingindo níveis inéditos³⁵². Estes valores incluem as estudantes presas pela PIDE/DGS ou aquelas que, presas por outras forças policiais (PSP, PJ ou GNR), foram posteriormente entregues à polícia política. Foi-nos impossível calcular o número de estudantes detidas ao abrigo de outras autoridades, como a PSP ou o Governo Civil. Ainda assim, no decorrer desta investigação, recolhemos os depoimentos de uma mulher presa numa esquadra da PSP e outra no Governo Civil. Estes dois casos correspondem a prisões relativamente curtas, ambas inferiores ao período de 24 horas, não tendo sido entregues à polícia política. Das doze estudantes entrevistadas, oito estiveram presas em Caxias, a maioria durante o período de três meses (o período máximo da prisão preventiva). Trataremos aqui das experiências prisionais de Ana Simões, Glória Ramalho, Maria João Lobo, Olga Moura, Aurora Rodrigues, Violante

³⁵⁰ Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos*, Lisboa, Tinta da China, 2019, p. 216.

³⁵¹ Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, pp. 316- 323.

³⁵² Relativamente aos valores anuais de estudantes presas durante as décadas de 60 e 70: 1962 – 16; 1963 – 2; 1964 – 8; 1965 – 12; 1966 – 4; 1967 – 6; 1968 – 3; 1969 – 5; 1970 – 6; 1971 – 18; 1972 – 24; 1973 – 51; no período de janeiro a abril de 1974 – 15. Cf. Guya Accornero, *Efervescência Estudantil...*, pp. 309-323.

Saramago Matos e Maria José Morgado. Quatro mulheres tiveram mais do que uma experiência de prisão, duas no período antes do 25 de Abril e duas no período pós 25 de Abril, presas pelo COPCON. Apenas uma foi a julgamento no Tribunal da Boa Hora³⁵³.

A cadeia do Forte de Caxias

No verão de 1971 estava concluída a transferência dos Serviços de Investigação da PIDE/DGS, até então na sede da polícia política na rua António Maria Cardoso, para o Reduto Sul de Caxias. Esta transferência coincidiu com a intensificação de uma vaga de prisões e do conseqüente refinamento dos métodos torcionários da polícia política. Os presos eram então transportados de e para os interrogatórios de forma rápida e discreta, longe dos olhos do público, aspeto particularmente relevante se atendermos às sequelas e às marcas físicas que muitas sessões de tortura deixavam no preso. No reduto norte situavam-se as celas, o espaço de vivência quotidiana dos presos. No reduto sul, os interrogatórios e as sessões de tortura, onde funcionava também o hospital-prisão³⁵⁴. Segundo Violante Saramago Matos, presa em Caxias no ano de 1973:

“Tudo o que acontecia de anormal na cadeia passava-se no reduto sul, porque era um edifício mais solto, onde só havia salas de interrogatório ou de tortura e, portanto, tudo aquilo funcionava como um complexo único, era um edifício único, de facto. O reduto norte era onde as pessoas liam ou estudavam quando podiam e tinham autorização, ou tinham os filhos ou dormiam, ou simplesmente pensavam”³⁵⁵.

As salas do reduto sul possuíam equipamentos de luz e som que reproduziam gravações de gritos de dor, gemidos e outros sons e ainda jogos de luz que contribuía para a instabilidade psicológica do preso. Os prisioneiros eram expostos a temperaturas extremas. Aurora Rodrigues recorda que “a meio da noite é que estava frio. Quando o sol nasce ou o sol se põe é que eles ligavam os aquecedores, porque são horas terríveis, e ligavam os aquecedores para tornar ainda mais desconfortável”³⁵⁶. O “recreio” era o único período do dia em que as presas poderiam ver a luz do sol. Às presas era ainda negada a assistência de advogados de defesa nos interrogatórios quando se considerasse “inconveniente para a investigação”³⁵⁷. Tratava-se de uma clara tentativa de desmantelar

³⁵³ No período de quase trinta anos, entre 1945 e 1974, apenas 15% dos detidos pela polícia política foram a julgamento. Cf. Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE...*, p. 427.

³⁵⁴ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira...*, p. 296.

³⁵⁵ Entrevista a Violante Saramago Matos.

³⁵⁶ Entrevista a Aurora Rodrigues.

³⁵⁷ Decreto-Lei n.º 368/72, DG, Série I, n.º 229, de 30 de setembro de 1972, artigo 10.º.

qualquer alicerce jurídico de defesa dos cidadãos perante a polícia política, já que, atendidas as reivindicações pela presença de advogados durante os interrogatórios, a PIDE ficaria sem uma das suas principais armas de “investigação” – a tortura. Os advogados eram então substituídos “por defensores *ad hoc* ou por duas testemunhas qualificadas e obrigadas a segredo de justiça”³⁵⁸, frequentemente, se não em todos os casos, agentes da própria polícia política.

Os interrogatórios e as torturas

No Estado Novo, a repressão e a violência policial foi seletivamente ajustada de acordo com a origem social dos indivíduos. Tratava-se, segundo as palavras de Fernando Rosas, de uma “gestão politicamente racional, de acordo com as circunstâncias do meio social sobre que atuava e que visava subjugar e controlar”³⁵⁹. Os estudantes universitários desfrutavam de uma certa consideração social que se refletiu, até à transição para a década de 70 – e mesmo durante as conjunturas de repressão mais intensa – num tratamento cauteloso e prudente da parte do regime. Pela capacidade de influência social e das redes de familiares e conhecidos, a oposição estudantil escapou durante muito tempo a formas de repressão mais duras e violentas, sobretudo no que aqui respeita aos métodos de interrogatório. O tratamento diferenciado era reconhecido pelas estudantes enquanto um privilégio, como foi o caso de Violante Saramago Matos, filha de Ilda Reis (artista plástica) e José Saramago (escritor):

“No meio disto tudo eu sou uma estudante privilegiada. Primeiro porque chego à faculdade paga pelos pais. Em segundo lugar, os pais eram conhecidos, embora nenhum deles fosse ainda o que veio a ser mais tarde, mas já eram pessoas razoavelmente conhecidas. O meu pai tinha já um nome no campo da literatura, a minha mãe tinha já um bom nome no campo das artes plásticas, e, portanto, isto fazia alguma diferença, e fez, tenho a certeza absoluta, alguma diferença. Mas isso não invalidou que eu não fosse interrogada, que não me batessem, que não me deixassem dormir, que me obrigassem a estar de pé”³⁶⁰.

As mudanças que viemos a constatar no que respeita à composição do meio estudantil, a sua radicalização e politização, vêm alterar este cenário. Por consequência, se “no passado, a severidade do tratamento era proporcional à posição social e à ideologia (os operários comunistas eram os tratados da pior maneira)”, nos últimos anos do regime

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos...*, p. 215.

³⁶⁰ Entrevista a Violante Saramago Matos.

existiu “uma aparente igualização”³⁶¹. Multiplicam-se os relatos de estudantes que testemunham interrogatórios e torturas violentas, o regresso de métodos como a “estátua” e os espancamentos, “até contra elementos apenas acusados de distribuição de propaganda «subversiva»”³⁶². A polícia política mostrava-se cada vez mais “capaz de tudo o que fosse necessário para atingir os fins do regime”³⁶³.

A privação do sono (durante dias seguidos, por vezes mais do que uma semana), a “estátua”, os espancamentos com vários tipos de instrumentos de agressão (entre eles o cavalo-marinho), o isolamento por tempo indeterminado, as humilhações, a violação da correspondência, e a proibição de acesso a livros foram alguns dos métodos usados pela polícia política. As torturas poderiam prolongar-se por vários dias e serem aplicadas em simultâneo, sendo tendencialmente seguidas “de tentativas paternas de convencimento de falar”³⁶⁴. Um relatório da Amnistia Internacional sobre a tortura, datado de 1973, referia que durante o período da tortura da “estátua” e da tortura do sono, “os guardas eram mudados frequentemente – de duas em duas ou de três em três horas – enquanto os prisioneiros eram obrigados a manter-se acordados por meios de violentas bofetadas, pancadas, pontapés ou despejando-lhes água por cima”³⁶⁵.

Várias das mulheres entrevistadas enfatizam que os métodos de tortura que lhes causavam maior sofrimento eram aqueles que procuravam perturbar o lado emotivo e psicológico. Referências a familiares, sobretudo aqueles que se encontravam em estados de saúde mais graves, amigos ou pessoas próximas eram frequentes e abalavam o preso, por vezes mais do que a tortura física. Ameaças de rapto e de prisão de companheiros e familiares eram também frequentes. Outro dos métodos de tortura consistia no isolamento dos presos em celas durante períodos indeterminados, fazendo crescer a expectativa do sofrimento. As humilhações podiam passar por aparecer bem vestido e perfumado junto das presas que, há dias, não tinham tido oportunidade de se lavarem³⁶⁶.

Neste contexto, a ocupação do quotidiano com atividades e estratégias que procurassem estimular o físico e o psicológico foram fundamentais para que muitas se conseguissem abstrair, ainda que momentaneamente, da situação em que se encontravam.

³⁶¹ Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1998, p. 43.

³⁶² Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE...*, p. 379.

³⁶³ Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos...*, p. 219.

³⁶⁴ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira...*, p. 291.

³⁶⁵ Amnesty International, *Relatório sobre a tortura*, Lisboa, Arcádia, 1975, pp. 260-261.

³⁶⁶ Entrevista a Aurora Rodrigues.

Em isolamento, cantavam e reviam textos mentalmente. Maria José Morgado, antes mesmo de ser presa, recorda-se de decorar citações do *Livro Vermelho* de Mao Tsé-Tung para, na eventualidade de ser detida, as puder rever mentalmente. Tinha, aliás, sido preparada para a prisão pelo seu companheiro, José Luís Saldanha Sanches, preso durante mais de seis anos³⁶⁷. Também o recurso à imaginação de cenários passados, tidos em liberdade, foram testemunhados por várias mulheres.

Passado o período de isolamento, muitas estudantes preocuparam-se com a sua formação. Decidiram estabelecer horários de estudo e solicitaram livros aconselhados pelos professores das Faculdades. Tratava-se de criar uma margem de manobra, isto é, estratégias individuais que possibilitavam converter a situação de prisão – “em que não age, mas operam sobre si, ficando à mercê de outrem – em algo que pode controlar e que escapa à esfera do que lhe é imposto”³⁶⁸. As visitas da família também eram permitidas passado o período de isolamento. Um vidro separava as presas dos familiares, encontrando-se na sala sempre um guarda que ouvia todas as palavras trocadas e intervinha sempre que fossem tratados temas “indevidos”, sendo que em muitos dos casos a visita era imediatamente terminada.

O pacto de silêncio e o “não denunciar”

Nos depoimentos recolhidos é transversal a prevalência de códigos e condutas que assentavam na atitude de “não denunciar”. Mesmo aquelas que não se encontravam integradas politicamente referem estar conscientes e informadas o suficiente acerca do tipo de comportamento a adotar aquando de uma eventual detenção. Muitas haviam inclusivamente convivido com estudantes com longos historiais prisionais, pelo que a partilha destas experiências e dos comportamentos a adotar foram fundamentais para a consciencialização acerca da conduta a perfiar. Na maioria dos casos, as inquiridas desenvolveram, “consciente ou inconscientemente, com maior ou menor fortuna, diversas estratégias de fuga e defesa”³⁶⁹. A estratégia mais comum passava pela negação das acusações, imediatamente seguida pelo refúgio no desconhecimento ou na ignorância.

Esta noção, quase generalizada, de que a postura a assumir deveria passar necessariamente por “não denunciar” os companheiros ou colegas era reflexo de um

³⁶⁷ Entrevista a Maria José Morgado.

³⁶⁸ Paula Godinho, «O lacre da memória...», p. 48.

³⁶⁹ Maria de Fátima Patriarca, «Sobre a leitura das fontes policiais»..., p. 928.

“código de honra clandestino”, bastante sugestivo dos “sistemas de valores” dos estudantes da época³⁷⁰. Maria José Morgado afirma que ser preso e não denunciar a organização era uma “prova de fogo para qualquer revolucionário”³⁷¹. Como refere Miguel Cardina “o padrão de comportamento dominante adoptado pelos «marxistas-leninistas» inspirava-se na posição do PCP, que havia estabelecido como regra a recusa em fazer qualquer declaração e em assinar qualquer documento na polícia”³⁷².

Jorgete Teixeira, presa durante poucas horas no Governo Civil na sequência da distribuição de panfletos contra a guerra colonial no Hospital Curry Cabral³⁷³, recorda como o medo de não conseguir suportar o sofrimento físico e de denunciar um companheiro a atormentou durante todo o tempo em que esteve presa:

“Era difundida a ideia de que a gente tinha de resistir a toda a força e quem não resistisse era como se fosse um traidor. (...) a gente tinha consciência disso, tinha consciência de que não podia falar, tinha consciência de que ao falar [ia] fazer com que outros, nossos companheiros, [fossem] passar por aquela mesma situação e, ao mesmo tempo, tínhamos medo. Eu, pessoalmente, tinha esse medo, medo de não conseguir resistir a uma tortura”.³⁷⁴

Nas próximas páginas tratar-se-á, de forma detalhada, da experiência prisional de sete estudantes. Importa referir que o recurso à tortura era escondido e negado e são escassas as provas materiais que dispomos sobre as sessões de tortura praticadas pela PIDE/DGS. Por esta razão, não encontraremos nos processos-crime ou nos autos de interrogatório qualquer referência às torturas pelas quais passaram. É apenas através do depoimento destas mulheres, uma memória dolorosa e de difícil recordação, que nos poderemos aproximar e conhecer melhor estas experiências que a documentação escrita pouco nos revela.

15 de abril de 1971, Maria João Lobo

Maria João Lobo foi presa no dia 15 de abril de 1971, com apenas 19 anos, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Português. Não era a sua primeira prisão. Em maio de 1970 tinha estado presa, durante poucas horas, numa esquadra da PSP, com

³⁷⁰ Kostantinos Kornetis, *Student Resistance to the Greek military dictatorship...*, p. 302.

³⁷¹ Entrevista a Maria José Morgado.

³⁷² Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira...*, p. 287.

³⁷³ ANTT, PIDE/DGS, pr. 3529/62 SR, NT 3371, pt 170, fl. 88.

³⁷⁴ Entrevista a Jorgete Teixeira.

duas colegas por transportarem um cartaz que denunciava confrontos com a polícia em Coimbra. Quando é presa em abril de 1971 era à data Vice-Presidente da AAFDL e tinha sido denunciada por um camarada que não resistira à tortura. É levada para a António Maria Cardoso onde é interrogada. Nunca cedeu, nunca denunciou um colega, e nunca confirmou a sua pertença ao PCP. Para si, era bastante claro que a única atividade que poderia esclarecer na DGS era a sua atividade associativa e legal. A ideia de que uma declaração sua pudesse desembocar na denúncia de um colega, era impensável:

“Eu acho que o falar de alguém, o denunciar alguém, ou saber que alguém vai ser preso por nossa causa, nos coloca problemas muito graves e superiores a qualquer problema que haja com a tortura. Isso por um lado. Por outro lado, saber, e isso sabia até porque o Partido Comunista nos dizia antes, por aquele celebre livrinho «Se fores preso camarada», que bastava a pessoa dizer «Sim, senhora», que pertencia ao Partido Comunista para que fosse forçada, muito mais forçada, a dizer qualquer coisa”³⁷⁵.

Maria João Lobo permaneceu em isolamento durante mais de um mês e foi alvo de várias torturas: “estátua”, sono, empurrões e estalos. A determinada altura na tortura do sono começa a ver bichos a subir as paredes e a ouvir sons. Passou ainda por outras torturas, mais dolorosas e com efeitos mais duradouros. Recorda os torcionários lhe dizerem que a sua avó, na altura hospitalizada, ia “morrer por sua causa”. E recorda-se de um episódio traumático de uma ameaça de violação por parte de um chefe de brigada da PIDE:

“Era este tipo de tortura que faziam, para ver se tomavam a pessoa, se conseguiam por esta via chegar mais facilmente a confissões ou a denúncias, e sinceramente penso que estas vias são muito mais eficazes que a via física. A via física, se nos dão um estalo, dá-nos vontade de retribuir, mas ficamos irritados, ficamos a odiar aquela pessoa (...). Estas magoam muito mais, doem, anulam a pessoa. (...) Criam muito medo e anulam porque têm a ver com emoções, não têm a ver com o físico, porque o físico esse reabilita-se, e as emoções não se reabilitam, nunca. E ainda hoje não as reabilito.”³⁷⁶

No auto de interrogatório de 21 de abril de 1971, a PIDE/DGS refere que “a sua atitude de negativa ou recusa sistemática em explicar os factos delituosos que nos autos lhe vêm sido atribuídos pelos outros «elementos» do denominado «partido comunista português» que consigo formavam uma célula na Faculdade de Direito de Lisboa, bem

³⁷⁵ Entrevista a Maria João Lobo.

³⁷⁶ Idem.

como pelo «controleiro» da mesma (...), é suficientemente reveladora da obediência à «palavra de ordem» que o «partido» impõe aos seus «membros»³⁷⁷. Mesmo quando confrontada com a denúncia de outros colegas, coarguidos no processo, Maria João Lobo mantém-se intransigente, negando todas as acusações que lhe são lançadas³⁷⁸. Mais tarde, uma promoção de 18 de maio concluiu que, enquanto militante do PCP, havia praticado “factos delituosos que integram a figura típica de crimes contra a segurança do Estado”, agindo conscientemente e com a finalidade de “provocar agitação no meio estudantil”³⁷⁹.

Nos sete meses que se seguem e passado o período de isolamento, Maria João Lobo partilha uma cela com a colega e amiga, Maria Graça Marques Pinto. As visitas da família tornam-se mais frequentes. Com a mãe, para além das conversas banais, trocava informações acerca de pessoas, suas conhecidas, que se encontravam presas. A comunicação com outros presos era feita através de toques nas paredes. Foi assim que descobriu que ao seu lado estava presa Luísa Oliveira, irmã do seu amigo José Oliveira, e Diana Andringa. Durante os “recreios” via a luz do sol durante tempo limitado³⁸⁰. Maria João Lobo é julgada a 21 de dezembro de 1971 no Tribunal da Boa Hora. Foi condenada a uma pena de 16 meses de prisão correcional, substituída por igual tempo de multa de 40.00 escudos diários e suspensão de direitos políticos por cinco anos³⁸¹.

12 de agosto de 1972, Ana Simões

A primeira detenção de Ana Simões ocorreu no dia 12 de agosto de 1972. Acabava de chegar de Paris três dias antes. A DGS apreende-lhe os livros em francês que tinha adquirido em Paris, nomeadamente algumas obras de Marx e Lenine³⁸². Não lhe confiscam, contudo, os discos com os discursos de Lenine ou os cânticos da armada vermelha que tinha estrategicamente trocado as capas com as de álbuns de outros artistas.

É levada para Caxias, onde permanece em interrogatórios no reduto sul. A polícia quer que esclareça a sua “participação nos actos de terrorismo que ultimamente se têm verificado no País”³⁸³. Os “actos de terrorismo” de que a PIDE tanto falava diziam respeito às ações da ARA (Ação Revolucionária Armada) no dia 9 de agosto de 1972 –

³⁷⁷ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 166/71, NT 6217 (vol. 5), fls. 44 e ss

³⁷⁸ Idem, fl. 144

³⁷⁹ Idem, fl. 242.

³⁸⁰ Entrevista a Maria João Lobo.

³⁸¹ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, PI 47428, NT 4985, fl. 2.

³⁸² ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 500/72, NT 6317, vol. 1, fl. 60

³⁸³ Idem, fl. 72.

dia em que regressa ao país – de sabotagem da rede elétrica em três pontos do país: Porto, Coimbra e Lisboa. Ana Simões nega a sua ligação a qualquer atividade do género, assim como nega a sua integração em qualquer organização de carácter ilegal ou subversivo³⁸⁴.

Foi sujeita à tortura do sono durante cerca de três dias. Passou pela tortura da “estátua” e foi alvo de pontapés. Nunca lhe bateram na cara, algo que a PIDE evitava quando se tratava de estudantes e intelectuais. Teve alucinações e ouviu coisas que lhe meteram medo ao ponto de, até aos dias de hoje, questionar se o que viu e ouviu era real. O medo de denunciar era uma constante:

“Ao fim daqueles tempos mandaram-me para a cela e cheguei a acordar [com os lábios] cheios de sangue. Dormia com tanto medo de falar que devo ter a trancado os lábios para ter a certeza que não falava ao ponto de ter cortado os lábios com os meus próprios dentes e ter feito sangue”³⁸⁵.

As referências à família, sobretudo aos elementos que se encontravam num estado de saúde mais débil, eram frequentes. A determinada altura, os pides ter-se-ão apercebido da relação próxima que tinha com o avô:

“Um dia informaram-me que o meu avô estava a morrer com um ataque cardíaco e que me queria ver e que estava na minha mão eu poder despedir-me do meu avô que estava a morrer e que ia morrer sem me ver e que tinha pedido me ver. (...) E eu acreditei”³⁸⁶.

Acreditou, mas nunca denunciou. Mais tarde veio a saber que tal não passava de uma mentira dos pides para conseguirem uma confissão. Inclusivamente, para a mentira parecer mais fiável, na mesma semana deixara de receber cartas do avô, confiscadas pela polícia política. De resto, as visitas da família, quando permitidas, davam-lhe muita força. Noite e dia vários guardas entravam na cela e batiam com varões nas grades. Nos “recreios”, em celas com paredes altas, sem teto, apanhava os pequenos raios de sol que conseguia. Na cela, através de toques na parede, comunica com Conceição Moita, presa na altura³⁸⁷. Perante a impossibilidade de se recolherem quaisquer elementos que comprovassem a sua ligação às “atividades terroristas”, Ana Simões é liberta no dia 9 de

³⁸⁴ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 500/72, NT 6317, vol. 1, fl. 72

³⁸⁵ Entrevista a Ana Simões.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Idem.

outubro de 1972³⁸⁸. A sua história na PIDE não terminaria aí. Cerca de um ano depois, seria novamente presa, desta vez por um motivo distinto³⁸⁹.

14 de outubro de 1972, Glória Ramalho

Glória Ramalho foi presa no dia 14 de outubro de 1972, durante a manifestação do funeral do estudante Ribeiro Santos. Segundo a informação que consta no seu processo-crime, foi presa por “fazer parte de um grupo de cerca de 20 jovens, armados de pedras, que ruidosamente se manifestavam contra a autoridade do Governo e da Polícia, logo após a realização do funeral do estudante universitário José António Ribeiro dos Santos”, existindo “forte suspeitas” de que tinham “praticado danos em várias montras”³⁹⁰.

Esteve presa em Caxias durante dois meses e sete dias e foi sujeita à tortura do sono durante cinco dias e cinco noites. Durante a tortura do sono, uma mulher sacudia pulseiras e empurrava-a de forma a não a deixar dormir. Em todos os interrogatórios, Glória Ramalho assume o papel de Presidente da Associação de Estudantes e nunca se reporta a qualquer atividade partidária ou clandestina, ainda que pressionada a fazê-lo pelos agentes da PIDE³⁹¹. A propósito da posição defendida por algumas organizações de que os militantes deveriam recusar-se a fazer qualquer tipo de declaração, afirma que:

“Quer dizer, aquilo que estava imediato era nomes de maneira nenhuma, e eu sabia isso. A questão de recusar-se a fazer qualquer declaração... Vim a saber isso depois que era uma ideia que devia acontecer. (...) Ainda bem que eu não soube. (...) quando se põe a fasquia numa determinada situação tem de se perceber aquilo a que, de facto, tem de se saber resistir. Ora, dizer que não se faz declaração de nível nenhum é enfrentar o touro de caras. A gente sabe que enfrentar o touro de caras não deu bom resultado em muitos casos.

³⁸⁸ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 500/72, NT 6317, vol. 1, fl. 291.

³⁸⁹ Ana Simões seria detida de novo no dia 21 de novembro de 1973 pela PSP, por transportar num carro elevada quantidade de propaganda subversiva. Na obra biográfica de Sita Valles, Ana Simões descreve a sua segunda prisão, “Voltei a ser presa, porque a Sita, sem dizer nada, guardou material clandestino no carro do namorado José Camisão. Estava cheio de jornais *Avante!*, material do PCP e da UEC, que fazíamos com os copiográficos. Ora, nem eu nem o Camisão sabíamos que ela lá tinha posto aquilo. Como fiquei de devolver o carro à Sita, que estava na associação de estudantes, entrei no Hospital de Santa Maria, cercado pela polícia de choque. Quando a encontrei ela disse-me ‘Não preciso do carro, só do que está aqui dentro’. Dirige-se para o porta-bagagens para tirar o material. (...) Um agente, que a viu tirar coisas do carro, dirige-se a nós. A Sita desaparece e deixa-me com o polícia. Eu ainda tentei fugir com o carro, mas travaram-me o caminho. Fui presa pela PSP e levada para a PIDE”. Cf. Leonor Figueiredo, *Sita Valles (1951-1977). Revolucionária, Comunista até à Morte*, Lisboa, Alêtheia, 2010, pp. 47-48. Esteve na tortura do sono durante cerca de cinco dias. A 16 de dezembro de 1973 é liberta. Não esqueceria a ameaça do chefe de brigada Capela: da próxima vez, “Iria pagar por todas”. Entrevista a Ana Simões.

³⁹⁰ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 572/72, NT 6329, fl. 85, 3 e 2.

³⁹¹ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 572/72, NT 6329, fls. 81 e ss.

E para quê? Para quê? Quer dizer a estratégia podia não ter corrido bem, mas foi a minha. E não tenho qualquer problema naquilo que fiz, nenhum. Porque resultou e sei que isso conseguia fazer. Se entrasse numa de «Não vos falo, não quero saber (...)», não sei até onde conseguia [ir].”³⁹²

Afirma que as comunicações dentro da organização poderiam ser tão limitadas ao ponto de não saber que apenas poderia ficar presa, sem culpa formada, durante o período máximo de três meses:

“Quando saí até pensei que me iam apanhar outra vez, porque nem sabia que só se podia estar presa três meses. A comunicação era muito pequena a nível político, era só o essencial e, portanto, não havia «redes sociais». Não havia nada que ultrapassasse o contacto episódico da reunião. Escapavam coisas como estas. Eu estava convencida que podia lá ficar a vida toda. Ainda bem que não.”³⁹³

Glória Ramalho foi liberta no dia 21 de dezembro de 1972. Nunca foi julgada.

17 de outubro de 1972, Olga Moura

Olga Moura foi presa, em casa, no dia 17 de outubro de 1972. Identificada pela PIDE/DGS como uma das dirigentes associativas mais envolvidas na divulgação de “comunicados subversivos” e na dinamização de reuniões de “incitamento à desordem e à subversão”, foi enviada para a António Maria Cardoso e depois para a prisão de Caxias. Refere que vários fatores a auxiliaram nos primeiros momentos de prisão:

“[primeiro] foi ter muita informação sobre isso, por causa dos que tinham estado presos em 65 e uma coisa que me tinham dito era que eles às vezes punham gravações de pessoas a gritar e eu acho que puseram. E, por acaso, se a pessoa não está desconfiada, é capaz de começar a pensar que é realmente uma pessoa que está a gritar naquela altura, mas (...) pareceu-me realmente que o som era de um aparelho e era uma gravação. (...) foi bom eu conhecer o guião, porque em 65 aquela gente toda me contou os pormenores e eles realmente fizeram tudo como os outros me tinham contado”³⁹⁴.

Permaneceu em isolamento durante sessenta dias. Encontrou na abstração da realidade e na sua capacidade de imaginação uma escapatória da situação em que se encontrava:

³⁹² Entrevista a Glória Ramalho.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Entrevista a Olga Moura.

“(…) quando fiquei em isolamento, houve uma altura em que estava assim quase a ficar em baixo e depois pensei «Não, não pode ser! Faz de conta que eu estou aqui numa experiência para se ver quanto tempo é que (…) uma pessoa consegue estar no isolamento» (…) e aí consegui estar assim, a pensar na vida. Porque eu só tive livros ao fim de 15 dias. Estive assim mesmo sozinha, sem nada. Só para pensar. (…) Eu às vezes ficava a pensar nas coisas que eles faziam e isso é que não queria, (…) era como se estivesse a trabalhar para eles se pensasse muito nisso. Então pensava noutras coisas”³⁹⁵.

Em todos os interrogatórios, Olga Moura nega a sua participação em qualquer organização secreta, reunião clandestina, e na elaboração ou distribuição de comunicados considerados “subversivos” ou clandestinos. Apenas confirmaria a sua colaboração na Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, recusando-se, contudo, a “referir os nomes dos indivíduos que consigo constituíam a Direcção da Associação, sob a alegação de que os mesmos constam no Ministério da Educação Nacional”³⁹⁶. Para si, era determinante não denunciar os colegas.

As estratégias de intimidação adotadas pelos pides são também recordadas por Olga Moura que refere que, na sua ida para Caxias, os pides “estiveram ali a fazer uma cena, eu não sei se aquilo era intimidação, mas isso é que eu nunca tinha ouvido contar...”. Segundo a própria “passámos num sítio que [tinha] assim muitas árvores, e eles andaram ali à volta com o carro, e eu sempre com aquele ar de que não é nada comigo.”³⁹⁷ Ameaçaram-na de que iria ficar presa até morrer e de que “lá fora” iam dizer que “tinha falado”. Tal como muitas estudantes, teve medo, mas sabia que não o podia mostrar. Olga Moura é liberta no dia 19 de dezembro de 1972. Nunca foi julgada.

1 de maio de 1973, Violante Saramago Matos

Violante Saramago Matos foi presa em 1973, durante uma manifestação do 1º de Maio, na Praça da Figueira. As palavras do polícia que a prendeu ecoam na sua memória, “É esta!”. Esteve sempre presa na mesma cela, número 68, e em isolamento. Foi alvo de várias torturas: “estátua”, espancamentos e durante três dias a tortura do sono³⁹⁸. Nos autos de interrogatórios consta que se recusou a responder a todas as questões que lhe foram feitas e, inclusivamente, a assinar os mesmos autos. Não vê no facto de ter resistido

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ ANTT, PIDE/DGS, SC, E/GT 2733, NT 1479, fls. 9, 10, 11.

³⁹⁷ Entrevista a Olga Moura.

³⁹⁸ Entrevista a Violante Saramago Matos; Violante Saramago Matos, *De memórias nos fazemos*, Lisboa, Edições Esgotadas, 2022, p. 75.

ou de nunca denunciado ninguém, nada de extraordinário ou, muito menos, de heroico. Encara antes como algo comum e até banal.

A entrada da sua filha na prisão marca um ponto de viragem na prisão de Violante. A sua mãe, Ilda Reis, foi entregar a neta ao guarda de Caxias, dizendo apenas que “não podia tomar conta do bebé e que a entregassem à mãe que estava presa”³⁹⁹. Sabia que a presença da neta na prisão criava uma situação complexa para a polícia, não se podendo permitir quaisquer acidentes, nomeadamente a morte de uma criança na cadeia:

“Também sabíamos que estando os filhos presentes, a probabilidade de a tortura descer era grande, exatamente por isso. E a verdade é que eu fui várias vezes ao reduto sul com a Ana na cadeia, mas fui e vim. (...) Tenho consciência absoluta que se a Ana não estivesse lá provavelmente isto não tinha corrido assim”⁴⁰⁰.

As visitas dos pais, separados na altura, foram para si “o suporte” e “a força anímica”. Todas as semanas, José Saramago e Ilda Reis dirigiam-se à Cadeia de Caxias para visitar a filha. Na primeira visita, o pai pergunta-lhe “Queres que paguemos a caução?”, ao que responde “Não”, “Então tens de ir buscar forças nem que seja ao dedo grande do pé”. Cumpriria as suas palavras e nunca denunciaria ninguém⁴⁰¹. Sem acusação, Violante Saramago Matos é liberta três meses depois, a 28 de julho de 1973⁴⁰².

3 de maio de 1973, Aurora Rodrigues

Aurora Rodrigues foi presa no dia 3 de maio de 1973 numa concentração de estudantes em frente à Faculdade de Letras de Lisboa. Os três meses em que esteve presa em Caxias foram passados praticamente quase sempre sob tortura. Num calendário improvisado, assinalou com a letra “t” os dias de tortura⁴⁰³. O processo de tortura foi pensado meticulosamente, já que este não começou de repente, sendo antecedido de avisos com o propósito de criar medo, “Dia 16 de maio é que vi, pela primeira vez, a cela de tortura, mas foi para me dizerem que não ia ser torturada naquele dia, ia ser torturada dali a oito dias.”⁴⁰⁴ A disciplina e o conjunto de regras a que se impôs antes dos interrogatórios, e que cumpriu sempre, foram determinantes para Aurora Rodrigues. Não iria falar, não iria chorar e, em nenhuma circunstância, iria dizer palavrões. Tratava-se de

³⁹⁹ Violante Saramago Matos, *De memórias nos fazemos...*, p. 57.

⁴⁰⁰ Entrevista a Violante Saramago Matos.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² ANTT, PIDE/DGS, SC, E/GT 7209, NT 1544, fl. 1.

⁴⁰³ Paula Godinho, «O lacre da memória...», p. 50,

⁴⁰⁴ Entrevista a Aurora Rodrigues.

não descer ao nível dos torcionários. Vários foram os métodos de tortura utilizados pela PIDE/DGS, desde o isolamento, à privação do sono (durante 16 dias), “estátua”, espancamentos, afogamentos e humilhações. Estes poderiam ser utilizados sucessivamente ou em simultâneo. Transcrevem-se, de seguida, vários excertos do seu depoimento:

“Uma das primeiras coisas que me fizeram foi escarrar-me para cima. Eu sei que fizeram isso de escarrar para cima a uma outra mulher, à Maria Custódia Chibante. E o inspetor do processo da Maria Custódia Chibante também foi o Américo da Silva Carvalho. Eles deviam achar que a figura que eles lá tinham (...) da mulher, era assim uma coisa mais pura, e então eles conspiravam, escarrando-lhe para cima. (...) É uma coisa horrível. Depois começou a tortura do sono, eles revessavam-se.”

“(...) a tortura do sono é aquela mais dolorosa. É uma coisa horrível. Nunca pensei ser capaz de aguentar aquilo. Aliás, nem eu, nem ninguém, acho eu.”

“Um dia resolveram fazer a tortura da estátua. Então encostaram-me à parede, puseram-me um braço de um lado, o braço do outro, agarraram, «E agora vais fazer o cristo». (...) Aí decidi falar, foi a primeira vez, «Enquanto vocês me agarrarem, fico assim, quando me largarem eu baixo os braços e a tortura é tanto minha como vossa, porque eu estou na mesma posição e vocês também». Eles largaram e eu baixei os braços. Depois fizeram o mesmo com uma cadeira, puseram-me em cima de uma cadeira, agarraram-me as pernas, «Agora ficas aí», e eu disse «Está bem, enquanto vocês me agarrarem. Quando me largarem, atiro-me daqui para baixo». Tiravam-me o banco e eu sentava-me no chão.”

“As outras pides levavam-me para a casa de banho, enxiavam o lavatório, metiam-me a cara para baixo, lá dentro, e empurravam aqui na zona da nuca, até eu quase asfixiar.”⁴⁰⁵

Oferecendo uma resistência contínua, Aurora Rodrigues recusou-se a prestar qualquer declaração. Manteve-se calma (algo que exasperava os pides) e a cantar a Ronda do Soldadinho de José Mário Branco. A violência com que foi torturada explica-se pela posição classista da PIDE. Filha de um cantoneiro, era proveniente de meios modestos e a sua família não possuía a mesma esfera de influência que outras famílias possuíam:

“Eu não era de famílias, não tinha nenhuma rede social poderosa por trás, não tinha nada, era filha de um cantoneiro, e acho que grande parte da explicação e da raiva com que eles me trataram foi por isso e também em grande medida por ser alentejana. (...) Aquela raiva tão grande, não era só contra mim, era contra as pessoas que eles achavam que estavam comigo. Houve uma altura que

⁴⁰⁵ Idem.

eles me chamavam, como insulto, «Sua alentejana, sua Catariana Eufémia», e é verdade que eles não percebiam até que ponto é que isso dá força a uma pessoa que está a ser torturada»⁴⁰⁶.

Aurora Rodrigues foi liberta no dia 28 de julho de 1973. Nunca foi julgada. Foi presa novamente, já depois do 25 de abril, pelas forças do COPCON.

22 de outubro de 1973, Maria José Morgado

Maria José Morgado foi presa no dia 22 de outubro de 1973, acusada de militar “numa organização subversiva e revolucionária, intitulada «Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado», por abreviatura «MRPP»”, “com o fim de destruir as instituições vigentes e a forma de Governo da Nação, por processos violentos e não consentidos pela Constituição Política e de separar as Províncias Ultramarinas da Mãe Pátria”⁴⁰⁷. Denúncias de membros do MRPP, interrogados em abril e maio de 1973, conduziram indiretamente à sua prisão. Os detidos confirmaram ter estado na casa de Maria José Morgado, onde terão sido lidos textos sobre Estaline e analisado o jornal *Guarda Vermelha*. É então instaurado um processo de investigação às atividades de Maria José Morgado, já que “ainda não foi possível saber a sua verdadeira identidade, nem a sua atual residência, apurando-se, no entanto, que a mesma e um tal Saldanha Sanches, cujo paradeiro também por enquanto se desconhece, são tidos como os principais mentores daquela agitação”⁴⁰⁸.

Obrigada a sair de casa e a entrar na clandestinidade, Maria José Morgado seria denunciada pela inquilina do quarto que tinha alugado, que estranhava o seu estilo de vida e que encontrara, à socapa, no seu quarto, vários comunicados e panfletos com a foice e o martelo. A denúncia foi imediata. Na madrugada do dia 22 de outubro, Maria José Morgado é surpreendida pela PIDE/DGS no quarto alugado. É primeiro levada para a sede da António Maria Cardoso, onde é brutalmente esbofetada, e depois levada para Caxias. Esteve sob a tortura do sono durante sete dias. Foi espancada diariamente. Ao terceiro dia, começa a ter alucinações. Chama nomes aos pides, “carrascos das colónias” e “fascistas”. Foi espancada com um cavalo-marinho e ao sétimo dia é levada para a enfermaria. Quando olha ao espelho não se reconhece:

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 659/73, pt 4, fl.1.

⁴⁰⁸ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – A detenção*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-a-detencao/>.

“Eu era uma miúda. Ao fim de 7 dias já tinha cumprido o programa de sono. Era espancada diariamente e já estava com alucinações. Bebia água como é evidente. (...) Tinha nódoas brancas, que era onde não havia nódoas negras. Lembro-me de ter visto a minha cara ao espelho e de não me reconhecer. Tinha a boca inchada, o nariz inchado, estava irreconhecível.”⁴⁰⁹

O uso deliberado de uma linguagem vulgar, ofensiva e sexista contribuía para a humilhação da mulher presa. Enquanto esteve presa, os pides falavam-lhe de Saldanha Sanches:

“Sim, falavam do Zé Luís sempre. Aliás, até me diziam, «Ó minha menina, falando ou não falando, o Zé Luís namora contigo à mesma», mas o namora era uma coisa mais ordinária. Depois iam dizer ao Zé Luís que eu já tinha falado e ele ria-se imenso porque ele dizia que eu era casmurra e que a última coisa que ele imaginava era eu falar.”⁴¹⁰

Durante cerca de dois meses esteve presa com uma mulher louca e extremamente violenta. Os gritos noturnos e as ameaças de morte traduziam-se num quotidiano difícil. Acredita que o objetivo da PIDE era perturbá-la psicologicamente. Numa carta de 26 de outubro de 1973, dirige-se ao Diretor da DGS, afirmando:

“1- A reclusa dá sinais de demência mental, perturba permanentemente a vida normal do quarto. 2- Durante a noite é impossível dormir ou descansar sequer, visto que a outra reclusa é precisamente durante este período que dá sinais ainda mais violentos de uma forte perturbação mental”⁴¹¹.

As cartas que trocava com a família eram banais, mas serviam sobretudo um propósito: dar forças à família e assegurar que tudo estava bem. Numa carta dirigida à sua tia, Maria José Morgado procurou mostrar-se forte: “Quero que saiba, em primeiro lugar, que isto para mim é um acontecimento normal. A minha vida é assim, e nada há para lamentar, desde que continue a manter-me sempre digna”⁴¹².

Maria José Morgado foi liberta em fevereiro de 1974. Seria julgada em outubro desse mesmo ano, algo que acabou por nunca acontecer. À semelhança de Aurora Rodrigues seria presa depois do 25 de Abril, pelas forças do COPCON.

⁴⁰⁹ Entrevista a Maria José Morgado; *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – A tortura*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado/>.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 659/73, NT 6427, Pasta A/1, fl. 8.

⁴¹² Idem, fl. 2.

Capítulo VII

Revolução, desmobilização e a dimensão transformadora da participação no movimento estudantil

No dia 25 de abril de 1974, um golpe militar pacífico derrubou um regime autoritário que governou Portugal durante quarenta e oito anos. O processo que se seguiu foi marcado por uma generalização das formas de mobilização e participação políticas e populares, contando com a participação de muitas e muitos estudantes que tinham dado corpo ao movimento estudantil nos últimos anos do regime e que se mantiveram politicamente ativas/os durante o processo revolucionário.

A participação e protagonismo das mulheres foi predominante em todas as movimentações sociais deste período. Nos meses que se seguiram à Revolução, todas as mulheres entrevistadas mantiveram ou intensificaram o seu trabalho político e social, integrando alguns dos partidos políticos criados no rescaldo da Revolução e mobilizando-se em prol de várias causas, entre elas as campanhas de alfabetização junto das populações mais carenciadas ou as ações protagonizadas pelas denominadas “comissões de moradores”. Jorgete Teixeira, na altura suspensa da Faculdade de Direito (à qual não regressaria), manteve-se politicamente ativa durante o PREC. Não obstante o nascimento da sua segunda filha que, segundo a própria, obrigou ao abrandamento da sua atividade política, participou ativamente na ocupação de um espaço no Lumiar para a criação de uma creche⁴¹³. Glória Ramalho, que se encontrava na clandestinidade aquando do 25 de Abril, encabeçou um dos processos de ocupação de casas em Lisboa, no Bairro de Alfama e na rua da Madalena: “A gente forçava a porta, entrava e ficavam as pessoas que eram para viverem lá. E eu na porta punha «Esta casa foi ocupada em nome da comissão de moradores da freguesia tal». [E assinava]: Glória Ramalho»⁴¹⁴. Em Lisboa, nos primeiros dez dias depois da Revolução são ocupadas entre 1500 e 2000 casas de habitação social. As reivindicações das “comissões de moradores” giravam em torno de questões como o direito à habitação, as condições de vida, as infraestruturas, as creches e os infantários, e o saneamento básico⁴¹⁵.

⁴¹³ Entrevista a Jorgete Teixeira.

⁴¹⁴ Entrevista a Glória Ramalho.

⁴¹⁵ Raquel Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014, pp. 250-253.

A forte mobilização social e política que caracterizou os primeiros meses da Revolução foi, contudo, seguida de um processo generalizado de desmobilização que toma particular intensidade após o 25 de novembro de 1975 e as eleições de abril de 1976. Num período de dois anos, as estudantes, que durante a ditadura tinham dedicado as suas vidas à luta política e que após o 25 de Abril participaram ativamente na construção da democracia, interromperiam, em vários casos de forma permanente, a sua atividade política. Metade das mulheres entrevistadas para esta investigação entraram em rutura com a organização na qual militavam. Quatro são as causas que, separadamente ou em conjunto, conduziram à sua desmobilização política. O sentimento de desilusão para com a organização política e com o tipo de democracia emergente da Revolução são as duas principais causas apontadas, sendo estas imediatamente seguidas pelas renovadas preocupações com os percursos académicos e profissionais que, durante muito tempo, se viram interrompidos pelo envolvimento político e subsequente repressão de que eram alvo⁴¹⁶. Duas das mulheres entrevistadas, suspensas das Faculdades aquando do 25 de Abril, não regressariam aos cursos interrompidos, seguindo outros percursos académicos e profissionais. O surgimento de novas responsabilidades familiares e a incompatibilidade entre a vida familiar e a vida política são também referidas, evidenciando como determinadas etapas de vida destas mulheres se correlacionam diretamente com o seu grau de envolvimento político. Por exemplo, Jorgete Teixeira explicita que depois do nascimento das duas filhas, viu-se obrigada a abrandar o seu envolvimento político:

“Se havia uma certa igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, no que dizia respeito à atividade política, embora os rapazes tivessem sempre mais visibilidade e embora os líderes fossem na sua grande maioria homens, (...) a partir do momento em que a pessoa tem filhos, em que há que decidir quem é que vai, vão sempre eles, e a pessoa fica em casa. Foi o que aconteceu comigo (...) É sobre a mulher que recai a maior responsabilidade de tomar conta dos filhos e (...) ela tem de abdicar da sua atividade”⁴¹⁷.

Importa referir que em alguns casos, o questionamento das orientações, ideais e posturas das organizações onde militavam ou com as quais colaboravam proximamente poderia ter ocorrido num momento anterior à Revolução. Jorgete Teixeira afirma que, por divergências ideológicas, cortou politicamente com o MRPP antes mesmo da Revolução,

⁴¹⁶ Em Guya Accornero, «‘I wanted to carry out the revolution’: activists’ trajectories in Portugal from dictatorship to democracy», in *Social Movement Studies*, 18, 3, 2019, p. 8, a autora chega a conclusões idênticas.

⁴¹⁷ Entrevista a Jorgete Teixeira.

considerando que a organização se tinha tornado demasiado radical. Fernanda Domingues declara que uma certa apologia e exaltação de determinadas atividades do grupo a que estava ligada – que muitas vezes não correspondiam às verdadeiras capacidades da organização – semearam em si certas dúvidas e incertezas. Porém, apenas abandonaria a sua atividade política depois do 25 de Abril, continuando a aceitar de forma “cega”, segundo a própria, as orientações da organização⁴¹⁸.

À semelhança do testemunho anterior, outras mulheres referem ter prosseguido com a sua atividade militante mesmo que em discordância política e ideológica com as suas organizações. Segundo Guya Accornero, esta realidade pode ser entendida à luz do que era a natureza repressiva e autoritária do Estado Novo, que impossibilitara qualquer escapatória ao engajamento político. A necessidade de intensificação das práticas organizativas conspirativas e das regras de clandestinidade das organizações políticas colocaram o segredo, o sigilo e as pequenas redes de confiança no centro da capacidade de resistência das organizações à repressão de que eram alvo⁴¹⁹. Como tal, muitas destas mulheres viram-se impossibilitadas de construir outros espaços de socialização fora da organização política onde militavam ou de atuar senão em prol da luta pelo fim do regime, uma vez que o seu envolvimento político acarretou sempre, como vimos, consequências nos seus percursos pessoais, académicos e profissionais, sendo alvo de perseguições políticas, suspensões das faculdades ou de prisões políticas.

Por vezes, no entanto, foram os vínculos estabelecidos com as organizações ou as ligações e relacionamentos pessoais entre os seus ativistas que criaram situações de incerteza ou receio face a uma eventual rutura com a organização. Maria José Morgado confessa que prosseguiu com a atividade militante dentro da organização (o MRPP) pelos laços afetivos que tinha com a organização e com os camaradas:

“Eu sempre fui muito afetiva. Quando tenho um mundo, tenho dificuldade em cortar com ele. Gosto das pessoas, dos sítios, das coisas, sou como as crianças, não gosto de mudar, e fiquei muito aflita. Eu não acreditava em nada daquilo, mas era capaz de ter ficado lá a vida inteira, sem acreditar, só por incapacidade de mudar. Uma excessiva passividade do ponto de vista pessoal”⁴²⁰.

⁴¹⁸ Entrevista a Fernanda Domingues.

⁴¹⁹ Guya Accornero, «‘I wanted to carry out the revolution’...», pp. 13-14.

⁴²⁰ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Uma rutura a dois*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-uma-rotura-a-dois/>.

A transição para a democracia e a mudança institucional abriu um conjunto de novas oportunidades a estas mulheres, que poderiam finalmente abandonar a vida da militância e enveredar por outras trajetórias de vida até então bloqueadas. Para Fernanda Domingues, o 25 de Abril significou o regresso do seu marido a Portugal, também estudante em Ciências, compulsivamente integrado no exército e na altura exilado em França. Durante o processo revolucionário militou no Partido de Unidade Popular (PUP), filiação partidária que abandonaria pouco tempo depois em benefício do seu percurso académico e profissional e da vida em conjunto que construiu com o seu marido. Afirma que atualmente não seria capaz de se entregar “à disciplina de um partido”, apesar de continuar a ser uma “mulher política”, defendendo intransigentemente a liberdade e a democracia⁴²¹. A eliminação de todos os obstáculos à participação política legal destas organizações levou a que outras mulheres deixassem de se identificar com algumas das condutas e posturas exigidas aos seus militantes. Aurora Rodrigues, que militou no MRPP até 1977 e que desde então não teve qualquer atividade político-partidária, refere que:

“Antes do 25 de Abril fazia todo o sentido o cumprimento de certas regras e a existência de uma autoridade. Fazia [sentido] porque senão éramos todos presos. Por isto é que eu acho que uma organização como aquela, uma organização comunista como aquela a que eu pertencia, fazia sentido. Mas ideologicamente sempre fui, sobretudo, uma pessoa rebelde e insubmissa e numa organização comunista não temos ideias próprias, ou podemos ter pouco, porque temo-nos de submeter às regras do centralismo, que fazia sentido quando existe uma ditadura e quando se está a resistir a uma ditadura. Depois disso, para mim, para a minha maneira de ser, não faz muito sentido. Aliás, quando saí do MRPP, fui apelidada de «anarquista», uma coisa que é capaz de ser verdade. Mas não me comportei como anarquista lá dentro”⁴²².

Aurora Rodrigues e Maria José Morgado seriam presas no dia 28 de maio de 1975, juntamente com outros quatrocentos militantes do MRPP, por ordem do COPCON. Foi durante esta segunda prisão, agora num contexto de democracia, que Maria José Morgado consolidou muitas das suas dúvidas sobre a ideologia e a organização política:

“Depois fui presa a seguir ao 25 de Abril e comecei a perceber que o marxismo-leninismo não era futuro para ninguém. Que era uma ideologia errada. Comecei a perceber o que

⁴²¹ Entrevista a Fernanda Domingues.

⁴²² Entrevista a Aurora Rodrigues.

tinha acontecido na União Soviética, o que estava a acontecer na China, e rompi conscientemente com o maoísmo”⁴²³.

Dado o forte envolvimento político de Maria José Morgado, que dedicara a sua vida à causa maoista, a rutura com a organização política – uma rutura a dois, juntamente com o seu marido, José Luís Saldanha Sanches – é descrita pela própria como “um duro golpe” e “uma grande desilusão”. O regresso à normalidade foi pautado por dificuldades e o casal teve de passar por um processo de “reinserção social”: “Regressar à faculdade, ganhar a vida, reconquistar os amigos. Voltarmos a ser pessoas normais e a fazer uma vida normal, que era o que nunca tínhamos tido. A realidade era aquela. Há muitas realidades. A nossa realidade era uma realidade de luta que não era normal. Não tínhamos tempo para nós”⁴²⁴. Após uma breve passagem pela UDP, Maria José Morgado não voltaria a pertencer a qualquer organização ou partido político.

O processo de desmobilização a que se assiste, inteligível através da análise das trajetórias de vida destas doze mulheres, para além de transversal foi também, na maioria dos casos, definitivo. Isto é, após a rutura com a organização, a maioria das mulheres afirma não ter desenvolvido qualquer outra atividade político partidária. Apenas quatro das doze mulheres entrevistadas se encontravam, à data desta investigação, politicamente envolvidas em alguma estrutura ou partido político. Duas das mulheres entrevistadas, Jorgete Teixeira e Graça Pestana, pertencem atualmente ao Bloco de Esquerda. Após o 25 de Abril, Jorgete Teixeira dedicou-se fortemente à luta pelos direitos das mulheres, sendo que em 1976 foi uma das sócias fundadoras da organização feminista UMAR (a então União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, atualmente União de Mulheres Alternativa e Resposta). Violante Saramago Matos deu continuidade à sua atividade política enquanto deputada à Assembleia Legislativa da Madeira entre 1996 e 2000 e em 2006, e enquanto vereadora da Câmara Municipal do Funchal entre 1997 e 2001. Ana Simões fez parte da lista de António Costa aquando da sua candidatura às eleições autárquicas à Câmara Municipal de Loures.

Ao solicitar uma breve reflexão acerca do impacto, a longo termo, da sua participação no movimento estudantil, as doze mulheres entrevistadas reconhecem como

⁴²³ Entrevista a Maria José Morgado.

⁴²⁴ *Extrema Esquerda, Maria José Morgado – Uma rutura a dois*. S.d., consultado em 15.07.2022, disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/maria-jose-morgado-uma-rotura-a-dois/>.

este contribuiu para a sua tomada de consciência política e social. A confiança própria, a capacidade organizativa e o comprometimento e dedicação a uma causa foram outras das aprendizagens frequentemente destacadas:

“Para mim teve importância porque me dignificou enquanto pessoa, porque me fez ver o que eu podia e o que eu não podia, porque me fez ver a força ou não força que eu tinha. E isso foi muito importante, acho que isso foi uma prova de fogo que eu passei.”⁴²⁵

“A participação no movimento estudantil foi uma parte da minha formação humana. Nós somos formados com as nossas famílias, nas escolas onde andamos, com os amigos que temos e com as pessoas que vamos convivendo ao longo da vida. A forma intensa como eu vivi esses anos na faculdade, evidentemente que faz parte da minha formação.”⁴²⁶

“(…) apesar de ser o período mais difícil, mais repressivo, onde existia mais medo, (...) foi o período em que a pessoa se sente mais viva, em que se sente mais ativa, em que sente que está a transformar o mundo, em que é mais idealista, em que acredita mais numa utopia de transformação.”⁴²⁷

A maioria das mulheres entrevistadas não consegue conceber a sua passagem pela Faculdade sem uma participação ativa a nível associativo e político. A sua experiência enquanto estudantes universitárias está intrinsecamente ligada à sua participação estudantil, sendo que várias delas afirmam que o movimento estudantil lhes possibilitou desenvolver capacidades e aprendizagens que de outra forma não teriam sido possíveis. A transposição destas aprendizagens para contextos profissionais é ainda um fator de destaque nas trajetórias de vida de algumas destas mulheres. Glória Ramalho refere que a forma de organização da lista que presidiu deixou uma marca indelével nas fórmulas de organização que engendrou para outros projetos em que esteve envolvida posteriormente.⁴²⁸ Também Margarida Graça refere que, na sua vida profissional, nunca se viu a trabalhar senão em contexto de equipa. A troca de opiniões, o trabalho em conjunto e a divisão em tarefas foram, e são para si, aprendizagens fundamentais que o movimento estudantil possibilitou e que transpõe para a sua vida profissional. Segundo a própria, “é a parte associativa que no fundo nunca se desliga da nossa vida”⁴²⁹.

⁴²⁵ Entrevista a Maria João Lobo.

⁴²⁶ Entrevista a Fernanda Domingues.

⁴²⁷ Entrevista a Jorgete Teixeira.

⁴²⁸ Entrevista a Glória Ramalho.

⁴²⁹ Entrevista a Margarida Graça.

Conclusão

Ao longo desta investigação histórica analisámos as realidades de ativismo e de envolvimento político das jovens universitárias que participaram, de diferentes formas e em diferentes graus, no movimento estudantil lisboeta da década de 70. Deu-se particular destaque aos processos de consciencialização política, politização, envolvimento político e, ainda, num último e breve momento, de desmobilização. Note-se que todos eles, ainda que articulados e relativos a uma mesma realidade de participação no campo político, não deixam de revelar os diferentes níveis que esta poderia assumir⁴³⁰.

Começámos por recuar no tempo, ao período da infância e da adolescência destas mulheres. Tal possibilitou-nos confirmar a hipótese inicial, enunciada na introdução, de como o contexto familiar contribuiu, em alguns casos, para desencadear processos de consciencialização e formação política precoces nestas jovens. Vimos como foi em confronto com o contexto autoritário e repressivo que muitas delas, consciente ou inconscientemente, deram os primeiros passos na sua formação política. Por isto mesmo, não deveremos descurar a importância quer do contexto e do quadro social em que estas mulheres se encontravam inseridas durante a infância e a adolescência, quer do domínio familiar. As dinâmicas familiares apontaram ainda para a importância que as questões emocionais e pessoais poderiam ter nas trajetórias de consciencialização, politização e mobilização de determinado indivíduo.

Em todos os casos, a entrada na Universidade representou um momento de abertura e viragem nas trajetórias de vida destas mulheres. Não obstante a rapidez e facilidade com que muitas se envolveram nas mais diversas atividades – a distribuição de comunicados e panfletos, a elaboração de cartazes, a participação em piquetes de greve às aulas e exames, em RGAs e RIAs, e a integração em estruturas associativas –, algumas delas viram-se confrontadas com obstáculos e constrangimentos que, desde logo, não se colocavam aos seus pares masculinos. Ainda assim, e na aceção das próprias, o movimento estudantil era visto como um espaço igualitário e pouco propício a discriminações de género. Talvez isto explique o porquê de muitas estudantes não terem equacionado a necessidade de luta pela resolução de problemas relacionados especificamente com as mulheres (por exemplo, as questões em torno da sexualidade, da

⁴³⁰ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios...*, p. 271.

violência sobre as mulheres ou das desigualdades jurídicas⁴³¹), já que não se confrontaram com um carácter de estímulo que as mobilizasse para reivindicações deste cariz. Assim, a agenda estudantil ficaria marcada por reivindicações não só pedagógicas (as faltas, os exames e os métodos de ensino), mas também, e sobretudo, pela luta contra o encerramento dos espaços associativos, contra as suspensões e prisões dos colegas, contra a repressão, contra a guerra colonial e contra o próprio regime.

A diversidade de testemunhos recolhidos permitiu-nos aferir diferentes níveis de comprometimento e participação no movimento estudantil. Percebemos como, frequentemente, o envolvimento em atividades legais – sobretudo aquelas relativas à Associação – funcionava como porta de acesso a outras formas de atuação, nomeadamente em estruturas semilegais (como as comissões e as cooperativas) ou, até mesmo, ilegais (as organizações clandestinas). Independentemente do nível de engajamento político, todas as mulheres manifestaram uma postura de compromisso e dever, numa vivência quotidiana marcada pela participação associativa, política e social. Os testemunhos permitiram-nos ainda distinguir pontos de concordância e divergência entre as diferentes organizações políticas ilegais em que estas mulheres militaram ou com as quais colaboraram. Em todos os casos, a mobilização e o envolvimento eram fortes, marcando um quotidiano agitado, dentro e fora do recinto universitário.

A participação destas mulheres na mobilização estudantil acarretou consequências graves nas suas trajetórias de vida, a nível académico (as suspensões de que várias foram alvo resultaram no prolongamento, por tempo indefinido, da impossibilidade de concluírem o concurso), profissional (vimos o caso de uma estudante expulsa da função pública) e, sobretudo, pessoal e emocional (evidente nas experiências prisionais de muitas destas mulheres). Como tal, estas estudantes não escaparam à atitude repressiva que o regime lançava a todos aqueles que o ameaçavam. Nos anos imediatamente a seguir à Revolução de 25 de Abril, muitas delas abandonaram integralmente o seu percurso de ativismo político e social, num processo de desmobilização generalizado e motivado quer por sentimentos de desilusão para com os resultados da Revolução, quer pelas opções e rumos de vida tomados. A rutura com este percurso de militância política e social permite-nos concluir que este concentrou-se numa etapa particular da vida destas mulheres – enquanto estudantes universitárias –, sendo que o seu envolvimento, na maioria dos casos,

⁴³¹ Miguel Cardina, «Olhares sobre uma Ausência...», p. 181.

não teve repercussões diretas na continuidade da atividade política durante a vida adulta e, inclusivamente, na atualidade.

O empenhamento e participação ativa, política e socialmente, destas mulheres, que se envolveram nas mais diversas lutas, dentro e fora do recinto universitário, parece entrar em discordância com a efetiva visibilidade histórica que lhes veio a ser conferida e que as próprias reconhecem para si mesmas, uma vez que a forma como interiorizam e percecionam a sua participação e atuação é ainda pautada por um discurso de desvalorização e depreciação da sua atividade, comparando-a, por exemplo, à de outros e outras companheiras e colegas que foram “mais importantes”.

Para terminar, importa sublinhar que esta investigação foi apenas uma primeira abordagem a esta temática e que outros percursos poderão e deverão ser seguidos. Aliás, consideramos que abordagens que procurem estudar este tema conciliando diversos campos do conhecimento, desde logo a história, a sociologia e a ciência política, poderão ser bastante frutíferas. Reconhecemos ainda que determinadas questões, enunciadas ao longo desta investigação, careceram de uma análise mais detalhada e atenta. Referimo-nos, nomeadamente, a uma comparação mais profunda entre os níveis de ativismo e participação dos homens e das mulheres no movimento estudantil⁴³². Presumimos anteriormente que vários dos obstáculos colocados às mulheres, impeditivos de uma participação mais ativa e relacionados, por exemplo, com o controlo familiar, não se colocavam aos homens. Ainda assim, outras hipóteses e questões, de igual relevância, poderão ser formuladas. Por exemplo, qual o impacto, sentido por estes homens, da sua participação no movimento estudantil e de que forma é que este difere daquele sentido pelas mulheres? Terá a sua participação produzido os mesmos efeitos nas suas vidas políticas e pessoais? Que significados atribuem à sua participação no movimento estudantil?⁴³³ Em todos os casos, acreditamos que o caminho deverá ser traçado no sentido da valorização e conservação da memória individual e coletiva de todos os agentes – inclusivamente das mulheres – que participaram ativamente neste movimento de oposição ao regime do Estado Novo.

⁴³² Estudos internacionais adotaram já este tipo de abordagem. Vejam-se, a propósito, os estudos de Charles Payne, «“Men Led, But Women Organized”: Movement Participation of Women in the Mississippi Delta», in Guida West e Rhoda Lois Blumberg (ed.), *Women and Social Protest*, New York, Oxford University Press, 1990, pp. 156-165 e de Doug McAdam, «Gender as a Mediator of the Activist Experience: The Case of Freedom Summer», in *American Journal of Sociology*, 7, 5, 1992, pp. 1211-1240.

⁴³³ Doug McAdam, «Gender as a Mediator of the Activist Experience...», pp. 1214-1215.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos, bibliotecas e fundos documentais

Arquivo da Secretaria Geral da Educação e Ciência (SGEC)

Arquivo de História Social (AHS), ICS-UL

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Biblioteca Nacional de Portugal (BN)

Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira

Fundação Mário Soares e Maria Barroso (FMSMB)/Casa Comum

Fontes orais

Ana Simões, 14 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/0n1q9xcRbQk>.

Aurora Rodrigues, 22 de junho de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/aD7OLRMnYaA>.

Fernanda Domingues, 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/hsBXZfid734>.

Glória Ramalho, 21 de abril de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/Xsvg9nCJZgw>.

Graça Pestana, 22 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ztQnQvkUnLk>.

Jorgete Teixeira, 19 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/wGPJTwe6R8s>.

Julieta Lencart, 14 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/hgu6g5b4Rdk>.

Margarida Graça, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/QLYsmKsjoEw>.

Maria João Lobo, 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/4omieWrGCR0>.

Maria José Morgado, 21 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/GW3D4QQj9i4>.

Olga Moura, 4 de maio de 2022. Disponível em: https://youtu.be/YEmoDTHh_fc.

Violante Saramago Matos, 23 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/Yaa7kBdec2A>.

Entrevistas, memórias e documentários

ANDRINGA, Diana, *12 de Outubro de 1972: O Dia em que Perdemos o Medo*. 2022, disponível em RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p10769/12-de-outubro-de-1972-o-dia-em-que-perdemos-o-medo>, consultado a 17 de outubro de 2022.

Extrema Esquerda, Maria José Morgado – vários episódios, s.d., disponível em RTP Media, <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/tag/maria-jose-morgado/>, consultado em 15.07.2022.

MATOS, Violante Saramago, *De memórias nos fazemos*, Lisboa, Edições Esgotadas, 2022.

PEDRO, Fernanda, *Movimento Estudantil 1914-2014*, 2016, disponível em RTP Play, <https://www.rtp.pt/programa/tv/p32884>, consultado a 23 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Aurora, *Gente Comum: Uma História da PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011.

SEABRA, Zita, *Foi Assim*, Lisboa, Alêtheia, 2007.

Estatísticas

Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOES_tipo=ea&PUBLICACOEScoleccion=107705&selTab=tab0&xlang=pt, consultado a 13.06.2021.

Legislação

Diários do Governo, 1962 a 1972

Publicações periódicas

IMPROP (1970-1974)

Luta Popular (1971)

Jornal da Greve (1970)

Jornal do Fundão (1967)

Servir o Povo (1969-1971)

UEC (1972)

Outras publicações

Amnesty International, *Relatório sobre a tortura*, Lisboa, Arcádia, 1975.

Bibliografia

ACCORNERO, Guya, «‘I wanted to carry out the revolution’: activists’ trajectories in Portugal from dictatorship to democracy», in *Social Movement Studies*, 18, 3, 2019, pp. 1-19.

ACCORNERO, Guya, «A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo», in *Análise Social*, 208, XLVII (3º), 2013, pp. 572-591

ACCORNERO, Guya, «Contentious politics and student dissent in the twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle», in *Democratization*, 20, 6, 2013, pp. 1036-1055.

ACCORNERO, Guya, *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade Sociologia Histórica, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

ANTUNES, José Freire, *Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

ANTUNES, Maria João, MEDINA, Maria Teresa e CAMELO João, «Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto», in *Revista da FLUP*, IV Série, 11, 1, 2021, pp. 203-228.

BEBIANO, Rui, *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebelia e Resistência nos Anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

BEBIANO, Rui e SILVA, Alexandra, «A Reidentificação do feminino e a polémica sobre a “Carta a Uma Jovem Portuguesa”», in *Revista da História das Ideias*, 25, 2004, pp. 423-454.

CAIADO, Nuno, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

CARDINA, Miguel, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China, 2011.

CARDINA, Miguel, «Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 2010, pp. 207-231.

CARDINA, Miguel, «Olhares sobre uma Ausência: O movimento estudantil no Estado Novo e o feminismo, in AAVV (coord.), *Quem Tem Medo dos Feminismos?* Vol. I., Funchal, Nova Delphi, 2010, pp. 175-184.

CARDINA, Miguel, *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus, 2008.

CARDOSO, António Monteiro, «Um tempo, um contexto», in Aurora Rodrigues, *Gente Comum: uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz, 2011, pp. 45-56

CEREZALES, Diego Palácios, *Estado, Régimen y Orden Público en el Portugal Contemporáneo*, Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid, 2008.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, «“Ao Serviço do Povo Venceremos” a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», in *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão*, 5, III Série, 2009, pp. 119-158.

COSTA, C. Rosa, *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, Tinta da China, 2021.

COSTA, Jorge, «O ano da morte de Ribeiro Santos», in *História*, Ano XXIV, III Série, 2002, pp. 24-31.

DACOSTA, Fernando, *Nascido no Estado Novo: Narrativa*, Lisboa, Notícias Editorial, 2001.

DUARTE, Marta Benamor, *Foi Apenas Um Começo: A Crise Académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos Sessenta e da luta contra o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea (Século XX), NOVA FCSH, 1997.

FIGUEIREDO, Leonor, *Sita Valles (1951-1977). Revolucionária, Comunista até à Morte*, Lisboa, Alêtheia, 2010.

FRANCISCO, Ronald A., «The Dictator's Dilemma», in Christian Davenport, Hank Johnston, Carol Mueller (ed.), *Repression and Mobilization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2005, pp. 58-81.

GARRIDO, Álvaro, *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo*, Coimbra, Minerva Histórica, 1996.

GODINHO, Paula, «O laço da memória: o arquivo sensível de Aurora Rodrigues e a resistência à ditadura portuguesa», in *Revista Memória em Rede*, 13, 24, Jan/Jul. 2021, pp. 39-55.

GORJÃO, Vanda, «Oposição feminina (?), oposição feminista (?) ao Estado Novo», in Lúcia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O longo caminho das mulheres: 80 anos depois*, Lisboa, Dom Quixote, 2007.

GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempo Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

GRÁCIO, Rui, «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp. 221-258.

KORNETIS, Kostantinos, *Student Resistance to the Greek military dictatorship: Subjectivity, Memory, and Cultural Politics, 1967-1974*. Tese de Doutoramento, European University Institute, 2006.

ISIDRO, João, «Uma manifestação contra a guerra do Vietname em Lisboa», in António Simões do Paço (ed. & coord.), *Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Os Anos de Salazar, vol. 24, 2008, pp. 124-127

LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge e PENA, Paulo, *Grandes Planos – Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora, 2001.

MADEIRA, João, *Francisco Martins Rodrigues: Documentos e papeis da clandestinidade e da prisão*, Lisboa, Ela por Ela e Abrente, 2015.

MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1998.

MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui, «A Extrema Esquerda em Portugal (1960-1974): os Marxistas-Leninistas e os Trotskistas», in *História*, nº 17, 1980, pp. 14-26.

MCADAM, Doug, «Gender as a Mediator of the Activist Experience: The Case of Freedom Summer», in *American Journal of Sociology*, 7, 5, 1992, pp. 1211-1240.

MELO, Daniel, *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MORENO SECO, Mónica, «Universitarias en el antifranquismo. Mujeres, movilización estudiantil y feminismo, 1960-1975», in *CIAN – Revista de Historia de las Universidades*, 23, 1, 2020, pp. 55-85.

NAMORADO, Rui, *Abril antes de Abril: A crise universitária de Coimbra de 1969*, S.l., Lápis de Memória, 2016.

NÓVOA, António, «Ensino primário», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 303-305.

OLIVEIRA, César, «Rádios Clandestinas», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 811.

PALLA, Maria Antónia, «A renovação da imprensa, apesar da censura», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp. 207-220.

PATRIARCA, Maria de Fátima, «Sobre a leitura das fontes policiais», in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997 (4º-5º), pp. 925-935.

PAYNE, Charles, «“Men Led, But Women Organized”: Movement Participation of Women in the Mississippi Delta”, in Guida West e Rhoda Lois Blumberg (ed.), *Women and Social Protest*, New York, Oxford University Press, 1990, pp. 156-165.

PÊGO, Ivo (org.), *Ribeiro Santos: Homenagem da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998.

PIMENTEL, Irene, *Informadores da PIDE – Uma Tragédia Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2022.

PIMENTEL, Irene Flunser, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2013.

PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

PORTELLI, Alessandro, «What makes oral history different», in Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The Oral History Reader*, London, Routledge, 1998, pp. 63-74.

PROENÇA, Maria Cândida, «Analfabetismo», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 46-48.

REIS, António, «Cooperativas Culturais», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 211-212.

REIS, Bruno Cardoso, «Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização (1974-1975)», in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira (org.), *O Adeus*

ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa, Lisboa, Nova Veja, 2017, pp. 78-101.

ROSAS, Fernando, *Salazar e os Fascismos*, Lisboa, Tinta da China, 2019.

ROSAS, Fernando, «O anticolonialismo tardio do antifascismo português», in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira (org.), *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Nova Veja, 2017, pp. 12-24.

ROSAS, Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, 2004.

SILVA, Rui Ferreira da, «Maoísmo», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 543-546.

SIMÃO, Veiga, *Educação... Caminhos da Liberdade*, Lisboa, CIREP/MEN, 1973.

TAVARES, Manuela, *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*, Alfragide, Leya, 2011.

TELO, António José, «Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança», in Hipólito de la Torre, *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*, Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1989, pp. 73-88.

THOMPSON, Paul, *The Voice of the Past*, Oxford, Oxford University Press, 2009.

TEODORO, António, *A construção política da educação: estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo*, Porto, Afrontamento, 2001.

VARELA, Raquel, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014.

VENTURA, Isabel, *As Primeiras Mulheres Repórteres – Portugal nos anos 60 e 70*, Lisboa, Tinta da China, 2009.